



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA  
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

**ANA CRISTINA RODRIGUES FURTADO**

**O NARRAR E O CONTAR-SE:  
A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES QUE FORAM MILITANTES  
POLÍTICAS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL**

**CAMPINA GRANDE - PB  
MARÇO DE 2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA  
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

**ANA CRISTINA RODRIGUES FURTADO**

**O NARRAR E O CONTAR-SE:  
A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES QUE FORAM MILITANTES  
POLÍTICAS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande para o cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do título de mestre em História.

**ORIENTADORA  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima**

**CAMPINA GRANDE – PB  
MARÇO DE 2018**

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

F992m Furtado, Ana Cristina Rodrigues.  
O narrar e o contar-se : a trajetória de vida de mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil / Ana Cristina Rodrigues Furtado. – Campina Grande, 2018.  
152 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima".

Referências.

1. Ditadura Militar. 2. Militantes Políticas. 3. Escritas de Si – Representações. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 94:329.73(81)(043)

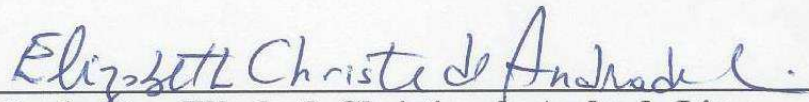


UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCEG  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA  
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES

ANA CRISTINA RODRIGUES FURTADO

O NARRAR E O CONTAR-SE:  
A TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES QUE FORAM MILITANTES  
POLÍTICAS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

**Banca de Examinadores**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Gervacio Batista Aranha

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dra. Susel Oliveira da Rosa

CAMPINA GRANDE – PB  
MARÇO DE 2018

## **DEDICATÓRIA**

A memória da minha avó, Ana Rodrigues de Oliveira (Dona Bianô), que hoje está no plano espiritual, mas que ainda faz parte do plano terreno através das memórias e lembranças que deixou.

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a minha mãe Maria Rodrigues Furtado (Lia), que em meio a tantas dificuldades sempre buscou me dar uma educação, e está sempre apoiando as minhas escolhas e torcendo para que eu realize os meus sonhos. Ao meu irmão Alison Rodrigues, por estar sempre ao meu lado.

A minha avó, que mesmo não estando mais presente fisicamente em minha vida, sempre fez tudo o que estava ao seu alcance para me educar e me criar. Ensinou-me, os significados de respeito, amor e gratidão, de que a vida é cheia de desafios e que precisamos ser fortes para enfrentá-los. Onde a senhora estiver lhe agradeço pelo ser humano que ajudou e ainda ajuda a construir, obrigada por me amar como filha e por me mostrar o quão importante é valorizar as pessoas que amamos.

Ao meu primo Antônio Rodrigues, que mais considero como irmão, que conseguiu realizar seus sonhos mesmo em condições socioeconômicas adversas, e hoje é um excelente profissional, e um ser humano que possui um coração lindo. Foi em você que sempre me espelhei desde criança e foi você que me fez perceber que podemos lutar e realizar nossos sonhos, mesmo em meio a tantas dificuldades.

A minha orientadora de graduação na Universidade Regional do Cariri – URCA, Prof.<sup>a</sup> Sônia Maria de Meneses Silva, por ter acreditado em mim, por ter me permitido ser sua bolsista durante dois anos, pela pesquisa que desenvolvemos. Pelos conhecimentos que me ajudou a obter, por todos os ensinamentos e conselhos, por ter me incentivado a fazer o mestrado. Obrigada por ter feito parte de um dos momentos mais lindos da minha vida, o período de graduação.

Aos meus colegas do curso de graduação em História, mas em especial a Sabrina Alexandre, Daniela Sousa, Diego Nascimento, pela amizade que construímos, pelo compartilhamento de conhecimentos, e por terem me apoiado em tantos momentos bons, mas também, nos difíceis.

As minhas amigas Raquel Moraes e Leonilda Fernandes, por terem morado comigo na cidade de Campina Grande – PB no primeiro ano do mestrado. Meninas, eu sou grata a vocês, pelas conversas, experiências, conhecimentos, viagens, debates, conselhos. Grata por ter encontrado vocês nos caminhos da vida, e em um momento tão especial que foi o mestrado.

A minha orientadora do mestrado Prof<sup>a</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima (Bebete), por ter aceitado meu projeto de mestrado, por ter me ajudado a trilhar esse caminho da pesquisa, pelo apoio, pelas orientações, conselhos, pelas leituras, por ter confiado em mim e no meu trabalho, e por me mostrar que ainda existem seres humanos de alma boa e linda. Obrigada Bebete, por ter feito parte desse momento tão importante da minha vida acadêmica e por ter me mostrado que podemos nos tornar um ser humano melhor a cada novo dia.

A turma do mestrado, pelas experiências e vivências compartilhadas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, aos professores que ministraram disciplinas das quais tive oportunidade de participar, ao conhecimento que me ajudaram a construir.

A Capes pela concessão da bolsa.

*“Se você vier me perguntar por onde andei  
No tempo em que você sonhava  
De olhos abertos, lhe direi  
Amigo, eu me desesperava  
Sei que assim falando pensas  
Que esse desespero é moda em 76  
Mas ando mesmo descontente  
Desesperadamente, eu grito em português  
Mas ando mesmo descontente  
Desesperadamente, eu grito em português*

*Tenho vinte e cinco anos  
De sonho e de sangue  
E de América do Sul  
Por força deste destino  
Um tango argentino  
Me vai bem melhor que um blues*

*Sei que assim falando pensas  
Que esse desespero é moda em 76  
E eu quero é que esse canto torto  
Feito faca, corte a carne de vocês  
E eu quero é que esse canto torto  
Feito faca, corte a carne de vocês”.*

*(À Palo Seco, Belchior)*



## RESUMO

A presente dissertação discute a trajetória de vida de cinco mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil. São elas: Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia. Todas elas participaram de organizações de esquerda, viveram na clandestinidade, precisaram usar nomes falsos – codinomes, elas foram presas, algumas exiladas, torturadas, outras mortas, e houve aquelas que sobreviveram. Para pensarmos e discutimos essas histórias selecionamos as vídeobiografias, que buscam mostrar através de suas narrativas histórias de sujeitos que possuem suas trajetórias interligadas a eventos importantes, a exemplo da história dessas mulheres. Essas vídeobiografias possuem o testemunho com objeto central, o qual articula o jogo de memória e esquecimento. Dentre as produções que foram selecionadas estão: *Crepúsculo no Alvorada* (Conexão Repórter/SBT, 2016), *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010), *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994), *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) e *Memória Política* (Ivan Santos, 2004). Além delas selecionamos duas biografias para comporem as nossas fontes, são elas: *Iara Reportagem Biográfica* (Judith Patarra, 1992) e *Mulheres que foram à luta armada* (Luiz Maklouf Carvalho, 1998). A partir dessas fontes pensamos como essas cinco mulheres falam de si, como se auto-representam, como constroem suas subjetividades, como significam as suas histórias, ou seja, como falam das suas experiências. Outra problemática recai sobre a construção das representações sobre essas mulheres, ou seja, como familiares, amigos, ex-companheiros de militância política, ex-esposos, ex-namorados e jornalistas, tentam representar momentos da trajetória de vida dessas mulheres. A partir dessas problemáticas, trabalhamos com conceitos como os de ditadura militar, vídeobiografia, testemunho, memória, esquecimento, escritas de si, representação, subjetividade, mulheres, feminismo, experiência, dentre outros. Percebemos assim, que há uma luta por um não esquecimento de tantas histórias de pessoas que lutaram contra um governo repressivo e autoritário que se configurou em uma ditadura militar no Brasil. Narra-se a partir de si e do outro, para que tantas histórias não caiam no esquecimento.

**PALVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar, Militantes Políticas, Escritas de Si, Representações.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the life trajectory of five women who were political activists during the period of the military dictatorship in Brazil. They are: Dilma Rousseff, Iara Lavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães and Dulce Maia. They all participated in leftist organizations, lived in hiding, had to use false names - codenames, they were arrested, some exiled, tortured, others killed, and there were those who survived. In order to think and discuss these stories, we select the videobiographies, which seek to show through their narratives stories of subjects that have their trajectories interconnected with important events, such as the history of these women. These videobiographs have the testimony with a central object, which articulates the play of memory and forgetfulness. Among the productions that have been selected are: *Twilight in Alvorada* (Conexão Reporter / SBT, 2016), *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010), *Iara Remembrance of a Woman* (Alberto Baumstein, 1994), *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) and *Political Memory* (Ivan Santos, 2004). In addition to these we selected two biographies to compose our sources, they are: *Iara Biographical Report* (Judith Patarra, 1992) and *Women who went to the armed struggle* (Luiz Maklouf Carvalho, 1998). From these sources we think how these five women talk about themselves, how they construct their subjectivities, what their stories mean, that is, how they talk about their experiences. Another problem is the construction of representations about these women, that is, as family members, friends, ex-political companions, ex-spouses, ex-boyfriends and journalists, try to represent moments in the life trajectory of these women. From these problems, we work with concepts such as military dictatorship, videobiography, testimony, memory, forgetfulness, self-writing, representation, subjectivity, women, feminism, experience, among others. We realize that there is a struggle for not forgetting so many stories of people who fought against a repressive and authoritarian government that was set up in a military dictatorship in Brazil. It narrates itself and the other, so that so many stories do not fall into oblivion.

**KEYWORDS:** Military Dictatorship, Political Militants, Self Writings, Representations.

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ALN – Aliança Libertadora Nacional</b>
<b>CENIMAR – Centro de Informações da Marinha</b>
<b>CGT – Comando Geral dos Trabalhadores</b>
<b>CIE – Centro de Informações do Exército</b>
<b>CISA – Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica</b>
<b>COLINA – Comando de Libertação Nacional</b>
<b>DEM – RN – Democratas Rio Grande do Norte</b>
<b>DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara</b>
<b>DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna</b>
<b>DOPS – Departamento de Ordem Política e Social de âmbito Estadual</b>
<b>IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática</b>
<b>IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais</b>
<b>MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário</b>
<b>MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro</b>
<b>MRT – Movimento Revolucionário de Trabalhadores</b>
<b>OBAN – Operação Bandeirantes</b>
<b>ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária</b>
<b>PCB – Partido Comunista Brasileiro</b>
<b>PC do B – Partido Comunista do Brasil</b>
<b>POC – Partido Operário Comunista</b>
<b>POR (T) – Partido Operário Revolucionário (Trotskista)</b>
<b>PSD – Partido Social Democrático</b>
<b>PTB – Partido Trabalhista Brasileiro</b>
<b>SNI – Serviço Nacional de Informações</b>
<b>UDN – União Democrática Nacional</b>
<b>UNE – União Nacional dos Estudantes</b>
<b>USP – Universidade de São Paulo</b>
<b>VAR – Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares</b>
<b>VPR – Vanguarda Popular Revolucionária</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 O GOLPE: DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS, HISTÓRICOS E SOCIAIS</b> .....	31
1.1 Golpe Civil-Militar ou Golpe Militar, Ditadura Civil-Militar ou Ditadura-Militar, 1964-1979 ou 1964-1985 .....	34
1.2 A Configuração do Governo em uma Ditadura Militar e a Montagem do Aparelho Repressor .....	38
1.2.1 Torturas e Violência .....	42
1.3 Partido e Organizações de Esquerda: Formação, ideais políticos, teorias, objetivos, fusões e rachas .....	48
<b>2 MULHERES: O CONTAR-SE ATRAVÉS DE SI E DO OUTRO</b> .....	56
2.1 Mulheres Militantes Políticas e suas Construções de Feminilidade .....	61
2.2 Quem são essas Mulheres .....	65
2.3 Testemunho, Experiência e Testemunhas .....	75
2.3.1 Entre a Dor e a Luta, entre a Tortura e a Resistência .....	80
2.3.2 A “Carta de Amor” do exílio .....	86
2.3.3 Diálogos Imaginados e Representados .....	90
2.3.4 A “Loira 90” – Desconstrução a partir das falas de si .....	93
2.3.5 “Ser Mulher” – O preconceito que tomou forma através das torturas .....	98
<b>3 AS VÍDEOBIOGRAFIAS COMO LUGAR DE REPRESENTAÇÕES</b> .....	101
3.1 Dilma Vana Rousseff: representações da infância a militância política .....	106
3.2 As Representações sobre a vida e a morte de Sônia Angel Jones no documentário Sônia Morta Viva .....	112
3.3 Iara Iavelberg – as representações sobre as duas versões de sua morte .....	120
3.4 Vera Sílvia Magalhães – entre a fala e a escrita .....	129
3.5 Dulce Maia: representada por companheiras de militância política .....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148

<b>FONTES</b> .....	151
<b>BIOGRAFIAS</b> .....	151
<b>FILMES</b> .....	151
<b>JORNAIS</b> .....	152
<b>REVISTA</b> .....	152
<b>SITES</b> .....	152

## INTRODUÇÃO

Contarmos a história de mulheres que foram militantes políticas não é uma tarefa fácil, pois nos deparamos com sentimentos de saudades, rancores, ressentimentos, dores, traumas, silêncios, amores, tristezas, esperanças, dentre tantos outros, que nos deixam sensibilizados, assim esse trabalho não deixa de levar nas entrelinhas os nossos anseios e objetivos se entrelaçando com as fontes e com as falas de tantos autores com suas teorias e citações.

Para falarmos da importância desse tema e da escolha dele para o desenvolvimento dessa pesquisa, precisamos ir de encontro às experiências que vivenciamos no passado, isso antes mesmo do início da graduação, momento em que já havia uma identificação e afinidade com filmes. Ao entrarmos na graduação em História e nos depararmos com a palavra pesquisa, ficamos indagando sobre o que iríamos pesquisar e com o que nos identificávamos, e fomos descobrindo as repostas para essas perguntas ao longo do curso.

Ao descobrirmos em conversas com colegas que já estavam em semestres à frente, que poderíamos usar os filmes como fontes históricas tivemos certeza de que as fontes que iríamos trabalhar na pesquisa seriam essas. Logo as fontes chegaram a nós antes mesmo do tema, e esse foi sendo descoberto a partir de leituras indicadas pela orientadora a época. A partir desse primeiro passo, que foram o das escolhas das fontes e temas como foi o nosso caso, enveredamos pelo campo da pesquisa, e nossa curiosidade só ia sendo aguçada cada dia mais à medida que nos deparávamos com novas fontes e leituras.

Fizemos esse pequeno esboço para mostrarmos que vemos trabalhando nessa pesquisa desde o período da graduação e que foi através dela que pudemos entender o que é pesquisar, e como a pesquisa histórica é importante para não deixar tantas histórias caírem no esquecimento. Não dizemos que esse seja um caminho fácil, mas sim árduo, conflituoso, que em certos momentos nos colocam diante de desafios e de angústias, mas é também um caminho de aprendizado, de escolhas e que pode nos proporcionar experiências enriquecedoras não só como profissionais, mas como sujeitos que possuem sua própria história.

Pesquisa, eis o que define esse trabalho, ao adentrarmos nesse campo nos deparamos com problemas, com angústias, mas também, com novas descobertas, novos sentidos, novas

experiências. Como aprendizes do conhecimento, percebemos o quão vasto é o conhecimento, e como a pesquisa nos proporciona aprendermos uma nova coisa a cada dia, sempre com algo novo para lermos, analisarmos, entendermos e problematizarmos. Logo ao realizarmos uma pesquisa histórica estamos nos propondo a trabalhar com o tempo histórico, para lidarmos com esse tempo histórico Reinhart Koselleck em seu livro *Futuro Passado* (2006), mais especificamente no capítulo intitulado: “*Espaços de Experiências*” e “*Horizontes de Expectativas*”: duas categorias históricas vêm nos falar do tempo histórico e dessas duas categorias como sendo fundamentais para pensarmos esse tempo histórico, pois segundo Koselleck, “Elas entrelaçam passado e futuro” (2006: 308).

Reinhart Koselleck explica essa relação entre passado e futuro, entre “experiências” e “expectativas”, dizendo o seguinte:

As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã (2006: 308).

Segundo o autor, é preciso pensarmos a história a partir da esperança e da recordação, a partir da “experiência” que pode ser pensada como um “passado atual”, esse pode ser rememorado, lembrado, podemos reconhecê-lo através das memórias, e da “expectativa”, a qual pode ser vivida no que conhecemos como presente, no hoje, no agora, categoria que Koselleck coloca como sendo um “futuro presente”, ou seja, algo que ainda não foi realizado, vivido, do qual a experiência ainda não se concretizou.

Logo essas categorias são essenciais para pensarmos a construção das histórias a partir das relações humanas no tempo. E segundo Koselleck “O que aqui importa é mostrar que a presença do passado é diferente da presença do futuro” (2006: 311). Que as “experiências” vivenciadas, ficaram em um passado, que já foram realizadas, já as “expectativas”, ainda estão por acontecer, ainda não foram vividas, ainda não ocorreram, estão entre os desejos, anseios e esperanças. É a partir desse tempo histórico que pensamos a pesquisa histórica, na qual, partimos de “experiências” para lidarmos com as “expectativas”.

Assim, pesquisar é adentrarmos em épocas às vezes desconhecidas e outras conhecidas, mas não deixando de ser novo de alguma forma. Pesquisar é percebermos nas entrelinhas das fontes com suas falas, escritas, imagens, sons, dentre tantos outros elementos,

detalhes que ainda não foram ditos, levantarmos problemas que ainda não foram feitos, é termos o olhar sensível e aguçado para coisas que ainda não foram vista ou mesmo percebidas, é trazermos para o tempo presente e deixarmos para os sujeitos de outras gerações experiências vivenciadas, ou seja, narramos partindo nesse caso de problemáticas, histórias que ocorreram no passado, que não precisam e não devem cair no esquecimento.

Pesquisar é termos amor pelo o trabalho que fazemos não nos esquecendo da imparcialidade na hora da escrita e da análise, é nos imbricarmos e viajarmos pelas páginas dos livros é nos depararmos também com leituras que muitas vezes precisam ser feitas mais de uma vez para serem entendidas, é estarmos atento a cada novo detalhe que surge, é termos uma nova ideia quando menos esperamos, e às vezes no lugar mais improvável, é estarmos sempre buscando uma nova fonte, ou uma nova leitura que ainda falta. E se tratando da pesquisa histórica é não deixar que tantas histórias e “experiências” ocorridas no passado sejam esquecidas, pois essas “experiências” de vida são essenciais para pensarmos o momento em que vivemos, ou seja, é partir das “experiências” que podemos pensar as nossas “expectativas”.

Foram a partir desses anseios de não deixarmos que tantas histórias fossem esquecidas e que, além disso, contá-las fosse uma maneira de trazermos um aprendizado para nós, que resolvemos contar a histórias de mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil. Período conflituoso, em que a tortura, as prisões, as mortes e os desaparecimentos, foram impostos a vida de muitos militantes de esquerda. Os quais deixaram marcas na memória, na vida, e no corpo daqueles que sobreviveram a tantos crimes arbitrários. Assim, ao realizarmos essa pesquisa tivemos que lidar com “memórias traumáticas”, com falas carregadas de dores, de traumas, de luta, mas também, tivemos que buscar entender os silêncios e os esquecimentos.

O tema da ditadura militar como já colocamos é algo que vemos trabalhando desde o período da graduação. Na graduação, participamos durante dois anos, como bolsista de um projeto de iniciação científica, intitulado *Memória e Reparação: os usos do passado em filmes biográficos e narrativas de desaparecidos políticos no Brasil*<sup>1</sup>, que tinha como temática a

---

<sup>1</sup>Esse projeto foi financiado pelo Cnpq, e teve durabilidade de dois anos, o qual foi iniciado em agosto de 2013, após um ano foi renovado, indo até julho de 2015. Teve como orientadora a Pr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Meneses da Universidade Regional do Cariri – URCA, e estava ligado ao grupo de estudo Laboratório de Imagem História e Memória – LABHIM.



ditadura militar. Diante da enorme quantidade de fontes audiovisuais que abordam essa temática, realizamos a partir desse projeto uma catalogação deste vasto acervo audiovisual.

Essa pesquisa nos proporcionou um aprendizado metodológico com as fontes audiovisuais, e um crescente diálogo com leituras, análise de fontes e reflexão. Como também, levou-nos a pensar o caráter interdisciplinar que esse trabalho possui ao tratar do campo audiovisual e da história. A partir desses elementos, percebemos que esse trabalho deveria ser ampliado e levado adiante em uma pesquisa mais aprofundada.

Já o tema mais específico sobre a mulher militante política nos surgiu em conversas de orientações no mestrado. Pensamos o quanto seria relevante para o campo da História, realizarmos uma pesquisa histórica que tratasse das mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Brasil. Alguns trabalhos já foram realizados nesse sentido, mas ainda há muito o que dizermos sobre essas mulheres, ainda há muito o que pesquisarmos e problematizarmos. Percebemos, em meio a várias leituras, que a história de homens que foram militantes políticos é muito mais abordada. Logo, a proposta foi tratarmos daqueles sujeitos que muitas vezes são deixadas em segundo plano, ou em alguns casos tem as suas histórias esquecidas e silenciadas.

Dentre os vários trabalhos já realizados sobre as militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil, podemos citar alguns, a exemplo da tese de doutorado desenvolvida por Ana Rita Fonteles Duarte, intitulada *Jogos da Memória – O Movimento Feminino pela Anistia do Ceará (1976-1979)* (2012). Esse trabalho desenvolvido durante os anos de 2005 a 2009 discute a partir de depoimentos de ex-militantes políticas, a atuação do Movimento Feminista pela Anistia – MFPA no Ceará. Logo o trabalho buscou como a própria autora coloca “Compreender como questões de gênero atuam na (re) construção de vivências políticas, na segunda metade da década de 1970 e na elaboração de subjetividades no presente” (2012: 21).

Entre as várias fontes utilizadas para a construção do trabalho, a autora fez usos dos depoimentos das quinze mulheres entrevistadas, dentre elas estão, Angélica Monteiro, Francisca Gonçalves Sobrinho, Maria Digessila Dantas Bezerra, Maria de Lourdes Miranda Albuquerque. Outras fontes como jornais da época, livros e fotografias de visitas aos presídios, foram emprestadas ou mesmo doadas pelas próprias mulheres ex-militantes, que foram entrevistadas. Utilizou-se também de revistas, sites, documentos do MFPA, poesias, iconografia, fez pesquisa em arquivos públicos e privados. O trabalho que estamos

desenvolvendo se aproxima dessa tese na medida em que aborda a construção das subjetividades de ex-militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil, logo ambos se aproximam pelo período histórico, por tratarem do tema da mulher militante política, pelas questões de gênero e das subjetividades.

E nos distanciamos, pelo fato de não tratarmos das mesmas mulheres ex-militantes, pelo fato da autora ter tratado de um movimento, do qual nós não abordamos que foi Movimento Feminista pela Anistia – MFPA no Ceará, de fazermos usos de fontes diferentes, dentre outros elementos. Outro trabalho que podemos citar é *Aventura de Contar-se – Feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade* (2013) de Margareth Rago. Nele a autora utiliza-se de autobiografias de sete mulheres, que possuem duas coisas em comum, nasceram entre as décadas de 1940 e 1950 e foram militantes feministas.

As mulheres selecionadas para a pesquisa foram Amélia Teles, Criméia Almeida, Ivone Gebara, Maria Lygia Quartim, Norma Telles, Gabriela Leite e Tânia Swain. Elas buscaram romper com os códigos morais, com os padrões e valores já estabelecidos dentro da sociedade impostos as mulheres. Essas mulheres narram suas histórias, suas escolhas, suas lutas, descobertas, desejos, anseios. Assim, Rago busca compreender a partir das escritas de si, como as mulheres tem transformado a sua realidade, os códigos e padrões estabelecidos, como as ideias do feminismo contribuiu para as mudanças culturais, e como essas mulheres construíram a suas subjetividades.

Nosso trabalho caminha até certo ponto com a *Aventura de Contar-se* de Margareth Rago. Eles se aproximam na medida em que escolhemos o tema das mulheres militantes no período da ditadura militar no Brasil. Também, trabalhamos com as escritas de si e autobiografias, mas a partir de fontes audiovisuais, ou seja, documentários, curtas metragens, dentre outros formatos, ponto em que nos distanciamos, pois, Rago utiliza-se de entrevistas feitas a essas mulheres por ela. Pensamos também na construção das subjetividades, no feminino, mas esses elementos compõem apenas um dos nossos capítulos. Logo, nosso trabalho não possui como única proposta às escritas de si e autobiografias, mas problematizamos as “representações” feitas sobre as mulheres militantes políticas.

Outro trabalho relevante e que aborda a trajetória de militantes políticas no Brasil é o de Susel Oliveira da Rosa intitulado *Mulheres, ditadura e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”* (2013). Resultado da pesquisa de pós-doutorado, o livro traz a história de três mulheres, são elas: Yolanda Cerquinho da Silva Prado, Nilce Azevedo

Cardoso e Flávia Schilling. As três foram ativistas políticas e militantes feministas que lutaram contra a ditadura militar, no caso de Flávia Schilling contra a ditadura militar do Uruguai, a qual foi presa e torturada. Essas mulheres não militaram nos mesmos movimentos de esquerda, não foram companheiras das mesmas organizações, mas possuem em comum as escolhas de lutarem em organizações de esquerda contra a ditadura militar.

A autora utiliza-se dentre as fontes, de depoimentos, e se propõem discutir questões como as experiências dessas mulheres dentro dos grupos de resistências, as quais eram militantes. Pensar o machismo vivenciado por elas dentro das organizações, a relação entre a militância e a maternidade, como construíram suas subjetividades, quais eram seus anseios, suas ideias de feminilidade, como essas ideias eram vivenciadas dentro das organizações de esquerdas. Diante desses três trabalhos citados, podemos dizer que nosso trabalho comunga e caminha com os já citados, em relação ao tema da ditadura militar, ao selecionarmos mulheres que foram militantes políticas como objeto central dos trabalhos.

Mas nosso trabalho se distancia e traz algo novo ao abordamos a trajetória de Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, a partir das escritas de si dentro de fontes audiovisuais, ou seja, não somos nós que fizemos as entrevistas com essas mulheres, mas utilizamos vídeobiografias a exemplo de documentários, curtas metragens, reportagens, dentre outros, que possuem como elemento principal o testemunho dessas mulheres, as quais falam de suas histórias, fazendo usos dos jogos de memória e esquecimento.

Distanciamos-nos também, à medida que propomos discutir os vários tipos de representações construídas sobre essas cinco mulheres a partir de depoimentos de familiares, amigos e ex-companheiros de militância política delas, encontrados dentro das vídeobiografias. Outra fonte que fazemos usos são as biografias produzidas por jornalistas, partindo delas em alguns momentos para pensar as “representações” e os diálogos “imaginados”. Logo, nosso trabalho traz algo de novo pela natureza das fontes, e pelos olhares que lançamos a essas fontes através da problemática.

Voltando ao por que das nossas escolhas de temas e fontes, como já colocamos, escolhemos como fonte vários formatos de filmes, como: depoimentos, reportagens e entrevistas produzidos para passar na televisão, curtas metragens e documentários. Marc Ferro no texto intitulado *O Filme uma contra-análise da sociedade?*, leva-nos a refletir sobre a construção do filme e o que seria então um filme. Ele coloca:

Ademais, o que é um filme senão um acontecimento, uma anedota, uma ficção, informações censuradas, um filme de atualidade que coloca no mesmo nível a moda deste inverno e os mortos desse verão; e que poderia fazer disso a nova história. Por um lado o filme parece suscitar, ao nível da imagem, o factual; por outro, apresenta-se, em todos os sentidos do termo, como uma manipulação. (NORRA (org.), 1975: 5).

Marc Ferro formula que o filme pode trazer imagens censuradas, pode ser editado, que nele podemos encontrar várias representações do passado, e para que ele seja produzido é preciso de alguém para pensá-lo e realizá-lo, mas apesar de tudo isso e de outros elementos, o cinema não pode ser controlado, nem mesmo pelo Estado, nem pela censura, pois nele sempre vamos encontrar algo que vai além do que o diretor quis transmitir.

Morettin defende que “Para Ferro, o cinema é um testemunho singular do seu tempo, pois está fora do controle de qualquer instância de produção...” (2007: 40). Logo Ferro assevera que o filme pode trazer “lapsos” de representações que não tinham a intenção de serem mostradas, que vai além da vontade do produtor e diretor. E Ferro chama essas representações que o cinema faz de “contra-análise da sociedade”, e essa “contra-análise” pode ser percebida através de diversos elementos, a exemplo de comportamentos, objetos, gestos, formas de falar, dentre outros.

Outro fator que precisamos levar em conta é que há vários formatos de filmes, os gêneros cinematográficos, dentre eles estão os filmes ficcionais, os curtas metragens, os filmes históricos, documentários, depoimentos, filmes testemunhos. Cada um desses formatos de filme é produzido dentro de suas regras, com suas metodologias, pois cada qual tenta representar partes de uma história e de acontecimentos a partir de suas singularidades, de suas especificidades e a partir de seus modelos. Isso não coloca um gênero cinematográfico como sendo mais relevante do que outro, e nem diminui a veracidade que todos procuram transmitir.

Assim, os filmes são construídos a partir de “tipologias narrativas” (BARBOSA, 2006), dentre elas estão às metáforas, a polifonia, os relatos e as imagens, essas tipologias são aqueles elementos que conseguem elaborar construções de sentido dentro da fonte. Essas fontes se tornaram lugares de representação da história, além disso, temos que levarmos em conta a forte relação delas com seu espaço histórico e social, as quais foram construídas, como também, as formas, conteúdos e formatos nos quais são narradas à história, tentando assim percebermos as estratégias de transformação de vários documentos em fontes históricas.

Uma dessas formas de narrar são os relatos orais, os depoimentos de pessoas que vivenciaram experiências traumáticas, os quais nos fazem pensar sobre a problemática do real dentro dos filmes, mas há também outras formas, a exemplo das narrativas ficcionais, jornalísticas que buscam transmitir efeitos de verossimilhança. Todas essas formas de narrar podem ser manipuladas, na hora da edição, da organização tópica, para assim elaborarem os sentidos que querem transmitir através dos filmes. Segundo Ricoeur (2007) essa narrativa é “seletiva”, pois não somos capazes de narrar tudo, mas só podemos reconhecer e representar os “processos temporais” através dela.

No final da década de 1970 começaram a emergir na cena pública testemunhos construídos pelos militantes que haviam sobrevivido às torturas e prisões, como também, de familiares, companheiros e amigos. Lembrar e narrar foram às formas encontradas pelas testemunhas para (re) estabelecer os vínculos sociais que haviam sido impedidos pelos vários tipos de violência e crimes de Estado. Essas testemunhas ganharam um papel importante na sociedade através de seus relatos, que se tornaram tão fortes que contribuíram para a transição democrática do País.

Foram através do ato de narrar que as testemunhas puderam conservar as suas memórias, mesmo sendo elas traumáticas. Para Beatriz Sarlo “A história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (2007: 19). Recorrer à memória traumática para construir um relato oral, tornou-se para as testemunhas uma tarefa que era preciso ser feita, justamente pelo fato de buscarem, de alguma maneira, repararem suas identidades machucadas e reprimidas. Um dos lugares encontrados por esses sujeitos foi à produção audiovisual.

Logo, as produções fílmicas que selecionamos para analisarmos têm como objeto central os depoimentos construídos a partir dos relatos orais de testemunhas da ditadura militar no Brasil. As testemunhas que resolveram narrar suas histórias foram as que haviam sido torturadas, violentadas, presas e exiladas, ou seja, as que sobreviveram. Ao narrarem as suas histórias esses sujeitos receberam o atestado de testemunhas, mas há também aquelas testemunhas que presenciaram tais crimes, as que pararam para ouvir essas pessoas em pleno calor dos acontecimentos, como seus familiares, amigos, conhecidos e ex-companheiros de luta política.

Esses relatos que pretendiam trazer à tona os acontecimentos que se seguiram ao 31 de março de 1964, através de produções audiovisuais, possuem o testemunho como objeto principal da narrativa, os quais mostram a trajetória de presos e desaparecidos políticos, evocando assim suas memórias traumáticas. Sônia Meneses menciona em seu artigo<sup>2</sup> um conceito que representa e imprime significado ao corpo de fontes audiovisuais que serão aqui trabalhadas, que é o conceito de “vídeobiografias”;

“Videobiografias” são narrativas – permeadas de jogos de memória e esquecimento – produzidas com fins de tornar visível, por meio de imagens e testemunhos, a história de personagens cujas trajetórias estão ligadas a eventos importantes para grupos ou gerações. Podem ter formatos variados, desde documentários, curtas, até vídeos para televisão. Têm como característica o testemunho e a evocação de memórias traumáticas sobre acontecimentos ou fenômenos sociais (2014: 136).

Essas videobiografias podem nos ajudar a pensar as várias dimensões da memória e do esquecimento, como também, a perceber as construções narrativas elaboradas pelas testemunhas, e como esses testemunhos são importantes para uma perpetuação de tantas histórias. Assim elas “colocam em evidência intensas disputas pela memória e (...) apresentam as vítimas da repressão como proponentes de uma verdade difícil de ser questionada” (MENESES, 2014: 136-137).

Assim, estão permeadas de “usos e abusos” de memória e de esquecimento, (RICOEUR, 2007). Para Ricoeur é a partir do ato da experiência “impressão” que conseguimos lembrar e realizar o reconhecimento, e são esses elementos que contribuem para o trabalho da memória. “Aquilo que uma vez vimos, ouvimos, sentimos, aprendemos não está definitivamente perdido, mas sobrevive, pois podemos recordá-lo e reconhecê-lo” (RICOEUR, 2007: 443). É através do ato de recordar e de reconhecer que as experiências traumáticas podem ser rememoradas e reconstruídas a partir de relatos orais e dos depoimentos que tratam das histórias de vida.

Logo essas experiências ao não serem rememoradas ficam em parte submetidas ao que Ricoeur chama de “esquecimento de reserva”, ou seja, as testemunhas selecionam o que narrar deixando silenciados ou reservados as “memórias traumáticas” que não querem mostrar. Lembranças, recordação, reconhecimento e silêncios são elementos que permeiam as dimensões da memória em que podemos pensar que ela sobrevive na luta contra o

---

<sup>2</sup> Conceito tratado no artigo: Luto, identidade e reparação: videobiografias de desaparecidos na ditadura militar brasileira e o testemunho no tempo presente, o qual foi publicado na Revista de História Oral em 2014.

esquecimento e esse persiste em se fazer presente. Ricoeur fala de tipologias dos “usos e abusos” da memória, a exemplo da “memória impedida” e da “memória manipulada”, e é através dessas tipologias que percebemos como o esquecimento está intrínseco nessas dimensões da memória.

Assim, para as várias testemunhas da ditadura militar, narrar se tornou algo essencial para mostrar os traumas, recalques, ressentimentos e luto. Para Jeanne Gagnebin esses elementos são alguns dos constituidores da “memória traumática” “(...) gênero tristemente recorrente do século XX (...)” (BRESCIANI e NAXARA (org.), 2004: 86). Logo essas “memórias traumáticas” são compostas dos traumas nunca superados, dos ressentimentos, da incerteza quanto achar algum familiar ou amigo vivo, às lembranças de sofrimentos que não serão esquecidas, a busca por uma restituição de direitos e reparação do passado.

É a partir do trauma que a “memória traumática” é construída, a qual pode levar os sujeitos a silenciarem e buscarem o esquecimento, ou pode também servir para lutarem contra o esquecimento, utilizando essa memória em favorecimento das pessoas que sofreram como foi o caso dos presos e desaparecidos políticos. Assim, “a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade” (SELIGMAN-SILVA, 2008: 67).

É a partir das experiências e desses vários tipos de sentimentos acarretados, que as testemunhas narram em finais do século XX e início do século XXI. Ao narrarem o trauma elas realizam a tarefa de “narrar o trauma, pois “(...) o testemunho de certo modo só existe sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade” (SELIGMAN-SILVA, 2008: 67). Não é fácil narrar o trauma, mas ele não é inenarrável, pois nem todos conseguiram narrar o trauma, mas alguns conseguiram e narraram com muita intensidade.

Segundo Ricoeur “(...) os grandes crimes do século XX (...) deixaram sua impressão traumática nos corações e nos corpos: protestam que foram e, nessa condição, pedem para ser ditos, narrados, compreendidos” (2007: 505). Diante desses crimes, que ocorreram no século XX e que deixaram suas marcas em muitos sujeitos é que muitos sobreviventes desses crimes de ditaduras, ou mesmo familiares e amigos dessas pessoas, estão lutando e falando, ou seja, trazendo para o debate político problemas que não foram resolvidos, ou que não devem cair no esquecimento.

Para além dos filmes, outro tipo de fonte também nos surgiu durante o percurso, através de pesquisas e leituras, que foram as biografias produzidas por jornalistas sobre mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil. A literatura era outro gênero que já fazia parte das nossas leituras desde muito tempo, com as quais já possuíamos certa identificação, logo não foi algo problemático inseri-las na pesquisa como mais uma fonte de pesquisa, e que traria novos olhares e problemáticas.

Pierre Bourdieu na sua obra *Razões Práticas: sobre a teoria da ação* (1996) nos vem falar da biografia, como uma construção narrativa. Ele enfatiza:

A narrativa, seja ela biográfica ou autobiográfica, como a do entrevistado que “se entrega” a um entrevistador, propõem eventos que, apesar de não se desenrolarem todos, sempre, na sua estrita sucessão cronológica, (...) tendem a, ou pretendem, organizar-se em sequências ordenadas e de acordo com relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o entrevistador e o entrevistado) tem de certo modo o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência contada (e, implicitamente, de qualquer existência) (1996: 75).

As biografias são construídas a partir de relatos dos biografados, logo os biografados e suas histórias de vida, que são o objeto central do livro, buscam ao narrar suas histórias, construir um sentido cronológico sobre elas. Os biografados narram suas experiências, suas vivências, suas expectativas, suas escolhas, tentam assim, dar significado as suas vidas através de histórias. Logo, a biografia ao ser construída utiliza-se de elementos de memória, lembranças e esquecimentos, do testemunho, que pode ser também de familiares, amigos e companheiros das biografadas, mas também, de outros tipos de fontes como fotografias, jornais, revistas, dentre outras.

Logo, as biografias buscam construir um tipo de representação sobre a pessoa ou as várias pessoas que tem suas histórias de vidas narradas, sejam através dos seus próprios depoimentos, sejam por um emaranhado de depoimentos de pessoas que as conheceram e fizeram partes de suas histórias. Além, disso temos que levarmos em conta, que o resultado de todo o trabalho se dar através da escrita do jornalista, e esse ao escrever pode elaborar outro tipo de representação sobre a biografada. Podemos pensar na biografia com sendo um lugar de representação, um lugar de fala de testemunhas, um lugar de fala para a própria biografada, e o lugar de fala do jornalista.

Assim, a partir dessas fontes audiovisuais e biográficas, ou seja, de algumas autobiografias, nas quais entram os filmes, entrevistas, depoimentos e cartas, e também das



biografias, buscaremos entender como essas mulheres falam de si, narram suas histórias, se auto-representam e constroem suas subjetividades. A partir dos filmes produzidos com base nos depoimentos de familiares, amigos, ex-companheiros de militância, e de biografias produzidas por jornalistas buscaremos entender como essas mulheres são representadas por esses sujeitos nessas fontes.

A história de vida das mulheres como Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Dulce Maia e Vera Silva Magalhães, foram-nos chegando através das fontes, de filmes, biografias, entrevistas, depoimentos, cartas, de leituras e pesquisa. Assim, começamos a adentrar nas trajetórias de vidas dessas mulheres, ressaltando que esses são apenas cinco exemplos de inúmeras outras mulheres que foram militantes políticas e que foram submetidas a crimes arbitrários como torturas, prisões e até mesmo a morte e o desaparecimento.

Todas essas histórias são importantes, cada uma possui seus significados. Todas as mulheres que foram militantes políticas tiveram suas lutas, seus anseios, desejos, buscaram construir suas subjetividades. Logo, selecionar essas cinco mulheres para tratarmos de suas trajetórias de vida foi uma tarefa difícil para nós, pois são muitas histórias, e todas merecem ser contadas e terem visibilidades. São histórias permeadas de luta, de dores, de ressentimentos, de mortes, mas também, de sobrevivência, de reencontros, de recomeço, ou mesmo de continuidades.

A partir das fontes que nos foram surgindo e dos temas e problemáticas que íamos levantando, propusemos dividir esse trabalho em três capítulos. Precisaríamos abordar alguns temas mais gerais como ditadura militar, aparelho repressor, organizações de esquerda, tipos de tortura e violência, para depois adentrar nas fontes. Nesse sentido fizemos a divisão dos capítulos de acordo com as necessidades que íamos sentido em relação aos debates e discussões que precisavam ser feitas.

No primeiro capítulo tratamos do tema da ditadura militar, buscando entender o contexto político, histórico, social e cultural que se deu nesse período, mas dando relevância para alguns elementos mais específicos. Realizamos um debate sobre algumas nomenclaturas que permeiam os estudos sobre o tema da ditadura e do golpe de 1964. Isso foi importante para nos colocarmos como pesquisadora e deixarmos claro o porquê das escolhas em usarmos “ditadura militar” e “golpe civil-militar” (FICO, 2004), em vez de outras nomenclaturas, e também realizamos uma discussão sobre a periodização como “1964-1978” (REIS, 2012), “1964-1985” (BEZERRA, 2012).

Partindo dessas discussões e dos posicionamentos que tomamos dentro da pesquisa para a realização da escrita, fizemos uma reflexão sobre a configuração do governo em uma ditadura militar, o qual foi iniciado em 1964 a partir de um golpe civil-militar, e como se deu a montagem do aparelho repressor com seus órgãos, instituições, leis, presídios, locais de tortura, dentre outros. Para realizarmos esse debate fizemos usos de obras de autores como *1964: História do Regime Militar Brasileiro* de Marcos Napolitano (2014), *Brasil: Nunca Mais* com prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns (1985).

Dentro desse tema que trata da montagem do aparelho repressor demos ênfase as torturas e vários tipos de violência, e como se davam os códigos de silêncios dentro das organizações, quando fosse o caso, de algum companheiro de militância ser preso e torturado. Outra obra que trabalhamos foi *Combate nas Trevas* de Jacob Gorender (2014), nela ele faz uma abordagem sobre os partidos e várias organizações de esquerda que foram criadas, (re) organizadas no período da ditadura militar, disserta também sobre o torturado, o torturador e os “justiçamentos”.

Fizemos uso também da literatura ficcional através do livro *Nos Idos de Março – A ditadura militar na voz de 18 autores brasileiros* (2014), organizado por Luiz Ruffato, composto de dezoito contos escritos durante a ditadura militar no Brasil. Seleccionamos o conto *O Homem que ensinava a fazer sofrer* de Frei Beto, para falarmos das aulas preparatórias para se aprender a torturar.

Abordamos igualmente os vários métodos de tortura, principalmente aqueles os quais as mulheres ex-militantes políticas foram submetidas, e a partir de uma pesquisa sobre os vários tipos de tortura explicamos como elas se davam. A exemplo, dos *afogamentos, cadeira de dragão, choques, pau-de-arara, palmatórias, pimentinha, geladeira, utilização de produtos químicos, insetos e animais, enforcamentos, agressões físicas, telefones*, ainda havia *abusos sexuais, estupro, e torturas psicológicas* de vários tipos.

Em outro tópico pensamos sobre as organizações de esquerda, elas foram muitas e das mais variadas, mas entre os seus objetivos possuíam um em comum que era o de derrubar a ditadura militar. Logo, não tínhamos como falar de todas elas. Assim, escolhemos aquelas que as mulheres militantes políticas foram integrantes, como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária – ORM-POLOP, Comando de Libertação Nacional – COLINA, Ação Libertadora Nacional – ALN, Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares – VAR – Palmares, Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8.

Sobre essas organizações buscamos entender como se davam suas formações, suas fusões, rachas, projetos, ideologias, as teorias que se embasavam, seus líderes, suas ações, seus ideais de luta política, dentre outros. Essa reflexão foi importante ser realizada para entendermos, quais linhas teóricas, ações e projetos essas mulheres lutavam, quais eram os seus objetivos e anseios políticos, pois ao entrar em determinada organização de esquerda, eles realizavam a escolha de concordar com as pautas e projetos de luta defendidos por tais organizações, as quais podiam mudar ou mesmo buscar novos meios para a luta dependendo da situação que estavam inseridos, motivos que também fizeram com que muitas fossem levadas a rachas.

No segundo capítulo propomos problematizar as “escritas de si” dessas mulheres, pensando a construção de suas subjetividades e de sua feminilidade. A abertura do capítulo se dá a partir da discussão de alguns conceitos importantes para pensarmos essas “escritas de si”, como narrativa, subjetividade, a linguagem, a memória, o contar-se. Ao pensar as “escritas de si” nos reportamos para as autobiografias, dentre as que foram analisadas no capítulo, estão uma carta, entrevistas para programa de televisão, para documentário e para biografias.

Para tratar teoricamente sobre o conceito das “escritas de si”, “subjetividade” e “contar-se”, fizemos uso do trabalho de Margareth Rago intitulado *A aventura de contar-se: femininos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013). Nessa obra ela trata da história de sete mulheres que foram ou ainda são militantes feministas, assim além de abordar o “contar-se”, trata também do movimento feminista, e a importância dessas mulheres para o movimento e para a construção e disseminação das ideias feministas.

Outra autora que nos deu embasamento teórico foi Leonor Arfuch, ela trata no trabalho *Mujeres que narran: Trauma y memoria* (2009), das mulheres que estiveram nos campos de concentração no período da ditadura militar Argentina entre 1976-1983. Ela trabalha nesse artigo conceitos como os de “narrativa”, “memória”, “subjetividade” e tentamos pensá-los a partir das autobiografias dessas mulheres.

Ainda sobre o conceito de “escritas de si” trabalhamos com a obra *O si-mesmo como um outro* (1991) de Paul Ricoeur, nesse livro ele fala da escrita de si construída na relação com outro, que ela não se faz sozinha, aborda também as “identidades pessoais”, que se faz na relação com outro e com o mundo. Outro autor que trabalhamos foi Maurice Halbwachs, com o livro *A memória coletiva* (2013), para ele as memórias individuais são parte da memória coletiva, e a primeira é construída em relação com a segunda.

A partir dessa discussão, adentramos em outras como o debate sobre o feminismo se utilizando de autoras como Joana Pedro (2006), para falar do “direito ao corpo”, Simone de Beauvoir (2016) quando trata do “tornar-se mulher”, Judith Butler que vem falar do caráter performativo de gênero, e das ideias de masculino e feminismo construído culturalmente (2017). Alice Costa (2005) ao abordar também o debate sobre o movimento feminista e a introdução na década de 1970 de debates sobre gênero. Assim, a partir dessas autoras trabalhamos os conceitos de feminismo, gênero e mulheres.

É importante salientar que a discussão sobre gênero não era algo colocado no período em que Dilma Rousseff, Sônia Angel Jones, Iara Iavelberg, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, eram militantes políticas e participavam de organizações de esquerda durante a ditadura militar no Brasil. Mas as fontes que trabalhamos, as quais trazem através de suas narrativas as escritas de si dessas mulheres, foram produzidas em um momento em que as discussões sobre gênero já estavam em pauta. Logo isso é reverberado através das escritas de si e do próprio lugar de fala delas.

Em seguida indagamos quem são essas mulheres que terão suas trajetórias de vida por nós narradas. Elaboramos uma pequena biografia sobre cada uma das cinco mulheres: Dilma Rousseff, Sônia Angel Jones, Iara Iavelberg, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia. Abordamos, também, alguns elementos de forma rápida, desde o nascimento, escolas que estudaram, família, infância, a entrada na militância, coisas que gostavam de fazer como leituras, cinema, teatro, passeios, festas. A militância política, as organizações das quais participaram, as prisões, as solturas, as mortes, o exílio, à volta para o Brasil.

A partir da obra de Beatriz Sarlo *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva* tratamos em outro tópico do conceito de “testemunho”, da sua emergência, da problemática que a autora coloca em torno do testemunho dessas pessoas que sobreviveram à morte. E o dilema que o historiador enfrenta para analisar esses testemunhos criticamente, pensando-os para além das dores, choros e sofrimentos. Ainda embasado nessa obra abordamos também o conceito de “experiência” e de como as experiências estão ligadas à construção do testemunho.

Em seguida começamos a realizar a análise das fontes; para cada subtópico abordamos as falas de uma mulher. Iniciamos com as falas de Dilma Rousseff no documentário *Crepúsculo no Alvorada*, produzido em 2010 para ser transmitido no programa de televisão da SBT Conexão Repórter. Dilma foi entrevistada por Roberto Cabrini e fala para

ele sobre as torturas, a ideia de ser subversivo, de como suportou a tortura para não colocar a vida de outros companheiros em risco, das dores que sentiu. Em outro depoimento que ela deu em uma audiência para a TV Senado no ano de 2008, ela narra sobre ter mentido para proteger companheiros, de como sua luta e suas escolhas fazem parte de sua biografia e de que ela não se envergonha e não esconde nada que fez.

Ainda sobre as falas de si de Dilma Rousseff, abordamos outra entrevista, essa foi dada para a TV Pública da Suíça e a entrevista foi feita pelo apresentador Darius Rochebin no ano de 2017. Ela coloca mais uma vez a tortura como algo que machuca, mas que não deve ser carregada como marca para o resto da vida. Ao tratarmos das escritas de si de Dilma nos deparamos com um vasto acervo de fontes e a dificuldade esteve em selecioná-las. Mas algo que percebemos, foi que as entrevistas sempre tinham uma pergunta que estava relacionada ao período em que ela participou da militância, foi presa e torturada. Assim, demos foco às escritas de si que tratam desse período de sua vida. As próximas mulheres foram Sônia Angel Jones e Iara Iavelberg, mas enfrentamos algumas dificuldades.

Durante a escrita e a pesquisa nos deparamos com dois casos particulares, o de duas mulheres: Sônia Angel Jones e Iara Iavelberg, ambas foram mortas no período da ditadura militar no Brasil e não sobreviveram para narrar as suas histórias, se é que teriam feito, pois há muitos casos de silenciamentos. Mas elas conviveram e tiveram vários tipos de experiências com outras pessoas, dentre elas familiares, amigos e companheiros de luta política, e assim deixaram impressões, recordações, lembranças nessas pessoas. Logo essas pessoas podem construir representações sobre essas mulheres e sobre momentos que compartilharam juntas.

O foco do capítulo são as escritas de si, mas não queríamos deixar de tratar das histórias dessas duas mulheres pelo fato de não termos encontrado algum tipo de fonte que trouxesse suas falas, como também, não quisemos tratar apenas de histórias de mulheres militantes que sobreviveram as prisões e as torturas, mas também, daquelas que não sobreviveram, ou seja, daquelas que foram mortas. Sônia e Iara com suas trajetórias de vida nos chegaram ainda no período da graduação e através das fontes, mais precisamente de dois filmes, que são o documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) e do curta-metragem *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994).

Foi fazendo a descrição do documentário *Sônia Morta Viva* que percebemos que haviam sido inseridos imagens de uma carta escrita por Sônia Angel Jones, no período que

esteve no exílio em Paris na década de 1970. É uma carta para seu esposo Stuart Edgar Angel Jones, que havia ficado no Brasil, nessa carta ela se remete a esperança de vida, do reencontro, a culpa, ao amor, dentre outros elementos. A carta é uma das fontes que compõe as escritas autobiográficas, e essa foi à única fonte que encontramos que havia as escritas de Sônia.

No caso de Iara Iavelberg não tivemos acesso e nem encontramos nenhuma fonte que tivesse suas falas ou escritas de si, mesmo assim não quisemos deixar de abordar sua trajetória de vida por conta disso. Sendo assim, a partir do curta-metragem *Iara Lembrança de Uma Mulher*, no qual a jornalista Judith Patarra é a primeira testemunha que fala logo na abertura, em sua fala ela menciona a pesquisa que fez sobre a vida de Iara, essa pesquisa resultou na biografia *Iara Reportagem Biográfica* (1992). Nessa biografia há inúmeros diálogos e depoimentos de pessoas que conviveram ou tiveram algum contato com Iara.

Em alguns depoimentos percebemos que os depoentes muitas vezes tentam descrever os momentos que tiveram com Iara da maneira que ocorreram e tentam repetir os gestos que ela fazia as suas falas, gritos, sensações. Algo complexo, pois ninguém é capaz de traduzir ou mesmo mostrar o que o outro sentiu, mas ao mesmo tempo me fez questionar sobre essas falas de Iara traduzida e transmitida através do outro, esse podendo ter se reportado ao imaginário e a representação para realizar tal feito. Logo pensamos o conceito de “imaginário” a partir de Le Goff (1994) e de “representação da representação” a partir de Ricoeur (2007).

Para tratar das “escritas de si” de Vera Sílvia Magalhães trabalhamos com o documentário *Memória Política* (Ivan Santos, 2004), realizado pela TV Câmera. Ela narra desde momentos de sua infância, adolescência, a militância, as torturas, a prisão, dentre outros elementos. É importante notar que sua fala está de alguma forma relacionada à política, desde as influências que teve ainda criança da teoria socialista e como isso foi importante para ela adentrar na luta política. As falas que selecionamos, dá ênfase a desconstrução que ela faz do apelido que os militares e/ou a mídia criaram que foi o de “Loira 90”, e de um episódio que a envolveu e um companheiro de militância e que marcou sua vida.

Por último, tratamos das escritas de si de Dulce Maia a partir do documentário *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010), exibido pela TV UFSC. Em suas falas ela narra como se dava seu papel dentro da organização política, de como o fato de ser mulher e de ser de classe média fez com que o preconceito dos militares tomasse forma através das torturas, de

como as torturas a machucaram fisicamente e tudo que teve que reaprender a fazer depois delas. Ao pensar as escritas de si e ao problematizá-las entendemos que elas não se constroem sozinhas e que a memória coletiva é essencial para tais tessituras narrativas.

O terceiro capítulo tem como proposta pensarmos as representações feitas sobre essas mulheres a partir de depoimentos de familiares, amigos, ex-esposos, ex-companheiros de militância e jornalistas. Dentre as fontes, selecionamos as vídeobiografias, são elas, *História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff* (Marina Borges e Lígia Jacques, 2010), *Depoimento de – Carlos Araújo Amor e Revolução* (Reynaldo Boury, Luiz Antônio Piá e Marcus Coqueiro, 2011), o documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985), o curta metragem *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994) e o documentário *Em busca de Iara* (Flávio Frederico e Mariana Pamplona, 2013).

E segue com *Memória Política* (Ivan Santos, 2004), *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010). Ainda selecionamos uma biografia escrita pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, intitulada *Mulheres que foram à luta armada* (1998). Na abertura do capítulo abordamos as vídeobiografias como lugar de representação, as quais possuem o testemunho como objeto principal. Partimos de Seligmann-Silva com seu trabalho *Narrar o Trauma* (2008) para falarmos do testemunho, e que há vários tipos de representação dentro dessas vídeobiografias, e uma delas são as representações construídas através dos depoimentos das testemunhas.

Pensamos também, o filme como lugar de memória a partir do trabalho de Michael Pollak intitulado *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989). Para trabalharmos o conceito de representação utilizamos a obra *A História Cultural entre Práticas e Representações* (1990) de Roger Chartier, e a partir dele queremos perceber quais são os tipos de representações que são feitas sobre essas mulheres, enquanto, filha, irmã, amiga, companheira de luta política, como militante. Partindo ainda do trabalho de Roger Chartier abordamos as “lutas de representação”, que se dão dentro das vídeobiografias, das mais variadas formas.

A partir disso, segue os sub tópicos em cada um abordamos as representações feitas sobre uma das cinco mulheres que foram militantes políticas, Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia. No primeiro falamos das representações feitas sobre Dilma Rousseff, a partir das vídeobiografias *História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff* (Marina Borges e Lígia Jacques, 2010), e o *Depoimento de – Carlos Araújo Amor e Revolução* (Reynaldo Boury, Luiz Antônio Piá e Marcus Coqueiro,

2011). A primeira traz depoimentos de amigas, de jornalistas, do narrador *off*, dentre outros, sobre sua infância, adolescência, entrada na militância, seu afastamento, ou seja, uma pequena biografia sobre a vida dela, já o segundo traz o depoimento do ex-esposo dela, e aborda o momento que estiveram juntos na militância política e na vida amorosa.

Para trabalharmos as representações feitas sobre a vida e morte de Sônia Angel Jones, selecionamos o documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985). Produzido por iniciativa de seu pai, para não deixar que a história de sua filha caísse no esquecimento. O documentário possui 18 testemunhas que narram momentos que viveram ao lado da biografada. A narrativa da produção gira em torno das representações sobre a morte a vida de Sônia Angel Jones, ou seja, fazem a abertura do falando da versão oficial da morte dela, e terminam falando das reais condições em que ela foi morta. Logo, são a partir dessas representações sobre a vida e as versões sobre a morte da biografada que propomos refletir.

Iara Iavelberg teve representações construídas sobre sua trajetória de vida e as causas de sua morte, no curta metragem *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994) e no documentário *Em busca de Iara* (Flávio Frederico e Mariana Pamplona, 2013). A partir dessas produções propomos pensar as representações sobre as duas versões da morte de Iara Iavelberg, no curta metragem é representada a primeira versão de sua morte tida como oficial a época, que mostra que a biografada se suicidou, versão contestada pela família dela. Em 2003 com a exumação dos restos mortais dela, foi confirmada a versão de que ela não se suicidou, mas que foi morta por arma de fogo. E o documentário traz as representações feitas sobre essa segunda versão da morte de Iara Iavelberg. Mas, as produções também nos trazem outros tipos de representação sobre a biografada, a exemplo dela como profissional, amiga, namorada, irmã, companheira de militância, dentre outras.

Para tratarmos das representações construídas sobre a trajetória de vida de Vera Sílvia Magalhães, no deparamos com algumas dificuldades em relação às fontes. A única videobiografia que abordava representações sobre Vera Sílvia foi *Memória Política* (Ivan Santos, 2004), mas apenas a partir da voz *off*, de fotografias, não encontramos falas de testemunhas, a exemplo de familiares, amigos, ex-companheiros de militância política. Logo, se utilizássemos apenas essa fonte, não daríamos conta do nosso objetivo, assim, em meio a pesquisa encontramos a biografia *Mulheres que foram à luta armada* (1998) do jornalista Luiz Maklouf Carvalho.



Nessa biografia o jornalista Luiz Maklouf Carvalho, escreve sobre a trajetória de vida de varias mulheres, principalmente no período de militância delas durante a ditadura militar no Brasil. Em um dos capítulos ele fala sobre a trajetória de militância política de Vera Sílvia Magalhães. Assim, para falarmos das representações construídas sobre Vera Sílvia trabalhamos com dois tipos de fonte, que foram a videobiografia *Memória Política* (Ivan Santos, 2004) e a biografia *Mulheres que foram à luta armada* (1998). A partir delas, pensamos as representações de Vera Sílvia como militante política, companheira de militância, dos caminhos que escolheu seguir, dentre outras.

Dulce Maia também teve sua trajetória de vida representada a partir de testemunhas no documentário *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010). A fonte foi produzida a partir do depoimento de quatro mulheres que foram militantes políticas da organização de esquerda conhecida Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, no período da ditadura militar no Brasil. Essas mulheres, Dulce Maia, Damaris Lucena, Renata Lafoz e Renata Guerra Andrade, constroem representações sobre si e sobre o outro. E são a partir dos depoimentos de Damaris Lucena e Renata Lafoz, que vemos momentos da trajetória de vida política de Dulce Maia sendo representada. Elas falam de Dulce Maia, enquanto militante política, nas ações, o papel que desempenhavam junto delas, a amizade que foi construída, dentre outros elementos.

Portanto, esse trabalho tomou corpo a partir desses três capítulos, o primeiro nos situa no período histórico que propomos trabalhar, e vai levando o leitor para os caminhos que queremos abordar, e já deixa claro que pretendemos trabalhar com cinco mulheres, Dilma Rousseff, Sônia Angel Jones, Iara Iavelberg, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil. O segundo capítulo tem como objetivo tratar das escritas de si dessas mulheres, e o terceiro capítulo aborda as representações que as testemunhas, a exemplo de familiares, amigos, ex-companheiros de militância, ex-esposos, ex-namorados, jornalista, fazem sobre a trajetória de vida dessas mulheres.

Logo, essas são algumas das várias reflexões que nos propomos a realizar através da escrita dessa dissertação. E diante de todas essas reflexões, o nosso maior objetivo foi narrar, contar e mostrar a história dessas mulheres, que foram filhas, algumas mães, irmãs, esposas, namoradas, amigas, colegas, companheiras de luta política, que foram presas, torturadas, mortas e que sobreviveram. É sobre a história delas que propomos narrar, e foram para vocês leitores e leitoras que nos propomos escrever.

## 1 O GOLPE: DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS, HISTÓRICOS E SOCIAIS

Se o golpe de Estado no Brasil não foi absolutamente inevitável, também não foi absolutamente casual. Fatores vários confluíram e determinaram a queda do governo João Goulart, em 1º de abril de 1964, em meio a contradições sociais e políticas, tanto internas quanto externas, que o forte impulso da industrialização do país, durante os anos 1950, aguçou (BANDEIRA, 2010: 415).

João Belchior Marques Goulart (1918-1976) nasceu em São Borja – RS, mais precisamente em uma estância chamada Yguaraçá. Conhecido também como Jango, vinha de uma família abastado, pois seu pai Vicente Rodrigues Goulart era um rico estancieiro da região, profissão que aos vinte e cinco (25) anos de idade, João Goulart iniciará, aumentando assim a fortuna da família. Em 1946 adentrou na política, no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB<sup>3</sup>, em São Borja, desde então foi se aproximando de Getúlio Vargas, se tornou uma pessoa da confiança deste e ascendeu no partido.

Sua formação acadêmica foi o bacharelado em direito, dentre os cargos que exerceu na vida política estiveram o de deputado estadual, federal, e secretário de Justiça no Estado em que nasceu. No ano de 1953 foi nomeado por Vargas ministro do trabalho, se tornou vice-presidente da República em dois períodos, o primeiro tinha como presidente Juscelino Kubitschek (1951-1961) coligação entre o Partido Social Democrático PSD<sup>4</sup>-PTB, e o segundo Jânio Quadros (1961), apoiado pela União Democrática Nacional – UDN<sup>5</sup>. Esse ainda era um período em que se podiam eleger um presidente de um partido e o vice de outro, a exemplo de Goulart que foi apoiado pelo PTB e Quadros pela UDN.

Em agosto de 1961 Jânio Quadros renunciou o cargo de presidência da República, na época Goulart havia viajado para a República Popular da China. Ele não tinha a simpatia e o apoio dos principais setores das forças armadas, as mesmas que em 1953 o retiraram do cargo de ministro do trabalho. Logo não concordaram que ele assumisse o cargo de presidente da República, posição que ia contra a legalidade de direitos imposta pela Constituição.

---

<sup>3</sup> Em 1945 foi fundado como partido político, e articulado com o apoio do Ministério do Trabalho, da Indústria do Comércio e do Presidente, na época Getúlio Vargas, a partir da construção do partido se configurou a ideologia trabalhista, que já vinha sendo articulada. Ele ficou inicialmente na base dos sindicatos, propondo mostrar que o partido estava apoiando os sindicalistas.

<sup>4</sup> Fundado no ano de 1945, sob o governo Vargas e como uma iniciativa sua, inicialmente tentaram articular setores das mais variadas classes sociais, mas foi a partir dele que esteve entrelaçado os interesses da burguesia industrial e de fazendeiros.

<sup>5</sup> Partido político fundado em 1945, de cunho conservador com base no liberalismo, e de oposição a política desenvolvida por Getúlio Vargas.

Na época houve uma campanha para a posse de Goulart, quem tomou a frente foi Leonel Brizola, que era cunhado de Goulart e governador do Rio Grande do Sul. Ocupou as rádios de Porto Alegre realizando discursos, teve a favor da campanha a mobilização da Brigada Militar, os trabalhadores de várias cidades também se mobilizaram através de greves. Assim o Congresso que havia recebido o pedido dos ministros militares para impedir à posse de Goulart a presidência, não foi aceito. Goulart assumiu, mas foi colocada uma limitação nos poderes a partir da emenda constitucional que implantava o parlamentarismo, governo em que, os poderes de presidente passam para o primeiro-ministro, e esse era escolhido pelo Congresso e sua maioria conservadora.

Segundo Moniz Bandeira “Goulart, no entanto, recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava”. (2010: 147). E foi sob esse tipo de governo, o qual foi submetido, que ele levou a política brasileira, até janeiro de 1963, quando a partir de um plebiscito, instituído pelo Congresso, foram restaurados os poderes presidenciais.

Desenvolveu uma política nacional e reformista, e tinha como um dos projetos mais importantes do seu programa de governo as reformas de base<sup>6</sup>. No seu governo as lutas de classe começaram a se intensificar, e em muitos momentos Goulart tentou fazer uma política de conciliação. Se tratando da política externa entre o Brasil e os Estados Unidos, as relações se agravaram, pois os EUA não concordavam com o tipo de política que estava sendo feita no Brasil, dentre as várias medidas tomadas pelo presidente que iam contra os interesses dos EUA, estavam às relações comerciais que o Brasil estabeleceu com alguns países do bloco socialista.

Outros pontos que geraram conflitos em seu governo foram os da reforma agrária<sup>7</sup>, pois feria os interesses dos fazendeiros e proprietários de terra, por propor mudanças que trariam benefícios para outros setores menos favorecidos, e o do Plano Trienal<sup>8</sup> em que vários

---

<sup>6</sup> Eram medidas que traria mudanças para os vários setores da sociedade brasileira, como o social, educacional e econômico. Dentre essas mudanças estavam às agrárias, universitárias, bancárias, fiscais, urbanas, como também a implantação do voto setores da sociedade que não possuíam o direito a ele, como os analfabetos e aqueles que eram subalternos das Forças Armadas.

<sup>7</sup> Possuía o objetivo de reorganizar a estrutura fundiária, ou seja, a divisão da terra em propriedades, para todos os setores da sociedade brasileira.

<sup>8</sup> Proposto pelo ministro do planejamento Celso Furtado no governo de João Goulart, tinha o objetivo de conter a inflação e trazer o crescimento econômico para o Brasil. Ele se daria através da estratégia de se utilizar mercadorias nacionais em vez das importadas, ou seja, buscava valorizar a mercadoria nacional.

grupos como a União Nacional de Estudantes – UNE<sup>9</sup> o Partido Comunista Brasileiro – PCB, dentre outros, intensificaram o combate para o seu desenvolvimento. O Comando Geral dos Trabalhadores – CGT<sup>10</sup> queriam que as reformas de base fossem aprovadas, e em 1963, ameaçou de realizarem uma greve geral, para que o Congresso aprovasse as reformas.

Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam os empresários e os fazendeiros. O CGT, as Ligas Camponesas e outras organizações de massa, por mais débeis que fossem, eram como espectros que lhes tiravam o sono. E, de uma forma ou de outra, Goulart identificava-se com aquele movimento que parte das Forças Armadas queria reprimir (BANDEIRA, 2010: 243).

As notícias sobre a implantação do comunismo no Brasil, através de guerrilhas organizadas por integrantes de grupos de esquerda, estavam nas conversas dentro das Forças Armadas, e assim iniciou-se o que Moniz Bandeira chama de “guerra psicológica contra o governo” (2010: 244). Essa guerra psicológica não esteve presente apenas nos órgãos das Forças Armadas, mas também, fez parte do imaginário de outras classes. A conspiração contra o governo Goulart já vinha ocorrendo há algum tempo, e foi sendo mais bem organizada, na qual os oficiais criaram uma rede clandestina com infiltrados, para obterem informações, e assim agirem quando acharem que era necessário.

Esses foram apenas alguns aspectos históricos, políticos e sociais, que ocorreram no governo Goulart, que são importantes serem frisados, para que pudéssemos entender como se deu o Golpe no Brasil em 1964, assim pensarmos a partir da historiografia recente feita sobre esse período, algumas nomenclaturas como “Golpe Civil-Militar” e “Ditadura Militar”, e quais os seus significados, há também variações de datas que alguns autores colocam para o início e o fim desse período, são 1964-1985; 1964-1989; 1964-1979; 1968-1979. Não iremos tratar de todas detalhadamente, das quais, daremos ênfase somente há algumas, principalmente as que compactuam com o nosso posicionamento dentro da pesquisa.

Nos tópicos que se seguirão iremos tratar da configuração do governo em uma ditadura militar, como se deu a montagem do aparelho repressor, com suas Leis, órgãos e instituições. Pensarmos as torturas dentro do aparelho repressor, e quais foram os tipos de torturas realizadas nesse período, contra quem eram realizadas, como se davam as prisões e investigações, e quais eram os objetivos da repressão. Para, além disso, propomos entender

---

<sup>9</sup> Organização política e estudantil que começou a ser pensada no Brasil em 1937, com a realização de seu primeiro Congresso.

<sup>10</sup> Criado no início da década de 1960, a partir da iniciativa de líderes sindicais buscando unificar e organizar o movimento operário.

como se deu a formação dos vários grupos de esquerda, que lutaram contra o governo nesse período, quais eram seus projetos, ideologias, teorias que davam base aos ideais de luta política, as táticas, ações, as suas fusões e “rachas”, quem eram os militantes que as integravam.

Assim, como nosso objetivo é tratarmos das trajetórias de vida das mulheres que foram militantes políticas nessa época, a partir de auto-representações e representações feitas em vários formatos de filme, a exemplo, de depoimentos realizados para a televisão, curtas-metragens e documentários, como de biografias escritas por jornalistas. Daremos ênfase, ao tratarmos das organizações de esquerdas, aquelas em que Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, militaram politicamente.

### 1.1 Golpe Civil-Militar ou Golpe Militar, Ditadura Civil-Militar ou Ditadura-Militar, 1964-1979 ou 1964-1985

No artigo escrito por Carlos Fico intitulado *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004), produzido no ano em que se (re) memorava quarenta (40) anos do golpe de 1964 no Brasil. Ele aborda algumas correntes historiográficas que são importantes para se pensar o sentido do golpe. Partindo desse texto, e do levantamento que ele faz sobre a historiografia, propomos refletir sobre alguns conceitos tratados por olhares diferentes sobre a configuração do golpe e seus desdobramentos.

Algumas partem da base teórica marxista como as que Jacob Gorender fez no livro *Combate nas trevas* (2014), que via nas esquerdas uma ameaça as classes dirigentes da época. E René Armanda Dreiffuss formulou em sua tese de doutorado, publicada no Brasil com o título *1964: a conquista do Estado* (1981), na qual coloca o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES<sup>11</sup> e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD<sup>12</sup>, como articuladores da desestabilização do governo Goulart, com o apoio das Forças Armadas, assim ele trata do golpe como tendo sido de caráter “civil-militar”.

Carlos Fico compactua com a tese de que o golpe de 1964 foi “civil-militar”, podendo ser visto dessa maneira pelo fato de concordar que ele foi articulado a partir das

---

<sup>11</sup> Instituição fundada em 1962, financiada por empresários, promoveram e financiaram outras instituições na campanha contra o governo Goulart.

<sup>12</sup> Criado em 1959, financiada por empresários brasileiros e norte-americanos, tinham como objetivo realizar uma campanha anticomunista, um dos canais utilizados foram os meios de comunicação hegemônicos.

Forças Armadas juntamente com a elite e a sociedade civil, a exemplo da imprensa, da Igreja Católica e de políticos que apoiaram o golpe. Mas, para ele, os papéis dos militares foram preponderantes desde o golpe propriamente dito, ou seja, desde que as tropas comandadas pelo general Olympio Mourão Filho saíram em direção ao Rio de Janeiro na noite de trinta e um de março de 1964, apesar de concordar com Dreiffuss, ao colocar que muitos dos cargos importantes logo no governo de Castelo Branco foram dados aos empresários que faziam parte do IPES;

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis (...). Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar (FICO, 2004: 52).

A partir dessa fala de Carlos Fico, percebemos que ele coloca que os desdobramentos do golpe “civil-militar” de 1964, se configuraram em um regime ditatorial, ou seja, após o golpe o que se implantou foi uma “ditadura militar” no Brasil, em que foi montado todo um aparato repressivo, com leis, atos institucionais, órgãos para realizarem investigações, obter informações, e que, além disso, vários cargos foram destinados aos militares, entre os vários exemplos, temos os dos cinco presidentes que foram empossados após o golpe, todos eram generais, vindos das Forças Armadas.

A fontes que traz uma reflexão sobre a historiografia produzida sobre o período que se deu após o golpe de 1964 é o de Demian Bezerra de Melo, intitulado *Ditadura “Civil-Militar?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente* (2012). Ele aborda algumas teses já levantadas, como a de Carlos Fico, e coloca Dreiffuss como um dos primeiros a falar do conceito “civil-militar”, e como esse conceito foi sendo (re) significado por outros autores.

Segundo ele Dreiffuss também faz uso do conceito “ditadura empresarial-militar”, e enfatiza afirmando:

(...) melhor seria que em vez de “civil-militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreiffuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma *ditadura empresarial-militar* implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionárias das classes dominantes (2012: 53).

Mais um conceito sobre os desdobramentos do regime que foi implantado pós-golpe, o qual coloca que se desenvolveu uma ditadura, mas que não era regida apenas por militares, mas por empresários, aqueles que haviam ajudado a articular o golpe, juntamente com os militares. Demian Bezerra concorda com esse conceito trabalhado por Dreiffuss, e o aborda como sendo um dos mais precisos e enfáticos para pensarmos as conjunturas políticas que foram desenvolvidas nesse período.

Tais conjunturas se desenrolaram pós-golpe da seguinte maneira, segundo Dreiffus, “Depois de abril de 1964 as posições de poder foram ocupadas por um grande número de Ipesianos e Ibadianos e por pessoas que as apoiavam, e que haviam participado da campanha para depor João Goulart e para conter a esquerda e o trabalhismo” (1981: 419). A partir dessa fala entendemos o sentido que ele atribui ao conceito de “ditadura empresarial-militar”, quem era essa elite empresarial, e os locais que ocuparam durante a ditadura, e as influências que tiveram na política da época.

Demian Bezerra levanta uma crítica a respeito de autores que colocam a “sociedade brasileira” como aquela que apoiou o regime implantado. Um desses autores é Daniel Aarão Reis, e diz que “É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no movimento que levou à instauração da ditadura em 1964. É como tapar o sol com a peneira<sup>13</sup>” (2012, online). Para ele todos aqueles de diferentes classes sociais que participaram das *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*<sup>14</sup>, foram contra o governo de Goulart, com essa colocação pode-se entender que todas aquelas pessoas tinham noção do que era golpe, algo complexo para se afirmar.

Sobre as várias datas trabalhadas por vários autores sobre o início e o fim do regime ditatorial, temos 1964-1979, essa é enfatizada por Aarão Reis, que afirma “Tornou-se lugar-comum denominar o regime político que existiu de 1964 a 1979 de “ditadura militar<sup>15</sup>” (2012, online). Ele levanta alguns argumentos para ratificar essa tese a exemplo do governo Geisel (1974-1979) que iniciou a transição para o regime democrático, e a revogação dos Atos Institucionais, no ano de 1979.

---

<sup>13</sup> <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>, online, 2012, acessado em 09 de fevereiro de 2017.

<sup>14</sup> Deram-se a partir de uma série de eventos e em vários estados brasileiros em março de 1964, em que vários grupos da sociedade como aqueles mais conservadores, o clero e várias famílias da elite e da classe média brasileira, estiveram nas ruas em resposta ao comício realizado no dia 13 de março de 1964, em que o presidente João Goulart anunciava o programa das reformas de base, logo se temia uma possível ameaça “comunista”.

<sup>15</sup> Iden.

Reis afirma: “Entre 1979 e 1988, ainda não havia uma democracia plenamente constituída, mas é muito claro que já não existia uma ditadura<sup>16</sup>” (2012, online). Sobre esses argumentos de Aarão Reis precisamos fazer algumas ressalvas: para ele o fim da ditadura termina também ao ser instituída a Lei da Anistia<sup>17</sup>, logo deixa de colocar que a transição democrática se deu a partir de um projeto que tinha como base ser lenta gradual e segura, que no governo de Geisel mortes, prisões e torturas, ainda ocorriam contra os militantes políticos nos porões de presídios, e que até meados de 1981 ocorriam atentados a bomba contra os grupos de esquerda. Carlos Fico coloca que Geisel compartilhava do pensamento autoritário “admitindo a tortura e o extermínio” (2004: 34).

Em 1984 iniciou-se a partir da campanha das Diretas-já a luta pelo voto direto para presidente da República. Vários setores da sociedade brasileira aderiram à luta, dentre eles estavam os movimentos sociais, estudantes e trabalhadores. Esse movimento tinha como objetivo pressionar o Congresso, mas a emenda proposta pelo Deputado Dante de Oliveira, não foi aprovada. No mesmo ano foi lançada a candidatura de Tancredo Neves<sup>18</sup> contra Paulo Maluf<sup>19</sup>, que seria votado por um Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, Tancredo ganhou a eleição, mas não chegou a ser empossado ao cargo, por conta de uma grave doença que levou ao seu falecimento, assumindo o vice-presidente que era José Sarney<sup>20</sup>.

Segundo Demian Bezerra “(...) processo político entre abril de 1964 até 1985, quando a maior parte da historiografia localiza a fim daquela ditadura” (2012: 39). Logo, pensar essas datas nos faz refletir sobre as várias interpretações a respeito dos acontecimentos políticos e sociais que ocorreram na época, e que, diga-se de passagem, foram muitos, e que não é o nosso objetivo refletir sobre eles. Nesse sentido a partir desses vários olhares, concordamos com a historiografia que coloca o golpe de 1964, como “civil-militar”, e que a partir desse acontecimento o que se configurou foi uma “ditadura militar”.

---

<sup>16</sup> Iden.

<sup>17</sup> Lei de Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, anistiava pessoas que haviam cometido crimes eleitorais, políticos, com direitos políticos suspensos, servidores e militares do poder judiciário e legislativo, pessoas vinculadas ao poder público, dentre outras, entre o período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

<sup>18</sup> Nasceu em Minas Gerais (1910-1985), era advogado, foi empresário e entrou na carreira política, primeiro como vereador, deputado estadual, deputado federal, com a instauração do regime parlamentarista no Brasil se tornou primeiro-ministro, foi senador, e em 1985 foi eleito através do voto indireto o presidente do Brasil.

<sup>19</sup> Nasceu em São Paulo no ano de 1931, tem formação acadêmica em engenharia civil, é empresário e político.

<sup>20</sup> Nasceu no Estado do Maranhão no ano de 1930, tem formação acadêmica em bacharel em direito, é advogado, escritor e político.



## 1.2 A Configuração do Governo em uma Ditadura Militar e a Montagem do Aparelho Repressor

Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção, etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro” (FICO, 2004: 36).

Com a deflagração do golpe civil-militar em 1964 no Brasil, chamado pelos militares de “Revolução de 31 de março de 1964”, o cenário político, social e econômico ganharam novos rumos e configurações. Os cinco presidentes que estiveram no poder presidencial após o governo Goulart ter sido colocado abaixo foram generais, e o regime que se configurou foi uma ditadura militar. Desde os primeiros momentos tentaram e conseguiram implantar um regime autoritário e repressivo, mesmo tentando aparentar uma normalidade constitucional. Logo buscaram “alterar a estrutura jurídica do país, reforçar o aparato de repressão e controle, modificar radicalmente o sistema de relação entre Exército, Legislativo e Judiciário”. (ARNS, 1985: 60).

Segundo Carlos Fico o projeto para a implantação de uma ditadura militar e a montagem de um aparato repressivo foi pensada e colocada em prática desde os primeiros momentos que os militares se apossaram do governo. “Tal projeto forjou-se na fase dos primeiros IPMs de 1964, (...) com a morosidade das punições aplicadas por Castelo Branco durante a primeira “Operação Limpeza” (2004: 36). Os inquéritos Policiais Militares tinham como objetivo investigar os ditos por eles de subversivos, ou seja, aqueles que tinham sido opositores do golpe civil militar, e assim realizaram perseguições.

Com o objetivo de ter que manter uma relativa aparência de normalidade e legalidade, ou seja, para terem sob controle as instituições legais, editaram os Atos Institucionais. O Ato Institucional de número um criado em Abril de 1964 e que foi o primeiro de uma sucessão de outros atos, tinha o poder de realizar cassações, de suspender direitos políticos, houve reformas compulsórias de oficiais, milhares de funcionários públicos foram demitidos e investigações foram abertas.

Após três meses do golpe de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações – SNI, e teve como um dos principais articuladores Golbery do Couto e Silva, o qual já cuidava

de obter informações antes do golpe, e para a montagem desse órgão contou também com o apoio dos Estados Unidos. O SNI ficou a cargo de obter as informações para o governo sobre os movimentos clandestinos, sociais, legais, artísticos, intelectuais, e ainda sobre os funcionários públicos civis. Em 1965 foi instituído o 2º Ato Institucional, que permitia o poder Executivo fechar o Congresso Nacional, acabou com os partidos políticos, tornou indiretas as eleições para presidente da República, estendeu o prazo para realizar cassações.

Carlos Fico formula que:

O SNI foi criado em 1964, com o propósito mais modesto do que os que assumiria a partir de março de 1967, quando de produtor de informações para subsidiar as decisões do presidente da República, transformou-se, sob a chefia do general Emílio Garrastazu Médici, em cabeça de uma ampla rede de espionagem. Ao contrário do que supôs Golbery do Couto e Silva, que afirmou ter criado “um monstro”, não foi ele, mas a linha dura, que gestou tal criatura. A vitória definitiva da corrente, representada pela decretação do AI-5, fez com que a espionagem passasse a atuar a serviço dos setores mais radicais, divulgando as avaliações que justificavam a escalada e a manutenção da repressão (2004: 36).

É relevante ressaltar que mesmo com sua configuração mais rígida, não foi um órgão que realizou prisões, interrogatórios e torturas, essas ações ficaram a cargos de outras instituições. Em 1967 o General Costa e Silva assume o cargo da presidência, durante o seu governo o AI-5 Ato Institucional Nº 5<sup>21</sup>, foi instituído inaugurando uma nova fase da história brasileira. A partir daí a repressão política ganhou proporções inexplicáveis, deixando a situação pior do que já estava. Assim a coerção política, as investigações, as prisões, os crimes arbitrários, foram somente algumas das características que marcaram esse período.

O aparelho repressor foi montado e encabeçado a partir de algumas leis, a exemplo da Lei da Censura<sup>22</sup>, essa que já existia há muito tempo, a Lei de Segurança Nacional<sup>23</sup>, a Lei de Imprensa criada no período da ditadura militar para restringir a liberdade de expressão, Atos Institucionais e Complementares. “O resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi à paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando apenas uma forma de oposição: a clandestinidade” (ARNS, 1985: 62).

---

<sup>21</sup> Ato Institucional sancionado em dezembro de 1968 estabelecia cassações de mandatos, suspendeu os direitos políticos e o *habeas corpus* para os casos de crimes políticos contra a segurança nacional, etc.

<sup>22</sup> Sancionada em novembro de 1968, sistematizava a censura sobre obras cinematográficas e teatrais.

<sup>23</sup> Essa lei foi criada em 1967, a qual amparava o Conselho de Segurança Nacional, tornava qualquer cidadão um suspeito ou vigilante, diante de crimes políticos.

Mas não pararam por aí, pois para que todas essas leis fossem consolidadas precisava de um aparato policial que dessem conta das ações repressoras. Até finais da década de 1960, quem era responsável pelas operações policiais asseguradas na repressão política era o Dops – Departamento de Ordem Política e Social de âmbito Estadual – ainda não havia um sistema nacional que fosse integrado e militarizado. Em 1969, foi criada a Oban – Operação Bandeirantes<sup>24</sup> – “Sua missão consistia em “identificar”, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos..., com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam” (JOFFLY, 2013: 42), esse órgão já prenunciava o que seria o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI.

Esses órgãos da repressão foram criados para realizar investigações sob os militantes de esquerda, adeptos da luta armada ou não, e quem fosse ligado às organizações clandestinas, movimentos sociais e partidos de esquerda. Em 1970 foi criado, o DOI-CODI, “[...] eram destacamentos de combate, captura e interrogatório militar” (NAPOLITANO: 2014: 135), esse órgão se tornou um dos mais aterrorizantes da repressão política. Foi nele também, que muitos militantes políticos foram torturados até a morte, dos quais vários foram dados como desaparecidos.

O Dops e as delegacias regionais também ajudaram nas ações de repressão política, logo também, investigavam, interrogavam, prendiam, torturavam e matavam. Em São Paulo temos o exemplo do Dops que teve suas ações praticamente iguais aos do DOI-CODI, e ainda tinha os esquadrões da morte<sup>25</sup> que segundo Vanessa Mattos; “eram apoiados pelo governo do Estado de São Paulo” (2011:18). As delegacias militares e estaduais também foram articuladas para se adequarem ao sistema repressor.

Mas para além desses, foi criado o Centro de Informações do Exército – CIE, esse tinha como objetivo obter informações e agir com repressão. Outro que já havia sido criado muito antes do regime ditatorial, no ano de 1957, foi o Centro de Informações da Marinha – CENIMAR, em 1970 foi criado o Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica –

---

<sup>24</sup> Órgão de repressão criado em julho de 1969, era composta por policiais militares e civis, os quais possuíam liberdade de ação, também pelo fato de não contarem com verbas públicas e sim com as privadas.

<sup>25</sup> Ver o trabalho “O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da morte em São Paulo (1968-1972)” de Vanessa Mattos.

CISA<sup>26</sup>. Dentre várias outras estavam à Casa de Petrópolis – RJ, conhecida como Casa da Morte, a Casa de São Conrado – SP e presídios.

Os esquadrões da morte, criados na década de 1950, continuaram com suas atividades durante a ditadura militar, até a década de 1970. Atuou em vários Estados e era composto principalmente por policiais civis e militares. Tinham como objetivo inicial a proteção do patrimônio, mas com o passar do tempo foi tomando outras proporções, tendo em vista a sua relação com o tráfico de drogas. Todos esses órgãos ajudaram a constituir o aparelho repressor montado no Brasil durante a ditadura militar.

Segundo Marcos Napolitano, a repressão não parou no AI-5, outros Atos Institucionais foram criados, para deixar a repressão cada vez mais rígida, a ponto de ferir os direitos humanos. Ele afirma, “Como se não bastasse o aparato ilegal e semiclandestino de repressão, o regime instaurou novas leis, através sobretudo dos Atos Institucionais 13 (Banimento) e 14 (Pena de Morte)” (2014: 135).

Dentro do aparelho repressivo havia também vários locais clandestinos para a realização de torturas, no interior dos quais houve também muitas mortes. Os órgãos da repressão dentro de semi-clandestinidade ou da clandestinidade, até início da década de 1970 forjavam alguns acidentes, fugas, suicídios, para camuflar e esconder dos familiares dos presos políticos as suas mortes sob torturas, “a partir de 1971, incrementou-se outra solução: o desaparecimento (...). Oficialmente, nem preso nem morto” (NAPOLITANO, 2014: 135).

Com o aparelho repressor montado e bem articulado com suas ações, os militantes políticos começaram a serem investigados, procurados, e presos. Assim, muitos aparelhos, ou seja, o lugar em que os militantes se escondiam, moravam na clandestinidade, e também realizavam as reuniões das organizações de esquerda, foram descobertos, invadidos e desmontados pelos militares, e assim foram sendo desarticuladas as organizações.

Esse foi um período em que muitos militantes políticos tiveram que se exilar em outros países, algo que já ocorria desde a deflagração do golpe em 1964, como foi o caso de lideranças políticas. Foi também, uma época que vários familiares, amigos, e conhecidos de militantes políticos foram presos para serem interrogados, em alguns casos torturados, e é importante salientar que o sigilo dentro das organizações de esquerda sobre qualquer

---

<sup>26</sup> Foi criado em 1968 a partir de um decreto n° 63.005, esse órgão ficou responsável por obter informações de interesses do governo e da Segurança Nacional, fazia parte da rede de unidades especializadas em informações das Forças Armadas, foi extinto no ano de 1988.

informação sobre suas vidas na clandestinidade era uma regra essencial, assim os familiares e pessoas mais próximas muitas vezes não tinham informações sobre os militantes políticos.

A repressão política não mediu esforços para acabar com as organizações de esquerda, com os subversivos, como assim chamavam os militantes políticos, para a repressão era preciso acabar com a ameaça comunista que se alastrava no Brasil, mesma justificativa que se utilizaram para conspirar contra o governo Goulart. Foi dentro desse sistema repressor montado no regime ditatorial que vários tipos de torturas foram realizadas.

### 1.2.1 Torturas e Violência

A montagem do aparelho repressor, com leis, Atos Institucionais, criação de órgãos para investigar e obter informações, realizar interrogatórios, prisões, torturas, e vários tipos de violência, inclusive levando muitos presos políticos a morte e o desaparecimento, possibilitou que a tortura fosse instituída dentro de um Estado militarizado. Todo esse aparato foi embasado a partir da doutrina de Segurança Nacional, criada dentro da Escola Superior de Guerra. Não é errôneo afirmar que dentro das Forças Armadas havia aulas preparatórias sobre tortura para os militares, e que praticá-las não ficou a cargo apenas desses órgãos.

A literatura de ficção, a exemplo do livro *Nos Idos de Março – A ditadura militar na voz de 18 autores brasileiros* (2014), organizado por Luiz Ruffato, obra tida como uma antologia, composta por uma coleção de trabalhos literários, mais precisamente por contos escritos por autores durante o período da ditadura militar no Brasil, e que de alguma forma tiveram relação com esse período. Entre os contos e os seus escritores estão *O Homem que ensinava a fazer sofrer* de Frei Beto, *A data magna do nosso calendário cívico* de Luiz Fernando Emediato, *O homem cordial* de Antonio Callado.

O conto *O Homem que ensinava a fazer sofrer* escrito por Frei Beto, esse foi preso durante a ditadura militar no Brasil, narra a história de uma família, composta por um casal e seus nove filhos e a copeira. A história começa se reportando ao assassinato do esposo de Anne, para ela, seu esposo era um policial do governo dos Estados Unidos. Em seguida ela fica sabendo que várias autoridades dos Estados Unidos como o ex-presidente, o secretário do Estado, estariam presente no funeral do seu esposo. E ela não entende o porquê de tanta autoridade querer está presente nesse momento.

O esposo de Anne era Daniel A. Mitrione havia nascido na Itália, mas tinha se naturalizado norte-americano, era policial do FBI. Para a esposa ele realizava missões no exterior e passava pouco tempo com a família. Mas o desenrolar da história dessa família nos revela que o agente Dan Mitrione, como assim é colocado no conto, utilizava-se de outros nomes, como mister John Mills, Richard Bennet, para ter sua identidade escondida. Logo a história nos mostra as atividades que Daniel Mitrion realizava.

Frei Beto narra que o agente Dan Mitrione era “o homem que fazia sofrer”, frase que dar título ao conto, ele ministrava aulas de tortura para policiais em Montevidéu, no Uruguai, e já havia ministrado essas aulas para a polícia mineira em Belo Horizonte – Brasil, no ano de 1964, e no hotel que se hospedou se passou como instrutor australiano. Em Montevidéu, pegavam prisioneiros políticos, que tinham sido dados como mortos pelos órgãos oficiais, e os utilizavam nas aulas de tortura, o intuito das aulas estava para o combate dos policias aos guerrilheiros tupamaros.

Esse conto nos traz um lugar de fala da literatura ficcional, através de um autor que vivenciou experiências traumáticas durante a ditadura militar no Brasil. Ele nos lança para uma história ficcional, que condiz com muitos dos acontecimentos ocorridos no Brasil durante a o governo ditatorial. Muitos presos políticos, familiares, amigos e companheiros desses presos políticos foram presos e torturados. Se houve tortura, também houve formas, modelos e técnicas para se aprender a realizar os vários tipos de torturas.

Dentre os militantes políticos que foram torturados estavam estudantes, intelectuais, trabalhadores, artistas, políticos, ou seja, uma boa parte integrava a classe média brasileira. Teve casos em que os militantes eram familiares de militares que tinham altos cargos dentro das Forças Armadas, mas nem nesses casos a repressão diminuiu suas investigações, prisões e torturas. Jacob Gorender ratifica isso ao afirmar que “Não há dúvida, o Estado militarizado agiu com inflexível coerência: cortou *os galhos podres* da própria classe dominante para defendê-la” (2014: 258). Logo, os órgãos da repressão não cessaram seu objetivo que era o de eliminar os militantes, pelo fato de parte deles serem de classes sociais que possuíam um relevante poder aquisitivo.

Jacob Gorender analisa a tortura realizada a partir de duas fases, a qual foi articulada para alcançar objetivos específicos, sendo assim, ele formula:

A fase inicial da tortura não se coadunava com refinamentos psicológicos de efeito retardado. Precisava ser brutal a fim de provocar choque e obrigar o

milite a delatar os seus próximos contatos pessoais e endereços de aparelhos, antes que contatos e aparelhos se desativassem. (...). A segunda fase da tortura empregava procedimentos mais refinados, como a *geladeira*. Já não se tratava de arrancar denúncias urgentíssimas, porém de alargar o círculo das informações, de completar confissões e recheiar os fichários trabalhados pelos analistas de interrogatórios (2014: 259).

Sabemos que as torturas foram realizadas das mais variadas formas, com diferentes meios, buscando atingir o torturado por todas as vias, tanto físicas como psicológicas. Os militantes políticos ao serem presos passavam por várias sessões de tortura, falar para eles podia se tornar um tormento, pois as organizações de esquerda possuíam códigos de condutas, e um deles, era não falar, ou seja, não dar nenhuma informação de qualquer tipo e sobre qualquer companheiro. Mas como não falar diante da tortura, como suportá-la sem entregar nenhuma informação, como silenciar tendo sua vida em risco.

Falar também significava colocar a vida de outros companheiros em risco de morte, de acabar com todo o projeto da organização. Logo são vários os exemplos a respeito disso, houve aqueles que deram informações falsas e forjaram depoimentos, que falaram o que os órgãos da repressão queriam ouvir, que falavam de pontos de encontros que não existiam, para assim driblar os militares, e ao descobrirem que tinham sido enganados, realizavam mais torturas. Teve alguns casos de militantes que sob tortura falaram tudo o que sabiam, e foram impostos a colaborar com os militares. Aqueles que deram algumas informações e omitiram outras, os que não deram nenhuma informação e morreram sob tortura.

Dentro do sistema repressor foram desenvolvidos vários métodos de torturas com seus diferentes instrumentos, ou seja, houve diversas formas de se torturar, dentre esses métodos e tipos estavam *afogamentos*: “Introdução de água pelas narinas por meio de um funil. Com a cabeça inclinada para baixo, à água entope o nariz, sai pela boca e provoca sensação de asfixia” (GORENDER, 2014: 247).

A *cadeira de dragão* consistia em uma cadeira elétrica revestida de zinco ligada a terminais elétricos, na qual os presos políticos eram sentados nus, ao ser ligada a energia o zinco transmitia choques elétricos em todo o corpo, e em alguns casos também colocavam um balde de metal na cabeça do preso, para que essa parte também sofresse choques.

O *pau-de-arara* uma barra de ferro que era atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, a barra era colocada entre duas mesas, e o corpo ficava pendurado com uma distância de aproximadamente 30 centímetros do solo. Às vezes eram acompanhados de outros métodos de tortura como *afogamentos*, *choques* e *palmatória*. Essa última era um

instrumento retangular de madeira ou borracha, segurada por um cabo de madeira, servia para bater em todas as partes do corpo dos torturados.

A *pimentinha* era uma caixa de madeira com um imã permanente, o qual expele uma corrente elétrica através de fios, essa máquina dava choque de uma média de 100 volts nos torturados. O *choque elétrico* era dado através de um telefone que tinha dois fios longos, esses eram ligados em várias partes do corpo nu, dentre os quais estavam ouvidos, língua, dedos, dentes a genitália, ouvidos. A *geladeira* era uma sela pequena e baixa, os presos políticos eram colocados dentro dessas selas, os quais não podiam ficar em pé por conta da altura da sela, a temperatura também oscilava entre muito frio ou muito quente, e eram ligados auto-falantes com sons altíssimos para irritar, os presos também ficavam sem comida e água por muitos dias.

Os *produtos químicos* também foram muito usados, dentre eles estavam ácidos que jogados na pele podia levar ao inchaço, injeções de éter, drogas, o soro de pentatotal, conhecido como soro da verdade, substância que fazia com que o preso falasse em estado de sonolência. Eram colocados dentro das selas e utilizados em alguns casos na hora de fazer interrogatórios sob torturas *insetos* e *animais*, dentre eles estavam cobras, jacarés, cães, baratas. O *enforcamento* em que a pessoa é amarrada com uma corda no pescoço e suspenso no teto, essa corda vai sufocando-o até causar sua morte.

As *agressões físicas* eram combinadas com outros instrumentos de torturas, dentre elas estavam o *telefone*, consistia em bater nos ouvidos do torturado com as duas mãos ao mesmo tempo, em formato de concha, podendo levar a surdez temporária ou permanente. Ainda torturavam com queimaduras de cigarros, sal nos olhos para aumentar a condutividade elétrica, objetos introduzidos na genitália, espancamentos com cassetete de alumínio, fogo debaixo dos pés, a retirada de seios, desarticulação da musculatura, abusos sexuais, estupros, dentre outras maneiras.

Ao mencionarmos as torturas físicas já estamos também nos remetendo às psicológicas, pois todos esses tipos de tortura deixam marcas emocionais. Mas havia algumas torturas que tinham o intuito de afetar apenas o psicológico dos presos, e desencadear o medo, como ameaças e perseguições. Em vários casos ameaçavam os militantes políticos de matarem e torturarem seus filhos, os quais muitas vezes eram crianças ou adolescentes, ameaçavam de fazer a mesma coisa com outros familiares, como pais e irmãos.



Muitos familiares nesse período sofreram ameaças, foram investigados, vigiados, perseguidos, presos e torturados. Muitas crianças e adolescentes filhas e filhos de militantes políticos foram presas, torturadas, banidas do país como terroristas, exiladas. Militantes grávidas também sofreram torturas, e foram ameaçadas de perderem seus filhos após o nascimento deles, várias mulheres tiveram seus filhos recém nascidos levados pra longe delas. Esses são apenas alguns exemplos dos diferentes e variados crimes arbitrários realizados contra os militantes políticos que participavam de organizações de esquerda no período da ditadura militar no Brasil.

Os grupos de esquerda realizaram várias ações, como atentados a bombas, assaltos, sequestros, muitos adotaram a luta armada, a organização de guerrilha, rural e urbana, causaram mortes de militares, justiçamentos<sup>27</sup>. Isso também se configura em violência, seguimos o pensamento de Gorender quando ele afirma que “violência original é a do opressor, porque inexiste opressão sem violência cotidiana incessante.

A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta” (2014: 271). Logo os militantes políticos não ficaram apáticos diante da repressão, desencadeada contra eles, mas reagir foi à maneira encontrada para lutar contra a ditadura militar. E não podemos comparar a violência realizada pelos órgãos da repressão, com as ações realizadas pelas esquerdas, pois, tinham objetivos diferentes, forças diferentes, intenções diferentes.

O livro *Os Carbonários – memória da guerrilha perdida* de Alfredo Syrkis, o livro foi lançado em 1980 e em 1981 ganhou o Prêmio Jabuti, o autor participou do movimento estudantil em 1967, foi militante político da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, na década de 1970 exilou-se. O livro foi escrito a partir de suas memórias, permeado de depoimentos sobre as experiências vivenciadas durante a ditadura militar no Brasil.

Em 1998 saiu a 14ª edição do livro, e Alfredo Syrkis escreveu um pós-prefácio, em um momento ele expõe:

Nos anos de chumbo tive a tríplice felicidade de sobreviver, não ter sido capturado e seviciado e não ter matado ninguém. A ventura de ser apenas um guerrilheiro mediano (medíocre?), tremendamente sortudo, com um (tardio) sentido da realidade, que me permitiu escapar (oito dias antes do aniquilamento do comando Juarez de Brito, da VPR) e me deixou um

---

<sup>27</sup> Segundo Jacob Gorender “(...) a esquerda denomina de *justiçamento*: a execução capital como ato de justiça revolucionária” (2014: 273), justificavam-se companheiros que houvesse traído a organização e os companheiros de luta e inimigos.

inventário de cicatrizes relativamente brando, que se resume à dor da perda de alguns queridos companheiros. Pude desovar, em algum momento do exílio, a carga de ódio que me deixaram aquelas tragédias (1998, online).

Em sua fala ele coloca que não chegou a ser preso e nem torturado, e que as circunstâncias não o levou a matar ninguém. Ele se coloca como um guerrilheiro que possuía suas fragilidades, seus erros e acertos. Como um militante que carrega dores, mas não as mesmas dores daqueles que sofreram as torturas no corpo e na alma, ele tem sim a suas dores, aquelas de perder os companheiros. Cada militante possui as suas dores, e nenhuma é igual à outra, cada um sente a sua maneira e com diferentes intensidades. Na sua fala percebemos que ele deixa transparecer o despreparo na militância política, e como algumas decisões não permitiram que ele fosse preso, torturado, e mesmo morto.

Não podemos deixar de ressaltar que houve muitas ações risíveis, no livro Alfredo Syrkis cita várias dessas ações risíveis fruto do despreparo de muitos militantes, os quais, boa parte não sabia manusear armas, alguns fizeram treinamento, outros aprenderam através das circunstâncias. Houve uma série de ações risíveis, que no momento os militantes de esquerda ficavam na tensão, com o nervosismo, e ao passar a ação percebiam a imaturidade diante dos militares e do seu aparato de investigação, captura prisão e tortura.

O romance *Em Câmera Lenta* de Renato Tapajós, o autor foi militante político da Ala Vermelha, ficou preso entre 1969 a 1974. O livro começou a ser escrito em 1973 enquanto ele estava preso no Carandiru, seus pais ao irem visitá-lo, traziam dentro da boca os originais enrolados em tamanhos de cápsulas, e ao chegarem a casa o pai datilografava. O livro foi publicado em 1977, em plena ditadura militar, o livro denuncia a tortura e reflete sobre as estratégias de guerrilha. Após a divulgação da obra, Renato Tapajós foi preso em São Paulo e ficou incomunicável durante dez dias. Com quinze dias da prisão do autor, o livro foi censurado e as vendas foram proibidas.

Dentre os vários assuntos abordados, Tapajós cita todo o aparato que os militares possuíam para procurar possíveis guerrilheiros, e, no entanto percebemos que eram apenas jovens, que em muitos casos viviam na clandestinidade passando inúmeras necessidades, que tinham o sentimento de luta política, mas que isso não anulava as dificuldades. Ele fala dos compromissos que assumiam ao entrarem na militância, e não apenas de cunho político, mas moral, éticos e existenciais, dos desafios enfrentados pelos militantes.

No documentário *Memória Política* (Ivan Santos, 2004), que será trabalhado no próximo capítulo, traz o depoimento de Vera Sílvia Magalhães, e em uma das passagens ela narra o amorismo e o despreparo dela ao pegar em armas, e que precisou se especializar, ela narra:

É a é uma coisa que não dar pra, não tem o raciocínio lógico né. Nós queríamos uma coisa muito difícil a ser alcançada que era o socialismo, então todas as dificuldades teriam que ser superadas, o medo, a falta de armas, o inimigo, não nos dávamos conta do isolamento político que nós estávamos, nós tanto é que a gente faz o sequestro do embaixador americano, quer coisa mais audaciosa do que essa? (*Memória Política*, 2004).

Ela coloca as dificuldades que enfrentavam que não estava fadado apenas ao despreparo militar. Mas havia o sentimento do medo e com ele vinham às falhas, os erros, ações mal planejadas, ações risíveis, tinham que lidar com a falta de armas, de dinheiro, e por essa razão precisava fazer assaltos a supermercados, a bancos, dentre outros locais. As organizações de esquerda realizaram ações, expropriações, assaltos, sequestros de embaixadores, mas dentro delas os militantes enfrentavam vários problemas, que desencadearam as várias ações risíveis que ocorreram.

### 1.3 Partido e Organizações de Esquerda: Formação, ideais políticos, teorias, objetivos, fusões e rachas

Como explicação inicial a respeito da natureza política desses grupos clandestinos, é preciso começar dizendo que, em sua grande maioria, adotam uma orientação marxista. Quase todos resultam de divisões ou subdivisões ocorridas a partir de um mesmo tronco, o PCB, fundado em março de 1922 (ARNS, 1985: 89).

Ao ser fundado foi intitulado de Partido Comunista do Brasil, era um partido de esquerda e tinha como base teórica o marxismo. A partir de 1961 teve sua nomenclatura mudada para Partido Comunista Brasileiro. Entre os papéis desenvolvidos, os membros do partido se dedicaram ao trabalho partidário, estiveram presente no movimento operário, no movimento estudantil, em campanhas contra o imperialismo, no meio rural, ou seja, muitos camponeses também foram adeptos dessa corrente ideológica.

Só conquistaram a legalidade no ano de 1945, e teve como secretário-geral Luiz Carlos Prestes<sup>28</sup>, dois anos depois, o PCB teve o registro cassado, e entrou na ilegalidade de onde tinha saído há pouco tempo. Fez oposição ao segundo governo de Vargas como presidente. No início da década de 1950 o partido começou a se recuperar e buscou ampliar a sua influência entre as bases operárias e os sindicatos. No final de 1950 foi redigida a *Declaração Política de Março de 1958*, a qual trazia uma nova linha política para o PCB, que propunha que a revolução brasileira fosse desenvolvida em duas etapas.

Jacob Gorender foi militante do PCB e fez parte da elaboração dessa nova linha política, logo define essas etapas da seguinte forma, “Assim, a primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista” (2014: 34). E para o desenvolvimento da revolução brasileira buscavam contar com o apoio de vários setores da sociedade, como os camponeses, a burguesia e proletariado.

O PCB fez uma leitura sobre o Brasil durante quarenta anos colocando-o como de caráter feudal, logo eles achavam que a revolução brasileira tinha que ser primeiro uma revolução burguesa, para gerar um proletariado, e só assim fazer a revolução socialista. Seria de caráter burguês, pois, era contra o feudalismo no Brasil e nacional, porque o latifúndio de estilo feudal era associado ao imperialismo, logo se buscava romper a relação do latifúndio com o imperialismo. Caio Prado Junior, autor marxista, tem um livro clássico *A Revolução Brasileira*, no qual ele faz um acerto de contas com o equívoco feito pelo PCB durante quarenta anos. Ele mostra que desde o começo a revolução brasileira já era de caráter socialista e não de caráter nacional e burguesa.

Apesar de a *Declaração* ter trazido elementos ilusórios como diz Gorender, a exemplo de seguir um caminho pacífico para se alcançar a revolução brasileira, trouxe também elementos que foram tomando corpo e se configurando no cenário político, como a luta pelas reformas de estrutura. Essa ganhou força no governo Goulart, com o seu projeto das reformas de base, “foi a luta por elas que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças sociais e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil”. (2014: 35).

---

<sup>28</sup> Nasceu em Porto Alegre (1898-1990), formou-se em engenharia militar, engenheiro ferroviário e tenente, depois se tornou militante político, foi presidente da Ação Nacional Libertadora – ANL, e secretário-geral do PCB.

Durante o governo Goulart não foi a penas o PCB que predominou como sendo de cunho marxista, outras correntes de esquerda e de base teórica marxista começaram a ser criadas, e buscavam também o apoio das massas, ou seja, dos trabalhadores, proletariados, pequena burguesia, além disso, outros setores integraram essas novas organizações, como estudantes, intelectuais, políticos, advogados, dentre outros. Assim, o PCB teve que lidar com uma esquerda bem mais ampliada e diversificada nesse período.

É preciso colocar que outros partidos de esquerda que surgiram no início da década de 1960, boa parte foram originadas a partir da cisão do PCB, o qual inspirou também algumas outras organizações de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil – PC do B, criado em fevereiro de 1962, e se pautou nas duas etapas levantadas pelo PCB, para a realização da revolução brasileira, mas se opôs seguir a linha do caminho pacífico, queriam alcançar um novo regime que fosse antiimperialista pelas vias não pacíficas, pela violência revolucionária.

“(…) No campo da esquerda brasileira, aumentaram os adeptos da revolução socialista como tarefa do presente e não do futuro. Ou seja, os adversários do chamado *etapismo*” (GORENDER, 2014: 40), melhor dizendo aqueles que eram contra as teses formuladas pelo PCB, sobre as duas etapas para se alcançar a revolução socialista, e que o PC do B, também foi adepto. Uma corrente brasileira as teses das duas etapas foram os trotskistas, que defendiam uma revolução permanente, e que tinham como base teórica, as teses feitas por León Trotski<sup>29</sup>, que colocava a revolução a nível internacional, única maneira de implantar um comunismo permanente. Um partido que seguiu essa linha teórica no Brasil foi o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR (T).

No início da década de 1960 foi a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária – ORM-POLOP. Essa organização de esquerda surgiu a partir das críticas feitas por intelectuais de alguns estados ao reformismo defendido pelo PCB. As leituras e ideias de Trotski fizeram parte da base teórica da organização, mas não com todo o seu rigor já estabelecido. Outras chaves de leituras e bases teóricas foram introduzidas, como as de Rosa Luxemburgo<sup>30</sup> de teor marxista, defendia um anti-capitalismo e uma esquerda democrática e

---

<sup>29</sup> Nasceu na Ucrânia (1879-1940), foi um revolucionário bolchevique, organizou o exército vermelho, fundou o Partido Comunista da União Soviética, e desenvolveu várias teorias de viés marxista, as quais deram origem ao trotskismo.

<sup>30</sup> Nasceu na Polônia (1871-1919), foi militante política, economista, filósofa.

unida, as de Nikolai Bukharin<sup>31</sup>, teórico marxista que propôs os princípios e fundamentos da economia soviética, esses se dariam a partir de etapas de transformação. August Thalheimer<sup>32</sup>, também teve suas ideias marxistas difundidas dentro da POLOP.

A organização recebeu esse nome pelo fato de realizarem a edição de um periódico chamado *Política Operária*, inicialmente esse foi lançado em formato de jornal, depois passou a ser editado em formato de revista. A POLOP se difundiu nos meios universitários e organizou nos primeiros anos da década de 1960 três Congressos. Além de criticarem o reformismo defendido pelo PCB, também criticaram o nacionalismo. Segundo Gorender “(...) se difundiu no ambiente universitário com uma força muito maior do que o trotskismo ortodoxo. Mas ficou restrita ao meio intelectual e à produção teórica, sem conseguir penetração nos meios de massa” (2014: 42).

Após a deflagração do golpe civil-militar em 1964, a POLOP percebeu que para entrar em ação tinha a necessidade de se trabalhar com as massas. Alguns líderes já se identificavam com a teoria do foco antes mesmo do golpe, depois dele, essa teoria foi trazida para as bases da organização. A Teoria do foco foi utilizada na Revolução Cubana, e trazida para dentro das esquerdas do Brasil através dos escritos de Ernesto Guevara de la Serna<sup>33</sup>. Segundo Gorender:

O foco se inicia com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecem a defesa contra ataques do exército (a predileção por montanhas denunciava um fácil geografismo). Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército”... (2014:91).

Essa teoria dava mais importância e relevância ao aspecto militar do que mesmo o político, ou seja, o foco guerrilheiro se sobrepunha ao partido. Dentro da POLOP, começou a se configurar divisões de teorias, enquanto intelectuais e estudantes aderiram às teorias do foco, outros integrantes não quiseram seguir por esse caminho. Assim, com essas divergências dentro da organização, tudo se encaminhava para um racha no Congresso que seria realizado no ano de 1967.

---

<sup>31</sup> Nasceu em Moscou (1888-1938), teórico marxista, estudou economia, foi jornalista, revolucionário bolchevique, e político.

<sup>32</sup> Nasceu na Alemanha (1884-1948), foi membro do Partido Social Democrata Alemão, foi um dos fundadores do Partido Comunista da Alemanha, foi militante político, teórico marxista.

<sup>33</sup> Conhecido como Che Guevara, nasceu na Argentina (1928-1967), formou-se em medicina, foi militante e guerrilheiro político, jornalista e escritor, e um dos que comandaram a Revolução Cubana.

A partir das divergências de teorias e doutrinas dentro da POLOP, houve a cisão dentro do grupo. Os que ficaram na organização não concordavam com a teoria do foco, e se fundiram com a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, assim deram origem em 1968 ao Partido Operário Comunista – POC, que também tinha como boa parte dos integrantes intelectuais e estudantes. O grupo com participantes de Minas Gerais que saiu a partir da cisão da POLOP, fundaram sua própria organização, conhecida por Comando de Libertação Nacional – COLINA.

O COLINA tinha como base teórica o foco guerrilheiro no qual prega que o movimento revolucionário se desenvolve dentro da clandestinidade. Dentre os seus integrantes, além daqueles que vieram da cisão da POLOP, teve alguns subalternos das Forças Armadas, e essa organização ainda se fará presente no meio estudantil e também no meio operário. Ela se envolveu na luta armada, dentre as ações que realizou estiveram capturas de armas e assaltos a bancos. A partir de 1969, os militares descobriram alguns aparelhos<sup>34</sup> da organização, e alguns militantes foram presos, assim ocorreram quedas, ou seja, a captura, prisão e torturas dos militantes políticos em vários estados.

À semelhança da ALN, o COLINA concebeu a guerrilha rural como força móvel que devia dispor de bases de apoio preparadas. As cidades servirão para fins logísticos, propaganda política, recrutamento de quadros, expropriação de fundos e ações de imobilização do inimigo (destruição de fontes de energia, de meios de comunicação e transporte etc.). O documento básico do COLINA se caracterizou ainda por ser um dos poucos a fazer a pregação explícita do terrorismo” (GORENDER, 2014: 143).

A Ação Libertadora Nacional – ALN foi outra organização que surgiu a partir da cisão de integrantes do PCB, um dos seus principais nomes foi Carlos Marighella<sup>35</sup>, escreveu várias produções, em que alguns deram base a formação do pensamento da organização. Além disso, buscou também base teórica e inspiração para a guerrilha no Brasil, nos escritos de Che Guevara e em Fidel Castro<sup>36</sup>, mas se diferenciou de Guevara em outros aspectos e um deles foi o de ser a favor do terrorismo.

Assim, a organização tinha como objetivo a luta armada, a guerrilha e mais do que a teoria, buscavam a ação, e esta se daria de forma direta, sem passar pelas lutas de massas.

---

<sup>34</sup> Eram os locais (casas, apartamentos, etc), em que os militantes das organizações de “esquerda” viviam na clandestinidade, neles realizavam reuniões, guardavam armas, dinheiro, debatiam as teorias que davam base as ideias da organização, dentre outras atividades.

<sup>35</sup> Nasceu em Salvador (1911-1969).

<sup>36</sup> Nasceu em Havana (1926-2016), foi advogado, político e revolucionário, primeiro ministro de Cuba de 1959-1976, foi membro do Partido Comunista.

Segundo Gorender, Marighella “foi o líder revolucionário dos anos 1960 que mais explícita e reiteradamente pregou o terrorismo de esquerda” (2014: 107), e foi também um dos líderes militantes políticos, mais procurado pelas Forças Armadas. A ANL também foi adepta do anarquismo<sup>37</sup>, e compactuou do princípio defendido pelo PCB, da revolução brasileira a partir de duas etapas. Não concordaram com a teoria do foco guerrilheiro, mas não foi abandonada em seu todo, sendo assim, deram ênfase às guerrilhas móveis e também as urbanas.

Em 1966, alguns militantes do grupo da POLOP de São Paulo, que eram adeptos da teoria do foco guerrilheiro, começaram a se articular com Onofre Pinto, esse era ex-sargento do exército brasileiro, e antes do golpe civil-militar de 1964, havia sido presidente da Associação dos Sargentos de São Paulo, seus direitos políticos foram cassados com a instauração do primeiro Ato Institucional, participou do Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR, de linha brizolista, grupo formado em sua maior parte por militares que tiveram seus direitos cassados após o golpe. O MNR se inspirou na teoria do foquismo e em Che Guevara, e assim buscaram desenvolver uma guerrilha rural no Brasil.

Assim, os dissidentes da POLOP juntamente com Onofre Pinto se organizaram, estudaram as ideias e fundaram a organização que em 1968 seria conhecida pelo nome Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, e desenvolveu suas ações na zona urbana, não dando muito foco a área rural. O grupo tinha como proposta o militarismo, e assim realizaram várias ações, a exemplo de assaltos armados a agências bancárias, roubos de armas como o do Hospital Militar de Cambuci, explosão no Quartel-General do II Exército de um carro-bomba, roubos de carros. Em 1969, ocorreu à prisão de alguns militantes, e com isso, a VPR foi se desintegrando, mas no mesmo ano foi recomposta a partir da iniciativa de alguns militantes, da qual teve a frente Carlos Lamarca<sup>38</sup> e Antonio Roberto Espinosa<sup>39</sup>.

Em 1969, as organizações COLINA e VPR, começaram a realizar contatos e decidiram que seria feita a fusão dos grupos. Eles se reuniram e decidiram que o novo grupo se chamaria Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares – VAR – Palmares, não discutiram as teorias e doutrinas que daria base a nova organização. Dentre os que ficaram na direção estiveram Lamarca e Maria do Carmo Brito<sup>40</sup>. Após a fusão eles precisavam levantar

---

<sup>37</sup> Movimento político trazido para o Brasil a partir do século XIX, que propõe uma ideologia política que é contra o Estado e os vários tipos de hierarquia, defende assim, uma sociedade mais igualitária e independente.

<sup>38</sup> Nasceu no Rio de Janeiro (1937-1971), foi capitão do Exército brasileiro, guerrilheiro e militante político desertor.

<sup>39</sup> É professor, jornalista, e foi militante político no período da ditadura militar no Brasil.

<sup>40</sup> Nasceu em 1943 em Belo Horizonte, é socióloga, foi militante política e participou da armada.



fundos, e assim iniciaram o planejamento para a ação que realizariam que seria o roubo do cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros.

A dona do dinheiro que estava no cofre era Ana Capriglione, a qual havia sido amante e secretária do ex-governador. Eles conseguiram realizar a ação, e conseguiram levantar um autovalor em dólares para a organização. O dinheiro foi distribuído para manter os militantes políticos, para a compra de terras, onde sediariam as guerrilhas, pois tinham como objetivo organizar uma guerrilha rural. No mesmo ano de sua criação, após a ação, realizaram seu primeiro congresso, e dele houve o racha da organização. Lamarca, Iara Iavelberg<sup>41</sup> e outros companheiros reconstituíram a VPR, e os outros integrantes como Dilma Rousseff<sup>42</sup>, Espinosa<sup>43</sup> e Franklin Araújo<sup>44</sup> ficaram compondo a VAR – Palmares.

A divisão do dinheiro da ação do cofre foi dividida entre as organizações, a VPR saiu com dinheiro e também com boa parte das armas, pois tinham o intuito da ação direta da luta armada para a realização da guerrilha rural. Teve como base teórica o trabalho de Ladislau Dowbor<sup>45</sup>, codinome Jamil Rodrigues, esse era a favor do militarismo extremo. Estruturaram no Vale da Ribeira – SP, um campo de treinamento guerrilheiro, a VAR – Palmares também pensou em um local para o treinamento da guerrilha, essa se daria através de uma escola de guerrilhas que ficaria localizada em uma fazenda no Pará.

Em 1970, vários militantes da VAR – Palmares, dentre eles Dilma Rousseff, foram presos, abalando a organização. No mesmo ano Lamarca escreveu um documento que tinha como objetivo formar uma frente clandestina, em que se daria a partir da união de várias organizações de esquerda. A VPR e ALN articularam uma aliança entre os grupos, com o objetivo de realizarem ações no setor urbano, a VAR não quis participar. Outras organizações que participaram da aliança e uma delas foi o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8.

O MR-8 foi uma organização articulada após o golpe de 1964, a partir de dissidentes do PCB, e recebeu o nome de Dissidência do Rio de Janeiro, só sendo chamado de MR-8 em 1967, em memória a Che Guevara, e o dia em que ele foi capturado na Bolívia. Surgiu no

---

<sup>41</sup> Nasceu em São Paulo no ano de 1944, foi militante política, estudou psicologia e lecionou psicologia no cursinho.

<sup>42</sup> Nasceu em 1947, estudou economia e foi militante política, dentre os cargos políticos ela atuou como ministra da Casa Civil e Presidente do Brasil.

<sup>43</sup> Antônio Roberto Espinosa, foi militante político, tornou-se professor e jornalista.

<sup>44</sup> Carlos Franklin Paixão de Araújo, é gaúcho, nasceu na década de 1930, é advogado, foi militante político.

<sup>45</sup> Nasceu na França na década de 1940, é um economista radicado no Brasil, e seu nome é Ladislau Dowbor, foi militante político no Brasil, e lutou contra a ditadura militar.

meio universitário no Rio de Janeiro, com orientação teórica marxista-leninista<sup>46</sup>, esteve muito presente no movimento estudantil, atuaram na guerrilha urbana, fizeram parte juntamente com a ALN da ação que realizou o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, por isso também, resolveram mudar o nome para MR-8, para assim confundirem os órgãos da repressão, dentre outras ações do grupo estiveram, assaltos a supermercados e bancos.

A partir do sequestro, a organização conseguiu em troca do embaixador que quinze presos militantes políticos fossem enviados para o exílio no México. A partir de 1970, passaram a ter contato com trabalhadores de outros setores, como os da área rural e de fábricas. No ano de 1971, Iara Iavelberg e Carlos Lamarca entraram para a organização, a repressão contra o grupo só aumentavam, a partir de 1972, muitos militantes se exilaram no Chile, a partir disso a organização começou a se reorganizar e tomar novas orientações.

Outro grupo que se formou a partir das discordâncias e das lutas internas dentro do PCB, foi a Dissidência da Guanabara, que se organizou em 1967. Apoiavam o Partido Comunista da China e a Organização Latino Americana de Solidariedade – OLAS<sup>47</sup>, mas com algumas ressalvas. Eram a favor de uma revolução socialista e essa se daria a partir de quatro fases, em que a primeira o Brasil já vivenciava naquele momento, que estava se dando através da articulação da luta armada, a segunda se daria com a implantação do foco guerrilheiro, a terceira a guerrilha tanto nas cidades como no meio rural e a última se daria a partir da estratégia. Dentro da organização havia divergências, em 1967 realizaram uma conferência, dela saiu três grupos. O Grupo que optou em ficar na Dissidência atuou no movimento estudantil.

Esses são alguns exemplos de organizações de esquerda que lutaram contra a ditadura militar implantada no Brasil. Essas organizações foram aqui enfatizadas, pelo fato de que as mulheres militantes políticas, são elas: Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, que terão suas trajetórias de vida analisadas, auto-representadas, representadas e refletidas nesse trabalho foram integrantes desses grupos de esquerda. Logo, entender a formação, teorias, objetivos, dentre outros aspectos dessas

---

<sup>46</sup> Teoria baseada no marxismo e repensada para o século XX, criada por Lenin que foi teórico e revolucionário, líder da Revolução Bolchevique na Rússia em 1917.

<sup>47</sup> Organização criada em Cuba no ano de 1967, era composta por vários movimentos e organizações revolucionárias, de “esquerda”, e antiimperialista da América Latina.

organizações são de suma importância para pensarmos a trajetória política dessas mulheres militantes e suas escolhas.

## 2 MULHERES: O CONTAR-SE ATRAVÉS DE SI E DO OUTRO

Si de algún modo las narrativas del yo construyen los efímeros sujetos que somos, esto se hace aún más perceptible en relación con la memoria y la elaboración de experiencias traumáticas. Allí, en la dificultad de traer al lenguaje vivencias dolorosas que están quizá semiocultas en la rutina de los días, en el desafío que supone *volver a decir*, donde el lenguaje, con su capacidad performativa, hace *volver a vivir*, (...) Pero también permite franquear el camino de lo individual a lo colectivo, la memoria como paso obligado hacia la Historia<sup>48</sup>. (ARFUCH, 2009, online).

A autora, acima citada, nos coloca como “sujeitos efêmeros”, mas que ao conseguirmos falar de si, construímos nossas próprias subjetividades. As experiências traumáticas das quais ela fala é de mulheres que sofreram as torturas nos campos de concentração na última ditadura militar que ocorreu na Argentina, entre 1976-1983. Proponho também falar dessas experiências traumáticas, mas de mulheres brasileiras que sofreram as torturas, foram presas ou mesmo mortas durante a ditadura militar no Brasil.

A memória e a linguagem se tornaram elementos essenciais para a construção dessas narrativas, que só puderam serem pensadas e narradas por essas mulheres pelo fato de terem vivenciado experiências dolorosas que deixaram marcas no corpo e na alma. Elas tiveram que lidar com as perdas, com os traumas, com a dor física e psicológica. E para aquelas que sobreviveram tiveram que aprender a lidar com essas experiências dolorosas no dia a dia, emaranhadas nas suas rotinas como coloca a autora, em alguns casos sendo silenciados, e em outros fazendo usos da linguagem para mostrar as suas dores e lutas.

Arfuch explica que “voltar a falar” se tornou um desafio para essas mulheres, mas que foi um elo importante para restabelecer um retorno a vida, uma “volta a viver” desses sujeitos. E o “ouvir” precisou ser exercitado, para que assim, o trabalho de luto dessas mulheres pudesse ser realizado, o qual se dá a partir da narrativa que se configura através da

---

<sup>48</sup> Em “Mujeres que narram: Trauma y memoria”, Arfuch diz: Se de algum modo as narrativas do eu constroem os sujeitos efêmeros que somos, isto se torna ainda mais perceptível em relação à memória e à elaboração de experiências traumáticas. Aí, diante da dificuldade de trazer para a linguagem vivências dolorosas que talvez estejam semiocultas na rotina dos dias, no desafio que supõe *voltar a falar*, em que a linguagem, com sua capacidade performativa, faz *voltar a viver*. (...) Mas também permite liberar o caminho do individual ao coletivo, a memória como passagem obrigatória para a História. (Labrys, estudos feministas, nº 15, 2009).

linguagem, e que precisa da relação fala e escuta, para ser realizado. O outro entra nesse trabalho com a responsabilidade de escutar e de representar essas subjetividades e as falas daqueles que narram a si. Logo falar de si, não envolve apenas o individual, mas possui um envolvimento com o coletivo, e assim constrói-se as suas histórias a partir da memória de si, imbricada com a memória coletiva e com a “representação” do “outro”.

#### Segundo Rago:

A “escrita de si” impõe-se como necessidade de ressignificação do passado pessoal, mas também coletivo, de outra perspectiva, já que se inscreve num momento dramático da história brasileira, o período da ditadura militar, e prossegue nas décadas seguintes de reconstrução democrática (2013: 57).

Margareth Rago ao tratar das escritas de si de mulheres militantes e feministas, relaciona as escritas de si dessas mulheres, ao coletivo, ou seja, pensa as escritas de si delas como uma construção que perpassa o individual e coletivo. As escritas de si são elaboradas a partir daqueles sujeitos que resolveram narrar as suas histórias, logo ao tratarmos dessas histórias de si, precisamos pensar que elas são construídas na relação do si com o outro.

Paul Ricoeur em seu livro *O si-mesmo como um outro* (1991) vem falar das escritas de si, se não enquanto escrita também do outro, na medida em que a escrita de si é escrita do outro, porque não há história narrada sem envolver o outro, é sempre a relação de si com o outro. A pessoa que narra é ela enquanto síntese das suas redes de relação, enquanto sua inserção no mundo. As escritas de si são sempre de si e do outro, afetadas pelo outro permanentemente, então não tem escrita de si sem ter relação com o mundo e com as pessoas. Nas escritas de si o sujeito deve ser visto antes de qualquer coisa como um sujeito de relações. Nelas estão sintetizadas as marcas do mundo e das relações humanas, da convivência com o outro.

Ricoeur ratifica que existem identidades pessoais, mas elas existem na relação do eu com o outro, não podemos pensar nelas apenas como uma construção única do eu. Segundo ele “é pela escala de uma vida inteira que o si procura sua identidade: entre as ações curtas, às quais se limitam nossas análises anteriores sob o constrangimento da gramática das frases de ação, e a *conexão de uma vida*” (RICOEUR, 1991: 139). Assim, é durante toda a vida que o sujeito constrói sua identidade, através das experiências, das vivências, em conexão com o outro, com a sociedade e com a cultura o qual está inserido. Logo, no trabalho de construção das escritas de si, há uma forte relação entre a memória individual e a memória coletiva.

O autor Maurice Halbwachs em sua obra *A memória coletiva* (2013) vem nos falar desse conceito de memória coletiva, para ele a memória individual não tem sentido se não como parte da memória coletiva e para quem a memória coletiva não se explica se não por meio de memórias individuais. Segundo ele a memória é construída coletivamente, em grupo, logo a memória individual seria apenas um elemento que compõe o todo, ou seja, apenas uma construção individual que faz parte e integra o coletivo.

Assim, as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013: 30). Percebemos que para ele a lembrança é construída coletivamente, pois os sujeitos não se constroem sozinhos, mas sim, dentro de uma sociedade, de um grupo, de uma cultura. Halbwachs enfatiza que por mais que tenhamos presenciado um evento sozinho, vivenciado determinadas experiências sozinhas, as lembranças do que vemos, ouvimos, são sempre coletivas, pois, podem ser evocadas por sujeitos que não viram, mas que podem ter ouvido.

É partindo do pensamento de Rago, Ricoeur e Halbwachs que pensamos as escritas de si. Consideramos assim, que as escritas de si não são produzidas partindo apenas das memórias individuais, que elas se fazem a partir da relação do si com o outro, e com a sociedade as quais estão inseridas, e que a memória coletiva é essencial para a elaboração dessas escritas de si. São a partir delas que muitas histórias são narradas, na relação do si com o outro, e da relação entre subjetivação e objetivação. Foram a partir dessas falas que muitas fontes puderam ser produzidas.

O contar-se se tornou algo essencial para a construção de autobiografias e de auto-representações, pois ao falar de si o sujeito está construindo uma representação de suas vivências dentro do meio social em que está inserido. Trabalhar com o gênero da autobiografia nos faz pensar as diferentes formas para a construção dessas narrativas que envolvem as próprias experiências. Dentre elas estão entrevistas, cartas, diários, depoimentos em fontes audiovisuais, ou seja, falar de si não inclui apenas a fala, mas também, a escrita.

Ao escrever sobre suas vivências, o sujeito também está construindo suas representações e suas subjetividades. Mas não podemos deixar de levarmos em conta a relação entre subjetividade e objetividade, não existe segundo Ricoeur uma sem a outra. Construir escritas de si não significa negar também uma objetivação, as duas coisas caminham de mãos dadas o tempo todo. Ao mesmo tempo em que estamos falando das

subjetivações construídas por mulheres militantes, também estamos nos reportando à objetivação, mesmo que de forma inconsciente, seja do ponto de vista da cultura material porque falamos dos porões da ditadura, seja porque falamos dos aparelhos, dentre outros.

Assim falar de si não significa falar de um eu fechado, mas pensar esse eu fazendo parte de um campo social e coletivo, que não se construiu sozinho, e que teve outros indivíduos fazendo parte de suas experiências, como também, fez e continua fazendo parte das experiências do outro. Não podemos nesse sentido pensar em um sujeito isolado, mas em um sujeito que constrói sua identidade a partir de outro e com o outro.

Rago enfatiza que ao falar de si ocorre um trabalho da construção da subjetividade. Pensando nessas mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil, nos propomos entender quais as subjetividades construídas por elas. Algumas foram casadas, tiveram filhos, se divorciaram, estudaram, foram para o exílio, participaram de ações armadas, cobriram pontos, viveram na clandestinidade, foram presas, torturadas, mortas e suas lutas envolviam tanto causas mais gerais, como também, causas do meio feminino, inclusive dentro das próprias organizações de esquerda das quais fizeram parte.

Essas novas construções da subjetividade iniciaram com a busca por novos modos de viver, de fazer e de existir. Na luta para ocupar um lugar no mercado de trabalho, dentro dos partidos políticos, nas organizações de esquerda, nas mudanças dentro dos seus lares, na busca de novas relações sociais e amorosas, novos sentidos para os seus corpos e a sexualidade. “(...) o feminino foi recriado social, cultural e historicamente pelas próprias mulheres”. (RAGO, 2013: 25). Elas buscaram (re) significar os seus papéis dentro de uma sociedade hierarquizada que se pautavam em posições binárias.

Foram e são várias as mulheres que lutaram e lutam pelas suas subjetividades, para o período que pretendemos estudar, trataremos da trajetória, das subjetividades, das escritas de si e das representações de vida de cinco mulheres. Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, cada uma com suas escolhas, lutas e histórias. Essas se entrelaçam em alguns momentos de suas vidas, algumas delas foram amigas, companheiras de luta política, compactuavam de ideais em comum, buscavam novos sentidos e novos significados para suas vidas, em um período conturbado e conflituoso.

Com o fim da ditadura militar e a transição política para a redemocratização do País, muitas mulheres e familiares começaram a falar, a narrar as suas histórias. As escritas de si

começaram a emergir através de vários veículos, e um desses foram às produções audiovisuais. Era preciso falar, não silenciar em meio a tantas lutas e perdas, pois nem todos aqueles que entraram nos movimentos de esquerda sobreviveram para contar as suas histórias. Aqueles e aquelas que sobreviveram além de narrarem as suas experiências traumáticas, tentam também, falar daqueles que já não estão mais vivos fisicamente.

Os familiares também entraram com esse papel, de falar sobre seus entes que não sobreviveram, de buscar informações sobre aqueles que se encontravam desaparecidos, de tentar entender como seus filhos, sobrinhos, irmãs e irmãos haviam sido mortos, se as causas de suas mortes realmente eram aquelas colocadas pela versão oficial, ou se essa dita versão não serviu apenas como uma forma de camuflar o que havia acontecido. Representar foi à maneira pela qual começaram a mostrar tantas histórias de dor, sofrimento e traumas, e eles representaram não apenas o que souberam o que viram e presenciaram, mas em algumas fontes podemos ver a fala daqueles que não sobreviveram a partir do outro.

Nesse capítulo trataremos das escritas de si, das falas de si, mas é preciso salientar, que duas das cinco mulheres morreram em meio à luta contra a ditadura militar. Logo elas não tiveram a chance de falar de suas histórias, se é que teriam feito, pois não devemos nos esquecer que há muitos casos de silenciamentos. São elas Sônia Angel Jones e Iara Iavelberg, ambas foram mortas por armas de fogo disparadas por militares, a primeira tendo sido bastante torturada antes de ser morta.

O objetivo desse capítulo é pensar as escritas de si, mas como pensar as escritas de si de mulheres que não sobreviveram para falarem de si, esse foi o primeiro problema que nos apareceu, pois como pensaríamos suas subjetividades. Mas, as escritas de si e a construção das subjetividades não se resumem apenas as falas após a ditadura militar, mas também, as falas e escritas durante todo o tempo em que estiveram vivas. Uma dessas formas são cartas escritas por elas, e as falas delas através do outro, certo que essa última parte recai sobre o que chamamos de representação, mas até que ponto vai à representação quando um familiar, amigo ou companheiro tenta lembrar e falar de um momento específico em que viveu com aquele sujeito que não estar mais presente fisicamente, tentando trazer a fala delas através da sua.

Nosso foco não é problematizar o conceito de representação, pois o foco da problemática não é esse. Mas mesmo em meio às dificuldades em relação às fontes para essas duas mulheres, se tratando das escritas de si, não quisemos deixar de problematizar e pensar

as suas histórias, principalmente pelo fato de não terem sobrevivido, pois quisemos buscar exemplos de trajetórias que tivessem aspectos em comum, mas também incomum, e essa relação vida e morte física foi um desses aspectos, e de vermos justamente como elas construíram e deixaram suas subjetividades sendo representadas pelo outro, mas também em cartas como foi o caso de ambas, apesar de que não tivemos acesso às cartas escritas por Iara Iavelberg.

Já Dulce Maia, Dilma Rousseff e Vera Sílvia Magalhães, sobreviveram às torturas e prisões. Falaram e falam de suas experiências traumáticas, de suas lutas dentro das organizações de esquerda, das torturas sofridas e da vida dentro das prisões. Já Iara e Sônia, não sobreviveram fisicamente, mas suas vivências não foram esquecidas, e esse trabalho além de propor uma reflexão sobre a trajetória de luta dessas mulheres e de suas subjetividades, propõe também dar visibilidade à história de luta política e de lutas por novas subjetividades dessas mulheres, das quais esses são apenas cinco exemplos, de tantas outras que tiveram os mesmos objetivos ou pelo menos anseios parecidos.

Logo trataremos aqui da trajetória de vida de cinco mulheres, que foram militantes políticas durante a ditadura militar no Brasil. A partir de suas falas, escritas e depoimentos, propomos tentar refletir sobre suas experiências como militante, como mãe, esposa, clandestina, presa política, exilada e, em alguns casos, mortas. Além disso, percebemos como elas constroem suas subjetividades, como falam de si e de momentos dolorosos que ocorreram em suas vidas, como significaram suas experiências.

## 2.1 Mulheres Militantes Políticas e suas Construções de Feminilidade

E quem são essas mulheres, o que possuem em comum além de escolhas que realizaram quando eram jovens, ao tentarem lutar contra uma ditadura militar. Essas mulheres são conhecidas como Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia. Mulheres que possuem em comum a escolha de aderirem uma luta que não era somente suas, de entrar em uma vida de clandestinidade para lutar pelo o que acreditavam, de ter trajetórias de vida muito significativas e que fazem parte da história de um País, as quais muitas vezes foram silenciadas ou mesmo caíram no esquecimento.



Essas cinco mulheres nasceram entre o fim da década de 1930 e o fim da década de 1940. O Cenário internacional se dava com a segunda guerra mundial, e no Brasil tínhamos a instauração da ditadura do Estado Novo. Na década de 1960 todas eram jovens, estudantes e vinham de famílias de classe média, algumas gostavam de cinema, de teatro, se deparavam com leituras sobre marxismo, o leninismo, com músicas de Geraldo Vandré, Chico Buarque, mas também, com a revolução que ocorria em Cuba e viam em Che Guevara um líder revolucionário, ou seja, começaram a ter contato com ideias e teorias de esquerda e foram se identificando com tais correntes.

Pensar a luta dessas mulheres durante a ditadura militar nos leva a refletir sobre um movimento que adentrou o Brasil na década de 1960, conhecido como feminismo, período também em que foi consumado o golpe civil-militar. Esse não foi um momento fácil para divulgar as ideias feministas, levando em conta que antes mesmo da ditadura já possuíamos uma sociedade de cunho conservador no qual o “machismo” e o “patriarcado” estavam presentes na vida social e coletiva. No contexto da ditadura, as manifestações e divulgações de novas ideias se tornaram mais difíceis.

Mesmo em meio a tantas dificuldades houve várias mulheres que se identificaram com as novas ideias chamadas de “onda feminista”, das quais alguns homens também compactuaram. No início do século XX o feminismo era atribuído mais a mulheres de classe média urbana que reivindicavam o direito ao voto. A partir da década de 1960, serão atribuídos outros valores e novas lutas e ideias ao movimento, a exemplo da pílula anticoncepcional, que começou a ser vendida no Brasil nesse período.

A autora Joana Maria Pedro, nos traz uma explicação cabível que define bem o significado do movimento, como ele foi sendo desenvolvido, e dos quais alguns aspectos fizeram parte da trajetória de vida e das escolhas das mulheres militantes políticas. Segundo ela:

Passou-se a exigir o direito ao corpo – “nosso corpo nos pertence”, o direito ao prazer, a autonomia, um salário igual por trabalho igual, o direito ao estudo, a paridade nos espaços de poder, a luta contra a violência, a afirmação de que “o pessoal é político”. Enfim, novas relações de gênero estavam sendo reivindicadas. Estas discussões atingiram as pessoas por diversos meios: por influência dos meios de comunicação, das leituras que fizeram, do movimento estudantil, da participação em partidos políticos. (ERTZOGUE e PARENTE (Org.), 2006: 258).

A partir da década de 1970 começaram a surgir novas maneiras, novos códigos, e novas ideias para a feminilidade. Novos hábitos, novas lutas, novas prescrições surgiam para “ser mulher”, as quais trilhavam caminhos diferentes daqueles padrões de uma mulher educada para ser mãe, esposa e dona de casa. Simone de Beauvoir coloca que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. (2016: 11), ou seja, é a sociedade que institui os padrões e códigos para alguém se tornar “mulher” ou “homem”.

É importante salientarmos que tiveram aquelas mulheres que se identificaram com essas novas ideias trazidas pelo feminismo, e que se engajaram na luta pelo movimento e começaram a levar para suas vidas essas novas formas e maneiras de feminilidade. Teve aquelas que colocaram em prática essas novas maneiras de feminilidade, mas não se identificaram com o movimento feminista, não se diziam feministas. E houve muitas mulheres que não se identificaram nem com o movimento, muito menos com as novas formas de feminilidade que surgiam.

O campo da esquerda, em se tratando mais especificamente das mulheres, mas não fazendo generalizações, teve uma identificação com as ideias de feminilidade e com o movimento feminista. Havia assim, um cruzamento de ideias das organizações de esquerda com as do movimento feminista, ressaltando que dentro dessas mesmas organizações, havia vários exemplos de “machismo” e de divisões de tarefas levando em conta o gênero das militantes e dos militantes políticos.

Segundo Judith Butler “A cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras” (2017, online). Ela fala na teoria de gênero que elaborou sobre o caráter performativo do gênero, que recai justamente sobre essa citação, ou seja, com a atribuição do gênero, surgem inúmeras expectativas sobre os papéis que o menino e a menina vão assumir ao crescerem.

Mas nem todas as pessoas se identificam com as expectativas que foram criadas sobre ele e seus papéis, e a percepção que possuem sobre si, se diferencia daquelas atribuídas pela família e pela sociedade. Muitos vivem tranquilamente com o gênero que lhes foi atribuído desde o nascimento, já outras pessoas sofrem como afirma Butler “Outras sofrem quando são obrigadas a se conformar com as normas sociais que anulam o senso mais profundo de quem são e quem desejam ser. Para essas pessoas é uma necessidade urgente criar as condições para uma vida possível de viver” (2017, online).

Segundo a autora saber o gênero de uma pessoa não significa dizer que sabemos sua orientação sexual, e que há inúmeras formas para a constituição da sexualidade humana. Logo ao pensarmos no masculino e feminino, estamos nos referindo a essas categorias a partir da nossa cultura, ou seja, as ideias que construímos sobre os significados de masculino e feminino se dão de acordo com a cultura, logo cada cultura pode atribuir seus próprios significados, demonstrando que as ideias de masculino e feminino não são fixas e pode variar de uma cultura para outra. Mas o que viria a ser gênero segundo o pensamento de Judith Butkler “Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (2003: 24).

O problema está quando se pensa em gênero associando-o apenas ao sexo biológico e na sociedade ocidental isso é muito comum. Essas reflexões são relativamente recentes, e no início do século XX, não haviam no Brasil discussões aprofundadas sobre gênero e identidade de gênero. Essas problemáticas começaram a ser discutidas e inseridas nos debates sobre o feminino em meados do século XX, já no período da ditadura militar no Brasil.

Segundo Alice Costa “Com o golpe militar de 1964 no Brasil, e posteriormente em vários outros países latino-americanos, os movimentos de mulheres, juntamente com os demais movimentos populares, foram silenciados e massacrados”. (2005: 4). A partir de 1970 surge à segunda onda feminista, com a emergência de problemáticas e discussões sobre gênero. Esse (re) surgimento do movimento nasceu em meio a um regime ditatorial de cunho autoritário e repressor, e a partir da luta de mulheres que foram contra e resistiram à ditadura militar.

Mas suas lutas foram muito além dessas, se depararam com uma Igreja progressista, com organizações de esquerda e partidos políticos que tinham como lideranças homens e eram dominados por eles, tiveram que enfrentar um Estado conservador, uma sociedade patriarcal e dentro das próprias organizações de esquerda tiveram que lutar contra o sexismo, logo as discriminações eram muitas, e “ser mulher” e mudar as suas relações dentro da sociedade não era uma tarefa fácil e nem simples.

Assim, “(...) poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização”. (COSTA, 2005: 5). A partir de 1980, haverá certa preocupação dos partidos políticos com o

eleitorado feminino e assim começaram a colocar em suas pautas demandas voltadas para o feminino.

Pensar esse contexto político, social e histórico em que viviam é importante para entendermos alguns dos motivos de suas lutas e os seus significados, e por quais causas e direitos elas reivindicavam. Essas cinco mulheres mudaram a partir de suas escolhas as suas vidas, nenhuma delas quis seguir o mesmo caminho de mães, tias e de amigas, buscaram novos caminhos, lutaram por outras subjetividades e as construíram através de suas vivências e experiências. Foram a partir das suas escolhas e de tantas outras mulheres que pudemos enxergar outros meios para viver, fazer e existir.

Elas começaram a fazer mudanças em suas próprias vidas, como também, entraram na luta por causas mais gerais. Essas mulheres ao mesmo tempo em que buscavam construir suas subjetividades a partir de novas construções de feminilidade, reivindicavam seu direito em meio a uma sociedade conservadora e permeada por preconceitos contra a mulher e tiveram que enfrentar suas famílias para viverem a vida que escolheram, ao entrarem nas organizações de esquerda lutavam por causas mais gerais, dentro das organizações reivindicavam seus papéis como militante política que não se diferenciava do militante político, ou seja, de todas as formas e maneiras aonde quer que estivessem precisavam estar nessa luta constante pelos seus direitos.

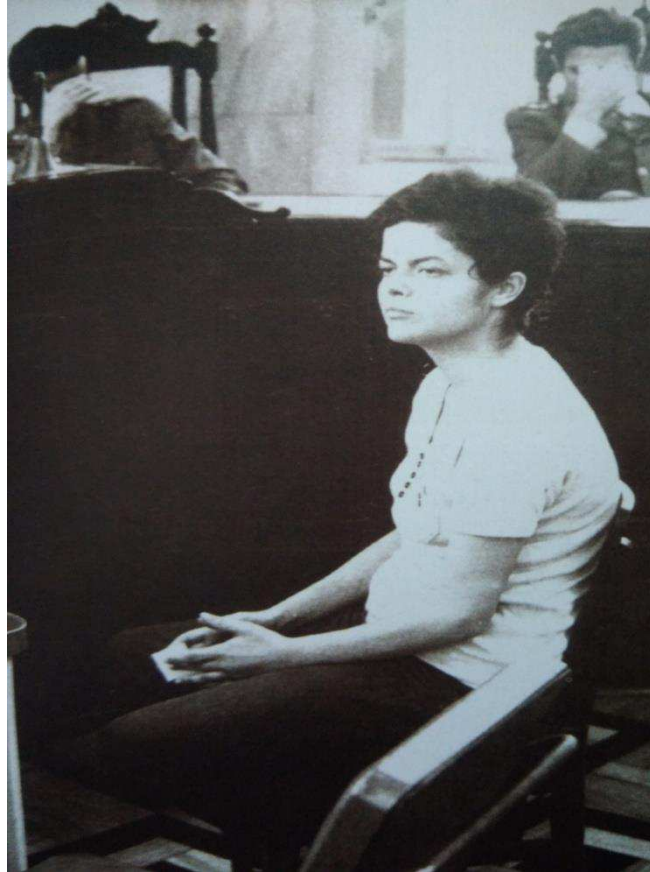
## 2.2 Quem são essas Mulheres

As mulheres selecionadas para terem suas histórias narradas nesse trabalho, através das escritas de si e das representações construídas, a partir do testemunho de familiares, amigos, ex-companheiros de militância política, ex-maridos, ex-namorados, dentre outras pessoas. São elas: Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia<sup>49</sup>. Elas possuem muita coisa em comum, uma dessas coisas em comum foram às escolhas que fizeram de entrarem na militância política. Iremos conhecer um pouco da trajetória de vida dessas mulheres, mais precisamente nesse capítulo, partindo das escritas de si construídas por elas.

---

<sup>49</sup> Inspirada para fazer um pequeno esboço da biografia dessas mulheres nos livros: *A vida quer é coragem* (AMARAL 2011), *Mulheres que foram à luta armada* (CARVALHO, 1998), *O Calvário de Sônia Angel* (MORAES e AHMED, 1994), *Iara Reportagem Biográfica* (PATARRA, 1992).

## Dilma Vana Rousseff



Fotografia de Dilma Rousseff, Acervo pessoal de Dilma Rousseff, retirada do livro *A vida quer é coragem* (2011).

Dilma Vana Rousseff filha do búlgaro Pedro Rousseff, que veio para o Brasil em 1945, e da professora brasileira Dilma Jane Coimbra da Silva. Dilma nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, foi batizada com o mesmo nome da mãe e para a família seria chamada por Dilminha. Ao nascer já tinha um irmão mais velho chamado Igor, e em 1951 nasceu sua irmã mais nova chamada Zana Livia, a família morava em Belo Horizonte. Teve uma infância tranquila, tinha o sonho de ser bailarina, gostava muito de filmes e livros.

Aos 12 anos de idade seu pai lhe deu um livro intitulado *Germinal*, de Émile Zola, que tinha uma temática social e fazia uma iniciação política, desde cedo conversava com seu pai sobre a pobreza que muitas pessoas viviam. Sua mãe era católica praticante, e Dilma escolheu fazer a primeira comunhão, estudou em colégio de freiras e nos finais de semana ela e suas colegas que estudavam no Colégio Sion iam para a favela no morro do Papagaio para

dar assistência, como noções de higiene, às pessoas que lá moravam. Realizavam essas ações através do Grupo Gente Nova – GGN, organizado pela igreja e tinha a direção das freiras.

Enquanto adolescente e junto com colegas ouviam discos, iam aos clubes, andavam de bicicleta, iam aos cinemas e as festas. Em 1962 ao completar 15 anos de idade perdeu seu pai. Do Colégio Sion foi para o Colégio Santa Doroteia, não quis seguir o mesmo caminho de suas colegas, mãe e tia, que era cursar a escola normal e se tornar professora. Esse foi um período da sua vida em que ela mudou de visual com corte de cabelo bem curto, começou a expandir suas leituras para além daquelas encontradas na biblioteca de seu pai, e começou estudar para os exames para ingressar no científico no Colégio Estadual escola pública, que seria nosso ensino médio de hoje.

Dilma entrou no colégio no ano de 1964, e foi nele que ela foi apresentada a leitura de Karl Marx pela primeira vez. E a partir daí começou a ler trabalhos de brasileiros que escreviam sob o viés marxista, como Caio Pardo Jr., Celso Frutado, dentre outros. Começou a frequentar as reuniões da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária – POLOP, a ir com mais frequência ao cinema, ir para bares para lá debaterem sobre leituras, livros, teorias, revolução, filmes, dentre outros assuntos. Frequentou o Centro de Estudos Cinematográficos – CEC.

Nas reuniões da organização conheceu Cláudio Galeno, com o qual iniciou um namoro, e em 1967 casaram-se no civil. Dilma Rousseff estava presente na criação do Comando de Libertação Nacional – COLINA, e se tornou uma integrante dessa organização. O apartamento de Dilma e Galeno foi se tornando aos poucos o lugar das reuniões dos militantes políticos da organização, chamado pelos militares na época de aparelho. Eles também tinham aulas táticas de guerrilha, Dilma só chegou a ter essas aulas no ano de 1969, no Uruguai, ela aprendeu a montar e desmontar fuzis.

Em 1970, ela foi presa, torturada e passou dois anos e dez meses presa. Separou-se de Galeno, casou-se novamente, mas dessa vez em uma cerimônia diferente dos padrões instituídos pela sociedade, tornou-se mãe, ainda quando vivia na clandestinidade, e ao ser solta continuou lutando pelo que acreditava. Dilma Rousseff foi uma das mulheres militantes políticas que sobreviveram as torturas, maus tratos e prisão, e ainda está viva narrando a sua história.

Iara Iavelberg



Fotografia de Iara Iavelberg faz parte do Arquivo de Samuel Iavelberg, publicada na Revista Adusp, outubro de 2013.

Iara Iavelberg nasceu em 7 de maio de 1944, em São Paulo, o nome “Iara” foi escolhido por sua mãe, que gostava desse nome. Foi à primeira filha do casal Eva e David Iavelberg, ela vinha de uma família húngara e ele de uma família romena da Bessarábia. Iara foi à primeira filha de quatro irmãos; são eles: Samuel, Raul e Rosa.

Passou a sua infância no bairro do Ipiranga, bairro que tinha muitos moradores romenos e poloneses. Enquanto criança aprendeu a ler e sua mãe estimulava os filhos à leitura, gostava de pintar as unhas, de comer bem, fez natação para ajudar na bronquite asmática, brincava com os irmãos principalmente com Samuel, chamado também de Melo. Ainda na infância liderava peças de teatros com os colegas, e teve uma relação forte com o avô materno Bernardo Roth até os nove anos de idade, quando o perdeu, tiveram uma infância sem tantos brinquedos.

Iara e Samuel foram matriculados no jardim de infância municipal que tinha no bairro (nossa pré e alfabetização de hoje) e depois foram para o primário na Escola Israelita do Cambuci (nosso fundamental I). Iara se arrumava muito e na escola juntamente com outra colega eram os exemplos da moda, além disso, era estudiosa e tocava piano, depois se matriculou no científico.

Começou a namorar aos 13 anos de idade com Samuel Haberkorn, era filho de imigrantes poloneses e estudava medicina a época. Já no segundo científico quando tinha 16 anos de idade casou-se com Samuel, fizeram uma grande festa de casamento, mas a relação dela com Samuel trouxeram-lhe uma solidão. Voltou ao Colégio e buscou colocar os estudos em primeiro plano, deixando o casamento em segundo, e enquanto estava casada teve namoros com outros homens. Começou a pensar na carreira que iria seguir e matriculou-se no cursinho do grêmio. Fez vestibular para o curso de psicologia na Universidade de São Paulo – USP e ingressou no curso.

Ela desejava ter filhos, mas não conseguia engravidar, possuía visões de mundo diferentes das de seu esposo, três anos após o casamento se separaram. Melo entrou no grêmio em 1963 e também na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária – POLOP. Iara não teve interesse em entrar inicialmente, estava mais voltada para as festas que frequentavam, o cinema, os amores e paixões, e uma dessas foi com José Dirceu e depois com Carlos Lamarca.

Mas no protesto feito pela União Nacional dos Estudantes – UNE, que decretou greve as políticas feitas pelo então governador Adhemar de Barros, Iara aderiu, ela já combatia outras causas, como coisas que ocorriam no seu dia a dia. Ao começar ir contra a ditadura militar e ao regime repressor implantado, buscou uma organização de esquerda para se engajar, e entrou na POLOP intensificando sua militância.

Lecionou psicologia no cursinho e realizou o estágio na empresa Volkswagen, ia estudar as relações de trabalho. Na política participou de passeatas, manifestações, de ações, foi presa, entrou na clandestinidade, militou ainda na Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares – VAR-Palmares e Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, nesse último ela entrou junto com Lamarca.

Entre seu romance e a militância passaram alguns meses no Rio de Janeiro e depois foram para a Bahia. Ela ficou escondida em um apartamento no bairro da Pituba – Salvador, e



lá foi cercada por policiais e morta a tiros. A versão oficial sobre sua morte fala de suicídio, mas uma nova versão saiu anos depois que não condiz com essa versão.

Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones



Fotografia de Sônia Angel Jones, no ano de 1971, Álbum de Família, retirada do livro O Calvário de Sônia Angel (1994).

Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, filha de João Luiz Moraes (Coronel da reserva do Exército e professor) e Cléa Lopes de Moraes (Professora). Ela nasceu em

novembro de 1946, em Santiago do Boqueirão – RS. Teve uma infância e uma adolescência como à de muitos outros naquele período, gostava de ler, estudar, namorava, saía com amigos, ia às praias e as festas.

Estudou no Colégio de Aplicação e posteriormente na Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mas não chegou a se formar, foi professora de português no curso Goiás na cidade do Rio de Janeiro. Casou-se com Stuart Edgar Angel Jones em agosto de 1968, mesmo ano em que ela entrou para o MR-8, mesma organização em que seu esposo era militante.

Em maio de 1969 Sônia Angel Jones foi presa por conta das manifestações da Praça Tiradentes, levada ao Departamento de Ordem Política e Social de âmbito Estadual – DOPS, do Rio de Janeiro e depois para o Presídio São Judas Tadeu. Passou quatro meses presa, foi julgada e absolvida pelo Superior Tribunal Militar – STM, mas isso somente de maneira formal, pois ela continuou sendo investigada e perseguida, passou assim a viver na clandestinidade.

Em 1970 a família tentou ajudá-la a sair do Brasil e ir para o exílio, a ideia é que ela passasse pelo Paraguai para chegar a Paris. Lá ensinou português na Escola de Línguas Berlitz e estudou na Universidade de Vincennes, de Paris foi para o Chile. Ao chegar nesse País ela soube da morte de seu esposo Stuart Angel e resolveu voltar para o Brasil, mas agora como militante da Ação Libertadora Nacional – ALN e não mais do MR-8.

Em 1973 voltou para o Brasil clandestinamente com o codinome Esmeralda Siqueira de Aguiar, foi morar em um apartamento alugado em São Paulo com um companheiro de luta política. Ambos foram presos no Canal 1 em Santos – SP, a versão oficial que saiu no ano de 1973 nos jornais *O Globo* e na *Folha de São Paulo*, é que ela e seu companheiro de militância política havia entrando em conflito com órgãos de segurança do bairro e morreram num tiroteio. Mas um tempo depois sua família ficou sabendo sobre a outra versão da morte de Sônia Angel Jones. Ela foi presa e levada para o DOI-CODI, do I Exército, após muitas torturas nesse órgão, ela foi levada para o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna DOI-CODI do II Exército localizado em São Paulo, mais torturas foram realizadas inclusive com a retirada de seus seios e estupro e por fim lhe deram um tiro.

Seus pais ao saberem de sua morte através do jornal *O Globo*, que falava da morte de Esmeralda Siqueira Aguiar nome que Sônia Angel Jones estava usando e que a família sabia. Foram em busca de informações e também do corpo da filha no DOI-CODI. João Moraes pai se Sônia Angel Jones ficou preso durante quatro dias por ter falado do caso a um colega que era general e por ter pedido sua ajuda, logo o general comandante do caso decretou sua prisão e ao ser liberado mandou que ele fosse para o Rio de Janeiro e não falasse do caso para mais ninguém e não chamasse advogado.

Depois de muitos anos João Moraes entendeu que sua prisão se deu pelo fato de que sua filha ainda estava viva naquele período, e que os militares não queriam a interferência da família. Seus pais continuaram na luta por informações, de saber onde estava o seu corpo e pela liberação da certidão de óbito, somente em 1978 descobriram que seu corpo estava enterrado no cemitério de Perus, somente no ano de 1981 é que conseguiram exumar o corpo da filha.

Vera Sílvia Magalhães



Fotografia de Vera Sílvia Magalhães, retirada do site: Documentos Revelados, publicada em 26 de novembro de 2013.

Vera Sílvia Magalhães nasceu no Rio de Janeiro em 1948, filha de Cláudio Augusto Pestana, advogado e de Maria Virgínia Gonçalves de Araújo. Sua família era de classe média e tinham origens gaúchas. Ela desde criança foi influenciada pelas ideias comunistas, pois a sua família estava envolvida em movimentos amparados por essas teorias. Enquanto criança estudou no Colégio Chapeuzinho Vermelho que ficava localizado em Ipanema, ao completar onze anos de idade ganhou de presente de seu tio Carlos Manoel Pestana de Magalhães, juntamente com a sua irmã, o livro *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels.

Durante a adolescência estudou no Colégio Andrews, participou do setor cultural do grêmio, e já se articulava com os colegas embasados nas teorias do comunismo e socialismo. cursou economia, começou a organizar várias passeatas, esteve presente na Passeata dos Cem Mil e foi integrante da Dissidência Comunista da Guanabara – DI-GB, dentre as ações que realizou dentro da organização estiveram assaltos a supermercados, a bancos, a postos de gasolinas e ajudou no sequestro do embaixador americano Charles Elbrick.

Ficou conhecida na época da clandestinidade como a “Loira 90”, pelo fato de usar uma peruca loira nas ações. Ainda no período da militância teve um namoro com José Roberto Spigner, que foi militante do MR-8, e em 1970 foi morto nas dependências do DOI-CODI. Em 1970 ela foi presa depois de levar um tiro na cabeça, foi levada para um hospital e depois para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, sofreu vários tipos de tortura, e só foi libertada após o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, quando em troca pediram que fosse libertado quarenta presos políticos e Vera Sílvia estava entre eles.

Após sair da prisão foi para o exílio, durante este período passou por vários países, entre eles esteve em Cuba, Argélia, Alemanha e Chile. Casou-se com Fernando Gabeira ele foi integrante do MR-8, ainda no exílio separaram-se. Ela morou também na França, e trabalhou como babá, estudou na Sorbonne, teve como professor o então exilado a época Fernando Henrique Cardoso que viria a se tornar o presidente do Brasil anos depois. Em finais da década de 1970 engravidou do seu companheiro Carlos Henrique Maranhão, que também estava no exílio. Voltou para o Brasil depois da promulgação da Lei da Anistia, passou um período morando em Recife – PE e depois voltou para o Rio de Janeiro, faleceu por motivo de doença no ano de 2007.

Dulce Maia



Fotografia de Dulce Maia, fotografada pela polícia política em junho de 1970, retirada do site: Desacato, publicada em 19 de janeiro de 2017.

Dulce Maia de Souza nasceu em 1938 em São Paulo, filha de Benedicto Carlos de Souza e de Dulce Maia, descendentes de alemão. Sua família era de classe média e ela tinha mais cinco irmãos, sendo a mais nova entre os seis. Seu pai lutou na revolução de 1932 e foi contra o Estado Novo, sua mãe foi militante do Partido Comunista Brasileiro – PCB, e folclorista. Estudou em escola de freiras, depois se mudou para Lavras, em Minas Gerais, para morar com a avó. Estudou no colégio Presbiteriano Carlota Kemper, em modelo de internato, ao voltar para Santos – SP fez um curso técnico.

Aos 15 anos de idade entrou na Juventude Comunista, em 1960 se tornou militante do PCB, e despertou o interesse por artes plásticas e pelas questões culturais. Ajudou mais na parte de articulação de encontros, escondendo integrantes para o Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR, que planejava um foco de guerrilha, conhecida como guerrilha de Caparaó, a que não chegou a ser realizada. Seu engajamento cultural lhe ajudou a se camuflar durante sua militância política.

Ela entrou para a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR e tinha o codinome de Judith, participou de ações como a explosão de um carro bomba no quartel do II Exército e do roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, esperava armada para levar de carro companheiros que estavam realizando alguma ação, esteve na organização da infra-estrutura de assaltos, dentre outras ações. Na vida amorosa, teve vários namorados, alguns não faziam parte da organização. Foi presa em 1969 na casa de seus pais em São Paulo, foi levada para a penitenciária feminina no Carandiru, e também para a torre das donzelas, era uma ala feminina de celas que ficava no presídio Tiradentes em São Paulo.

Ela foi muito torturada e depois de algumas sessões de tortura seus cabelos embranqueceram, e ficou com problemas de saúde devido às torturas sofridas. Em 1970 foi libertada, após a troca de alguns presos políticos pelo embaixador alemão. Da prisão foi para um avião militar e seguiu para o exílio na Argélia, depois para Cuba, depois Chile, México, Bélgica, Lisboa em Portugal e Guiné-Bissau. Com a instauração da Lei da Anistia retornou para o Brasil. Passou a morar em Cunha – SP e adotou três filhos, tornou-se ambientalista, dirigiu ONGs, faleceu em 2017.

### 2.3 Testemunho, Experiência e Testemunhas

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. (2007: 25).

Segundo Beatriz Sarlo, o trabalho de narrar esta diretamente ligada ao sujeito, ao seu “corpo”, sua “voz”, seus gestos, sentimentos, lembranças, dores, perdas, ou seja, as suas vivências. Aquelas ou aqueles sujeitos que vivenciaram experiências traumáticas e que narraram e narram suas histórias deram voz através da linguagem as suas experiências e as transformaram em testemunho. E é através e a partir da linguagem que muitas histórias não caíram e não caem no esquecimento.

O testemunho teve seu apogeu e emergiu com força nas primeiras décadas do século XX, justamente em um momento, que como coloca Sarlo, para alguns seria o fim do testemunho, pelo fato de que aqueles que voltavam da Primeira Guerra Mundial voltaram para não falar, preferindo o silêncio, não quiseram dar voz e ouvidos as suas experiências

traumáticas. E ao serem silenciadas, o testemunho não pode ser construído, para Sarlo “[...] chamamos de experiência o que pode ser posto em relato, algo vivido que não só se sofre, mas se transmite. Existe experiência quando a vítima se transforma em testemunho”. (2007: 26).

É importante lembrar que nem todos que voltaram da primeira guerra silenciaram, a exemplo de Erich Maria Remarque, alemão, aos 18 anos de idade lutou na primeira guerra mundial e conheceu as trincheiras. Ele carregou consigo as marcas deixadas pela guerra, e resolveu falar dessas dores a partir do livro *Nada de Novo no Front* publicado em 1929, o livro que está mais para uma literatura do testemunho ou da catástrofe, ou do trauma, é um romance ambientado na trincheira, ele constrói um personagem que é alter ego dele.

O livro foi escrito a partir das experiências de guerra de Erich Maria Remarque, o protagonista é chamado Paulo Baumer, jovem, e vai para a guerra junto com os amigos. Ele fala das mortes, das destruições, dos sofrimentos, da vontade de voltar para casa, da volta para casa e da dificuldade de se encaixar na sociedade de novo, de qual o sentido de tantas mortes, do porque de esta ali, dentre outros elementos. Ele escreveu dez anos após a guerra, ele rompeu o silêncio, falou e falou muito.

Outro exemplo é o do Primo Levi, o qual foi capturado pelas forças fascistas italianas e deportado para Auschwitz, sobreviveu ao campo de concentração. Após sua libertação em 1945, a pedido do médico Leonardo De Benedetti, ele elaborou um relatório sobre as condições de saúde dos campos de concentração, esse testemunho conhecido como “Relatório de Auschwitz” foi importante para mostrar situações conflituosas, os descasos, as formas de maus tratos e torturas. Assim, ele resolveu falar, não se calou, não “emudeceu” como diz Walter Benjamin, não silenciou.

[...] Se Levi fala é por duas razões. A primeira extratextual, psicológica, ética e compartilhada com quase todos os que saem do *Lager*: simplesmente é impossível não falar. A segunda tem haver com o objeto do testemunho: a verdade do campo de concentração é a morte em massa, sistemática, e dela só falam os que conseguiram escapar a esse destino; o sujeito que fala não escolhe a si mesmo, mas foi escolhido por condições extratextuais. (2007: 34).

Levi teve as suas razões para falar, essas iam além do sujeito em si, pois havia um compartilhamento de experiências daqueles que sobreviveram aos campos de concentração, mesmo levando em conta que cada experiência é única. As memórias por mais dolorosas que sejam, não estão no campo do irrepresentável, nem as memórias mais traumáticas. Se dependesse da intensidade de Auschwitz não teria havido qualquer narrativa, e aqueles que

sobreviveram, e para os que resolveram falar, foram os primeiros a construírem uma forma de representação, a exemplo também, das militantes políticas.

Quem primeiro vivenciou a dor, e pode falar com mais propriedade foram elas, narrar já é uma forma de representação, a escrita de si é uma forma de representação de si próprias, e o que nós estamos fazendo já é uma representação da representação. Não há esse limite, existe uma representação primeira, como as narrativas de si, apesar de que nem todas conseguiram construir essas narrativas de si, mas algumas sim, e não existe barreira para quem vai fazer representação da representação, é preciso romper com a ideia de irrepresentável.

Falar e representar foram às maneiras encontradas por algumas mulheres militantes políticas, para os sobreviventes do holocausto, da primeira guerra, para mostrar para o mundo ao que eles que sobreviveram ou não, foram submetidos. Elas não escolheram serem presas, torturadas, exiladas, ou mesmo mortas, eles não escolheram perder suas famílias, serem levados para os campos, e lá serem submetidos a condições desumanas, logo nenhum desses sujeitos escolheram viver tais experiências, mas viveram cada qual por circunstâncias diferentes, foram submetidos a muitos crimes arbitrários.

É importante lembrar que houve aqueles sobreviventes do holocausto que não falaram nunca, teve muitos que esconderam de esposas, filhos e de netos, e quando os familiares descobriram já foram por outras vias, principalmente aqueles que eram solteiros e só casaram e formaram família após chegarem da guerra. As feridas que carregavam, ficavam no recôncavo da memória. Esses que não falaram, podem ter sido os que mais lembraram, porque o esquecimento pode ser estratégico. Os sujeitos não falam porque ao falarem abrem feridas que são dolorosas, assim muitos, não romperam a barreira do silêncio.

Não comparando, mas fazendo uma reflexão sobre os sujeitos que foram torturados, presos e mortos no Brasil no período da ditadura militar, que também não escolheram passar por tais situações, mas sabiam do perigo que corriam ao entrar na clandestinidade. Morrer para eles não era uma escolha, serem torturados também não. Para os que sobreviveram e não emudeceram, ou seja, para aqueles que quiseram mostrar para a sociedade o que ocorria nos porões de presídios, de casas como a da morte, dentre outros locais, eles narraram e narram.

Além de falarem de si, falam também do outro, tanto dos que sobreviveram, como dos que não sobreviveram. Mas em momento nenhum podem ocupar seus lugares, nem as suas falas,



pois cada sujeito é único e cada um vivencia as experiências de formas únicas. O que eles podem fazer é representar as experiências que vivenciaram ao lado dos que não sobreviveram. “O testemunho dos que se salvaram é a “matéria-prima” de seus leitores ou ouvintes” (SARLO, 2007: 35). Mas ela diz que não é uma versão completa, pois existe o silêncio dos que foram mortos. Logo, esta “matéria-prima” está para além das dores e feridas da testemunha, ela está na dimensão coletiva, com seus efeitos morais, sociais e políticos.

É inegável pensar que esse silêncio realmente perdura no tempo, e é algo que foge do imaginável, pois estamos falando do silêncio de pessoas que foram mortas. Concordamos com a autora quando narra que o testemunho dos que sobreviveram é “matéria-prima”, pois também vivenciaram experiências que em muitos casos os transformaram em sujeitos feridos, mas até que ponto esses testemunhos seriam incompletos, pois não podemos nos esquecer que houve sobreviventes que também resolveram silenciar, ou seja, não há apenas os silêncios dos mortos, mas dos vivos.

E são incompletos pelo fato dos que não sobreviveram não estarem presentes fisicamente, ou pelo fato de agora terem o papel de falar tanto de si como do outro, ou mesmo porque não foram as “vítimas fatais”, não morreram. Todas as experiências têm suas intensidades e falar delas no calor dos acontecimentos, também é outra forma de representar tais experiências. As testemunhas representam parte das experiências vividas, a partir de suas singularidades e sua intensidade, e o ouvinte ao ouvir e depois narrar, constrói uma representação da representação.

Tratar do testemunho construído a partir de traumas e dores é um trabalho complexo e nos lança para a dimensão subjetiva dos sujeitos que narram. Beatriz Sarlo traz uma problemática em sua obra *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*, sobre o testemunho como “verdade” e o dilema que o historiador do século XXI tem diante desses testemunhos construídos a partir de experiências traumáticas. Como analisar criticamente o testemunho de pessoas que escaparam da morte, daquelas que relatam suas dores, sofrimentos, angústias, traumas, ressentimentos, ou seja, como refletir sobre esses testemunhos na contemporaneidade.

Beatriz Sarlo enfatiza que “os direitos da primeira pessoa se apresentam, de um lado, como direitos reprimidos que devem se libertar; de outro, como instrumentos da verdade”. (2007: 39). Se durante as prisões, torturas, exílios, tiveram que silenciar e emudecer, com a transição política e o fim da ditadura militar no Brasil, os ex-militantes passaram a ser o

centro dos debates que abordam a repressão, crimes e justiça. Antes, muitas questões não podiam ser pensadas e nem mesmo faladas. Agora a testemunha mostra através dos seus depoimentos representações do que vivenciaram e sofreram.

Os seus discursos ganharam formas privilegiadas, pelo fato de falarem de seus sofrimentos e dores até então recalcados e camuflados. Esses relatos começaram a ganhar confiança, e credibilidade, e assim, se tornaram “verdades” difíceis de serem contestadas. Foram também através dos testemunhos que muitos casos puderam ser resolvidos e muitas famílias puderam descobrir onde seus parentes haviam sido presos, mortos, enterrados e exilados. Narrar foi essencial para resolver crimes de ditadura.

Narrar foi essencial para mostrar o que muitos não sabiam que ocorria, para ajudar aqueles que sofreram, para não deixar que os direitos continuassem sendo reprimidos, para as histórias de tantos sujeitos não serem esquecidas. Mas ao realizarem o ato de narrar, não implica dizer que significou a mesma coisa para todos, pois se para alguns foi uma forma de aliviar as dores, cicatrizar as feridas e marcas da alma, e reconstruir suas identidades, para outros, não aliviou e nem cicatrizou, não diminuiu os vazios e nem as percas, não reconstruiu suas identidades e nem as restaurou.

Como lançar um olhar crítico diante de construções de subjetividades, pois o que emerge com esses testemunhos é uma teia enorme de subjetividade que até então ficaram silenciadas, ou mesmo, guardadas para o momento em que pudessem ser colocadas na nova cena política. É preciso refletir criticamente sobre essas histórias e construções de subjetividades, pensando para além das dores, das mortes, das tristezas, das marcas, dos choros, dos traumas, dos ressentimentos, dos lutos, das feridas.

No deparamos diante de múltiplos sujeitos, não homogêneos, dentre eles sujeitos feridos, ressentidos, os “esquecidos”, ou seja, os que resolveram não lembrar ou mesmo não falar, os que lutam através de seus testemunhos por reparação e justiça, os que encontram a si falando do outro, os que não querem esquecer, os que querem serem lembrados, os que buscam o *Nunca Mais* através dos testemunhos, ou seja, lutam para que os crimes cometidos não voltem a se repetir.

Se tratando das mulheres que foram militantes políticas não podemos pensar nelas de forma homogênea, mas sim, em sujeitos diversos e múltiplos, com suas subjetividades, singularidades e feminilidades. Pois ao tratarmos de mulheres precisamos ter em mente que

não há apenas um modelo de feminino, mas que há inúmeros modelos de feminilidade e de ser mulher. Logo, cada testemunho que elas constroem sobre si são permeados de suas sensibilidades, de suas particularidades, de suas identidades, de seus modos de ser, de suas construções como sujeitos que vivem em meio ao coletivo e são influenciadas por ele, e que constroem suas escritas de si na relação com o outro.

Diante dessas várias formas de se representar e de representar o outro é que adentraremos nas escritas e falas de si. Essas se dão a partir de cartas, entrevistas e depoimentos em fontes audiovisuais e biografias. Cada uma das falas, das escritas, da representação do outro, e nesse caso pelo fato do sujeito está ausente e não terem sido encontradas escritas de si a não ser pelos resquícios e impressões de si que deixaram em que as conheceram a exemplo de Iara Iavelberg, todas essas falas são permeadas de jogos de memória e esquecimento.

### 2.3.1 Entre a Dor e a Luta, entre a Tortura e a Resistência

[Dilma Rousseff] – Essa palavra subversiva, eu gostava muito dessa palavra, porque se você for olhar ela significa literalmente...

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – Contestação!?

[Dilma Rousseff] – Não! Aquele que muda a ordem! Ah!

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – E a senhora queria mudar a ordem?

[Dilma Rousseff] – Eu queria mudar a ordem!

Esse trecho faz parte de uma entrevista realizada para ser transmitida no programa de televisão da SBT, Conexão Repórter em agosto de 2016. O documentário foi intitulado *Crepúsculo no Alvorada*, a equipe do programa acompanhou o dia a dia de Dilma Rousseff durante três dias. Suas falas se dão em boa parte do documentário sentada de frente para o entrevistador em uma das salas do Palácio da Alvorada. Ela aborda diversos momentos de sua vida, inclusive o cenário político pelo qual passava o Brasil no momento da entrevista, mas daremos ênfase às falas de si sobre o período em que foi militante de esquerda na época da ditadura militar no Brasil.

Dilma Rousseff constrói essas falas de si a partir de suas experiências, e inicia colocando o significado de uma palavra que foi muito utilizada na época, inclusive pelos militares que foi “subversivo”. E ela deixa muito claro que o intuito ao se tornar “subversivo” era tentar mudar o que estava posto, mudar o governo, objetivo em comum que todas as organizações de esquerda possuíam a época. Já para os militares significava “procurado”, “terrorista”, sujeitos que queriam desarticular a ordem imposta pelo governo.

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – A senhora se considerava uma guerrilheira?

[Dilma Rousseff] – A gente não se pensa assim né!

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – Pro regime a senhora era uma guerrilheira?

[Dilma Rousseff] – Po regime, pro regime eu era tudo de mal que existia.

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – A senhora era uma terrorista para o regime?

[Dilma Rousseff] – Tudo! Terrorista, guerrilheira, você entende!?

Para os militares e em muitas literaturas encontramos a palavra “guerrilheira” ou “guerrilheiro”, se referindo a sujeitos que lutaram contra a ditadura militar. Dilma Rousseff nos traz outro sentido, e diz que não se via como guerrilheira, ela não se pensa e não se pensou assim, e que foi o regime que instituiu essa palavra, dentre outras, para falar desses sujeitos. Ela também não se imaginava como terrorista, logo ela vai elaborando suas escritas de si a partir do significado que tinha cada palavra para as suas escolhas naquele momento. E deixa bem claro as diferenças de pensamento, não vendo isso de forma homogênea, que havia entre os militantes de esquerda e os militares.

Como o próprio subtítulo propõe *Entre a Dor e a Luta*, a tortura é uma das questões mais abordadas por Dilma nas suas escritas de si. Ela fala não apenas nessa entrevista, mas também em outras que tivemos acesso, de como se deu sua prisão, o ano, como era o processo dentro dessas prisões, como se dava as torturas, como ela fez para resistir à dor e para aguentar os sofrimentos impostos. Falas das marcas que elas deixam, tanto fisicamente como psicologicamente, do significado de mentir, do objetivo das torturas. Assim, ela constrói

alguns depoimentos, como um sujeito que resistiu que suportou, e que não deixou que ferissem sua alma. Coloca-se como uma mulher que passou por muito sofrimento, por muita luta, mas que resistiu. Em outro trecho da entrevista ela fala de alguns desses elementos.

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – Para que as novas gerações tenham uma compreensão do custo à democracia inclusive, a senhora passou por quantas sessões de tortura?

[Dilma Rousseff] – Eu passei por um tempo de tortura, mais do que por sessões, não dá pra contar quantos, porque todos.

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – Foram muitas?

[Dilma Rousseff] – Foram, porque todos os dias tinha. (...) Ahh, eu acho que nada é mais terrível do que a primeira sessão de tortura, nada! Ali não é fundo do poço! (...) A imagem mais marcante que eu tenho, é que a dor, a dor é confusa, a dor num é nítida, a dor muita dor! Não é nítida, você não tem uma imagem, é é como se fosse, sabe!? Todas as coisas se misturando, a dor num te deixa.

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – A senhora foi quebrada?

[Dilma Rousseff] – Não, sabe como é que é que você faz pra não ser quebrada de um jeito muito especial, porque você não pode falar assim: olha eu vou aguentar.

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – E o que os torturadores diziam a senhora?

[Dilma Rousseff] – Olha, eles eles te interrogam, eles te xingam, eles querem que você perca, porque a tortura, como é que você suporta a tortura? Você suporta a tortura falando assim só: daqui a cinco minutos eu não vou aguentar mais, ai daí a cinco minutos, você fala mais cinco minutos, ai daí a cinco minutos, você torna a falar mais cinco minutos, e ai você vai esticando o tempo, porque se você imaginar que você vai ficar naquilo, por mais vinte você não segura, por mais trinta você não segura, é o infinito trinta minutos. Eu tinha uma uma companheira que dizia o seguinte: a gente não fala porque

eles não chegaram ao nosso limite, porque se não, não não é possível se achar.

[Roberto Cabrini/Entrevistador] – Qual era o seu limite?

[Dilma Rousseff] – Eu não sei, não chegaram.

Nesse trecho da entrevista ela vai falando como ela pensava a tortura, inicia dizendo que havia sessões e não tinha como cronometrar um tempo, até porque, quem estava na condição de torturado perdia essa noção do tempo, como pensar em um tempo cronológico se você estava sendo imposto há vários tipos de dores, e em muitos casos esses sujeitos chegavam a desmaiar, ou seja, perdiam os sentidos. Ela fala da dor que sentiu, e que era confusa, ou seja, havia uma mistura de dores que podiam ser físicas e psicológicas, as dores eram múltiplas, não houve apenas um tipo ou dois tipos de dores, mas vários.

E eram essas dores que “quebraram” tantos sujeitos, mas ela fala como conseguiu resistir e não ser “quebrada”. E o elemento temporal entra mais uma vez como algo importante para resistir, em que não se podia pensar em um tempo em longo prazo, mas sim em um tempo curto, de minutos, e até mesmo segundos. E foi pensando nesse tempo curto que ela foi conseguindo suportar a dor e resistir para não falar, ou seja, para não deixar que a torturas alcançassem os objetivos esperados pelos torturadores, que era o de falar nomes de companheiros, de entregar os pontos de encontro, as próximas ações, ou quem havia participado de ações que já tinham ocorrido, dentre outras informações que buscavam.

E para ela todos possuíam um limite, ou seja, havia um limite que cada sujeito podia suportar, e foi por chegarem a esse limite que muitos sujeitos falaram nomes, lugares, pontos. O entrevistador pergunta qual era o seu limite, mas ela diz que não chegaram ao seu limite, e coloca isso porque não falou, silenciou diante dos torturadores, ou mesmo mentiu, omitiu. E diz que mentir não era algo errado em um período que a tortura e as mortes se tornaram comum nos presídios brasileiros. Em outro depoimento que ela deu em uma audiência no ano de 2008, realizada pela TV Senado, ela faz sua fala se direcionando para o então senador a época Agripino Mais (Democratas – Rio Grande do Norte – DEM-RN), a partir de uma pergunta que ele lança a Dilma Rousseff. Agripino Maia: “A senhora mentiu na ditadura, mentirá aqui?”.

Esse momento que vai se dar nos 80 é diferente do que aconteceu ao longo dos anos 70. O que acontece ao longo dos anos 70 não é

uma ditadura policaiesca simplesmente, é a impossibilidade de se dizer a verdade em qualquer circunstância, por quê? Porque direito a livre expressão estava enterrado, não se dialoga, não é possível supor que se dialogue no pau de arara, o choque elétrico e a morte, não há esse diálogo, e isso não é só aqui no Brasil que não houve (...). Eu tinha 19 anos, eu fiquei três anos na cadeia, e eu fui barbaramente torturada senador, e qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores comprometem a vida dos seus iguais, entrega pessoas para serem mortas, eu me orgulho muito de ter mentido senador, porque mentir na tortura não é fácil, agora na democracia se fala a verdade, diante da tortura quem tem coragem dignidade fala mentira! (Aplausos) E isso, e isso senador faz parte íntegra a minha biografia que eu tenho imenso orgulho, e eu não estou falando de herois. (Dilma Rousseff, 2008).

Essa é uma fala significativa para percebemos como ela aborda o cenário político entre as décadas de 1970 e 1980. Abordando a “impossibilidade” de falar a “verdade”, algo que se orgulha e que não se envergonha de falar mesmo diante de seu cargo como ministra a época desse depoimento. Ela fala de sua prisão, dos tipos de torturas que sofreu, e coloca que “mentir” era sinônimo de “salvar” as vidas de tantos companheiros de militância e luta política. Mas que isso não era uma tarefa fácil, e que estar para os dignos e para os que possuem muita coragem, aí ela se constrói como uma mulher digna, de coragem e que mentiu para “salvar” e para proteger.

Dilma Rousseff é um exemplo de uma sobrevivente da ditadura militar, que não quis silenciar mesmo diante dos cargos públicos que foi tendo ao longo de sua vida, até chegar à presidência da República. Que não quis esquecer, e que mostra esse momento da sua vida como algo que faz parte da sua identidade, da sua trajetória de vida, da sua biografia. Logo a partir de suas escritas de si ela se coloca como uma mulher que se “orgulha” de suas lutas, de suas escolhas e que aprendeu com as experiências. Coloca-se como uma mulher forte e que resistiu, mas ao mesmo tempo em que tinha sensibilidade para pensar em outros sujeitos.

Em outra entrevista que ela deu para a TV Pública da Suíça no programa chamado Pardonnez Moi, apresentado por Darius Rochebin, no ano de 2017. Ela aborda mais uma vez o processo pelo qual passou na prisão, a sua visão sobre os modelos de feminilidade, a sua

infância e toca novamente no fator da sensibilidade. E como é importante não perdê-la, pois outro objetivo das torturas é retirar toda e qualquer sensibilidade e destituir ou destruir sua identidade, sua integridade, sua dignidade.

Multa, porque faz parte integrante da tua vida, agora você não pode viver isso como sendo ah a vida, o a sua experiência política. Por quê? Porque quando você adquire uma ideia fixa nessa questão da tortura, você de alguma forma é capturado por eles, porque toda toda a disputa é não se deixar capturar, nem pela tortura, nem pelo torturador, nem pelo processo. É se manter de alguma forma livre dentro de você e em relação a tudo que ta acontecendo que está acontecendo. Então eu sentir, de fato eles me machucaram o, toda essa parte (e mostra com o dedo a parte do maxilar), mas, é, não é isso, quando eu digo que eu não tive marcas, eles não deixaram, eles não me comprometeram, eu mantive a minha integridade, eles não conseguiram, porque pra alguns companheiros, o processo deve ser tão duro tão duro, que comprometeram! Destruíram uma parte da sua humanidade. (Dilma Rousseff, 2017).

O seu testemunho é construído em parte a partir de uma memória política, mas também de uma memória de resistência, ou seja, ela vai mostrando como ao longo do processo de prisão e tortura ela conseguiu encontrar meios para não “ser quebrada”, para não levar traumas para o resto de sua vida, para não colocar essa experiência como aquela que deixou marcas na alma, apesar de ter deixado feridas no corpo. A partir de expressões repetidas, de gestos com as mãos, percebemos como falar para ela dessas experiências mexe com a sua sensibilidade, e como ela tenta (re) construir esse passado tentando passar uma imagem de uma mulher que não se “brutalizou”, e que não perdeu a sua “humanidade”.

Cada testemunha, cada mulher que vivenciou tais experiências ver e significa o processo a sua maneira e da forma que sentiu e vivenciou. Se para ela a maneira encontrada foi à luta dentro de si mesma, e a resistência diante das dores, para outras pode ter sido a experiência do trauma, do silêncio, o do esquecimento imposto, ou mesmo pode não ter se tornado testemunha pelo fato de ter sido morta. Cada sujeito possui as suas próprias experiências, sentem de formas singulares e particulares, as dores não são as mesmas, os traumas não são os mesmos, as formas de resistirem e de lutarem também não são iguais. Os



modelos de feminilidade as quais se constroem são diferentes, apesar de terem em comum a militância política. Ao pensarmos nessas construções e escritas de si, precisamos pensar nas particularidades de cada testemunha, e como cada uma se coloca diante dos processos aos quais foram impostas.

### 2.3.2 A “Carta de Amor” do exílio

Em finais da década de 1970, começaram a emergir relatos que contribuíram para a produção de fontes audiovisuais, que pretendiam mostrar os acontecimentos conflituosos que estavam ocorrendo na vida de muitas famílias brasileiras. Diante dessa busca em narrar, é que muitas produções puderam ser elaboradas, a exemplo do Documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985). Produzido em um período que o País passava por uma transição política e a redemocratização estava sendo colocada nos debates e no cenário político.

O documentário mostra a trajetória de vida da militante política Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones. Sônia Angel Jones, nome mais abordado no documentário, casou-se com Stuart Edgar Angel Jones, ele era filho de Zuleika Angel Jones conhecida como Zuzu Angel estilista reconhecida e do americano Norman Jones, Estudou economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Era militante do MR-8, e possuía o codinome Paulo, no ano de 1971, foi preso e torturado, morto nas dependências do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica – Cisa, seu corpo ainda se encontra desaparecido.

Em 1973 usando o codinome Esmeralda Siqueira de Aguiar, Sônia foi presa, torturada e morta nas dependências do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI de São Paulo. Sônia não se tornou uma sobrevivente e nem uma testemunha após o fim da ditadura militar, pois como propõe Beatriz Sarlo, o sujeito se torna testemunha quando significa e dão falas as suas experiências. Nesse caso, suas memórias foram impostas a um emudecimento, mas a sua trajetória de vida não foi esquecida, e um dos objetivos desse documentário, foi o de tratar de sua história de vida, de suas lutas, suas experiências, sua militância política, sua biografia.

O documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) foi retirado do acervo *Videoteca Virtual Brasil Nunca Mais*, após a coleta foi realizado a descrição das falas, imagens e trilha sonora. Foi a partir desse trabalho de análise que pudemos perceber uma

imagem de uma carta escrita por Sônia Angel Jones quando essa se encontrava no exílio em Paris. Nas imagens do documentário aparece a carta sendo segurada pelas as mãos de uma mulher, e sendo lida por uma voz de uma mulher não identificada. A câmera dar zoom nas letras escritas no papel escurecido, na passagem de uma folha para a outra, e ouvi-se um som melancólico, sob as imagens escurecidas ao mostrarem a carta.

Eles não foram o único casal que trocaram cartas durante o exílio, ou mesmo durante suas separações dentro do Brasil. As cartas foram uma das maneiras encontradas para falarem de si naqueles momentos, para falarem sobre o que almejavam, o que desejavam, e o que lhes afligiam para declararem os seus amores, e para dizerem aos seus companheiros não só de luta política, mas da vida, do amor, o quanto a distância e a saudade era dolorosa. Vivenciar o amor, se apaixonar, paquerar, namorar, casar-se, foi possível e foram realizadas por muitos militantes políticos. Para muitos viverem na condição de clandestino, não significou a privação de sentimentos amorosos, ou de viver a vida nas suas mais variadas formas.

Assim muitos militantes construíram suas famílias, tiveram filhos, algumas dessas crianças passaram a viver na condição de clandestino junto dos pais. Outros foram entregues aos familiares, ouve aqueles que não conheceram os pais. Logo, a partir dessas cartas percebemos que entrar para a militância política não fez com que esses sujeitos se limitassem apenas a luta política, ou seja, não impediu que eles encontrassem outras maneiras para vivenciarem as experiências que desejavam. Sônia e Stuart são exemplos de um casal que desde o namoro já compartilhavam de ideais políticos em comum e ao entrarem na militância política, resolveram se casar.

A carta escrita durante o exílio de Sônia Angel Jones, não se sabe ao certo a data da carta, mas sabe-se que ela ficou em Paris – França, entre 1970 e 1973. Quando volta para o Brasil ao saber da morte do esposo.

“Meu amor muito querido, muitas e muitas cartas teriam que ser escritas para dizer tudo que sentir nesse período todo, apesar dos indícios ultra negativos tenho esperança de que você esteja vivo. É muito triste isso tudo a conscientização da impossibilidade da gente se ver agora é muito dolorosa. Alguns mais duros me dizem, mas o que adianta isso você abandonou ele faz uma ano, eu sinto isso mesmo e acho que esse sentimento de culpa vai ser difícil afastar. O

que não tenho sabido de você que é pouco, adivinho, um loro forte, bonito, de camisa cor de rosa e a imagem de sempre, o magricela que eu conhecia tinha mudado muito, mas sinto que a ternura e o carinho são os mesmos, a tranquilidade e equilíbrio bem maiores. Não se recrimine por pequenas coisas, cuide-se como pessoa, não desanime nem relaxe, a minha imaginação fértil como sempre nesse sentido me fez ver vermelho na frente, mas procuro não pensar nesses termos da resposta aos que atingiram diretamente que considera isso uma difamação grande, confie no meu amor, no meu carinho por você e pelo mundo. Até a próxima, vou ver se escrevo mais, aguardarei notícias suas primeiro. A flor agradece ao jardineiro seu sacrifício por ela, esta tranquila no jardim outra vez. Um beijo grande Sônia”. (Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, *Sônia Morta Viva*, 1985).

Sônia e Stuart Angel Jones se conheceram quando ela ingressou na faculdade de economia na UFRJ, casaram-se em 1968, pouco tempo depois do fim da lua de mel, foi instituído o AI-5. Ambos atuavam na área da economia, e em 1968, começaram a fazer panfletagem nas portas das fábricas, motivo pelo qual Sônia foi presa em maio de 1969. Ao sair da prisão passou um dia na casa dos pais e depois foi se esconder junto do esposo. Em 1970 ela foi para o exílio, e ir para o exílio significava também se separar do seu esposo fisicamente. Foi a partir desse distanciamento e separação causada pelas condições aos quais estavam sendo submetidos, que essa carta foi escrita.

No início da carta ela enfatiza suas escritas de si, dizendo que teriam que escrever muitas e muitas cartas para expressar seus sentimentos, emoções, sensações, tristezas, saudades, durante todo o tempo que estava no exílio. Assim, sua escrita não é suficiente para colocar tudo o que está sentindo, e que não seria possível demonstrar através de uma única carta tudo o que ela estava sentindo e vivenciando. Seria preciso muitas cartas, muitas escritas, para representar seus sentimentos e experiências vivenciadas no exílio.

Sônia Angel Jones se refere ao exílio, não como sendo um momento fácil, mas que também, desencadeou inúmeros tipos de sentimentos, inclusive o medo da perda do outro, que nesse caso era seu esposo, o medo de não vê-lo, de encontrá-lo vivo. Ao falar de si e dos

sentimentos que estava sentindo durante o exílio, ela vai mostrando-nos suas sensibilidades ao mesmo tempo em que constrói suas subjetividades.

Partindo disso ela enfatiza que acredita na “esperança de vida” do esposo, pois ambos sabiam dos riscos que ele corria estando no Brasil na condição de clandestino e “procurado” pelas forças policiais. Em tais circunstâncias a morte poderia ser algo imposta a esses sujeitos, a partir do momento que fossem presos e torturados. A esperança era um entre tantos sentimentos sentidos por aqueles que estavam no exílio e haviam deixado no Brasil suas famílias, filhos, esposos e esposas. Sua escrita se remete aos sentimentos que ela está vivenciando no exílio, como a dor da distância, de não poder vê-lo naquele período, de não saber quando voltaria para o Brasil, e se quando voltasse o encontraria vivo.

Outro sentimento que ela demonstra sentir durante o período em que está no exílio é o sentimento de culpa e da ausência dele, pelo fato dele não a ter seguido para o exílio. O fato de ter sido presa em 1969, e de ter passado a viver na clandestinidade, tornando-se assim “procurada”, mostrou o exílio como uma possibilidade para sobreviver, logo ele não ter seguido ela, pode não ter sido a escolha que queriam fazer naquele momento, mas a situação fez com que ela tomasse a decisão de partir, mesmo ele escolhendo ficar no Brasil. Eles continuaram casados, mas tiveram que lidar com a distância que seu relacionamento precisou ter como também, ela se distanciou da luta política que exercia com ele.

Na continuidade de sua escrita ela começa a imaginar como ele poderia estar fisicamente naquele momento em que escreve e o imagina como um sujeito que tinha mudado fisicamente, se tornando mais bonito, mas que continuava tendo o mesmo caráter e as boas qualidades só teria aumentado ao longo do tempo. O aconselha, para que não desanimasse da vida e nem das lutas diárias, e que confiasse no sentimento que ela sentia por ele, apesar da distância. Percebe-se que a carta possui muitos elementos, ou seja, ela trata de vários assuntos do casal, em que se imbricam a vida amorosa e o momento político.

Ao mesmo tempo em que fala do que está sentido, da falta que ele faz, da culpa, que dar conselhos, que o agradece, tudo isso faz parte de uma teia em que o cenário político, e a luta política estavam presentes. Mesmo que ela não fale isso de forma explícita, percebemos que toda a situação pela qual passavam, estava se desdobrando a partir das lutas políticas e das escolhas que fizeram.

O amor, a saudade, o exílio e a política foram alguns dos vários elementos essenciais para que essa carta fosse construída. E ela a conclui agradecendo, pois ver a decisão dele de ficar no Brasil como um sacrifício, e mais uma vez o fator esperança aparece, como uma maneira de afirmar para si e para o outro que se reencontrariam novamente. Algo que não foi possível, pois ao voltar para o Brasil, Stuart já havia sido morto, logo o reencontro acabou se diluindo juntamente da esperança de vida.

É importante notar, que Sônia Angel Jones ao se referir na carta aos seus sentimentos, que está vivenciando no exílio, relaciona sua vida a do seu esposo, ou seja, ela constrói suas escritas de si em relação com o outro, que nesse caso é Stuart Angel Jones. Logo não fala de sua experiência de forma individual, ela relaciona sua memória individual à memória coletiva, constrói sua identidade pessoal a partir dos sentimentos e experiências compartilhadas com seu esposo. Fala de si para falar dele, e fala dele para se reportar ao que está sentindo. Nesse sentido, percebemos como o pensamento de Paul Ricoeur se faz presente para pensarmos “o si-mesmo como um o outro” (1991).

### 2.3.3 Diálogos Imaginados e Representados

Iara Iavelberg foi morta em agosto de 1961 em um apartamento localizado no bairro da Pituba em Salvador – BA. Ela não deixou diários, nem livros, nem autobiografias, pode até ter deixados escritas de si como as cartas ou outro tipo de fonte, mas não tivemos acesso. Mas ela deixou uma infinidade de impressões em pessoas que a conheceram, deixou fotografias, imagens e uma trajetória de vida que foi e ainda é “representada” por familiares, amigos, companheiros de militância política e conhecidos.

Assim, algumas produções foram realizadas para mostrar e representar sua trajetória de vida, com seus amores, casamento, a família, os estudos, o curso de psicologia, a entrada na militância política, as amizades, o romance com Carlos Lamarca, a clandestinidade, o desejo de ser mãe, a maneira de como gostava de se cuidar e de como a colocavam como uma mulher que tinha o pensamento a frente de sua época. Dentre as produções podemos citar o curta-metragem *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994) um longa-metragem *Em busca de Iara* (Flávio Frederico e Mariana Pamplona, 2013), e o livro *Iara Reportagem Biográfica* (Judith Patarra, 1992).

Diante dessa ausência de fontes sobre as escritas de si de Iara Iavelberg, e não querendo deixar de refletir sobre a sua trajetória de vida, que resolvemos pensar a sua história a partir do que o outro imagina sobre os momentos que tiveram com Iara. A exemplo, de falas encontradas na reportagem biográfica que a jornalista Judith Lieblich Patarra escreveu. Essa obra traz alguns diálogos de pessoas que conheceram e conviveram com Iara, assim essas pessoas em alguns momentos traduzem como se deram essas conversas e tentam representar ou mesmo imaginar como se deram as falas, e tentam reproduzir a fala de Iara no momento das conversas.

Segundo Le Goff “embora ocupando apenas uma fracção do território da representação, vai mais além dele”. (1994: 12). Logo, a imaginação perpassa todo o campo da representação, e essa não pode existir sem o “imaginário”. Há vários diálogos na obra e um deles é o diálogo imaginado e/ou lembrado por Cecília Finger, que conheceu Iara ainda crianças ambas possuíam a mesma idade, moravam no mesmo bairro, e os pais delas possuíam lojas vizinhas.

No diálogo entrelaçam-se falas da autora, de Cecília Finger que foi uma das testemunhas que contribuiu com os seus depoimentos para o livro, e as falas de Iara através do outro, que nesse caso esse outro foi Cecília. O acontecimento que é imaginado e representado se deu em um churrasco feito por familiares de Samuel Haberkorn esposo de Iara a época e Cecília estava presente. A autora antes de colocar o diálogo contextualiza e diz que Iara estava inquieta no churrasco e o estopim foi quando o sobrinho de Cecília começou a chorar.

– Pára de chorar – ordenou a amiga.

Iara ergueu no colo o pequeno já suado e aconselhou:

– Não pára de gritar, não.

Respirou:

– Grita, pode gritar que faz bem.

E mostrou, num crescendo:

– Aaaaaaaaaaaaaaaaa!Aaaaaaaaaaaaaaaaaaaaaa!

(PATARRA, 1992: 95).

A autora fala como se fosse um sujeito presente em muitos momentos da vida de Iara, ou seja, que esteve presente e integrou muitos acontecimentos da vida da biografada, no qual sabemos que não, mas que ela fez uma pesquisa de muitos anos com muitas entrevistas feitas e refeitas para a produção da obra. Indagamo-nos se o que ocorre não seria uma

“representação da representação” (RICOEUR, 2007), em que Cecília que se tornou testemunha por ter vivenciado várias experiências ao lado de Iara, e por ter narrado parte dessas vivências, ou melhor, por ter representado essas vivências através do seu testemunho para Judith Patarra, e essa faz a “representação” de Iara a partir das entrevistas.

Patarra por sua vez, ora traz uma “representação” feita sobre a “representação” da testemunhas, ora se propõe a fazer a sua própria “representação” acerca de acontecimentos vividos por Iara, como também, a partir das fontes que reuniu para escrever a obra. Essa “representação da representação” é possível de ser feita a partir de uma pessoa que não vivenciou tais experiências ao lado da biografada, mas que já soube dela a partir de “representações” feitas pelo outro.

Sem deixar de lado essa linha da “representação”, mas pensando agora como essa fala de Iara é colocada e “imaginada”, começamos a perceber que dar-se ênfase até os pequenos gestos, os comportamentos, os sentimentos que ela sentia naquele momento, as atitudes, e tenta-se transcrever a cena o mais próximo possível do acontecido. Em outro diálogo percebemos também as formas como as testemunhas viam as atitudes de Iara. Esse se deu entre Iara e uma amiga Christine Laznik.

– Namora e dá o fora – atiçou Iara. – É para me vingar.

– Por quê?

– Dei em cima. Preferiu a noiva de bairro – modulou, tom pejorativo.

Christine reproduziu o diálogo ao rapaz, que se justificou: Iara seduzia-o e amedrontava.

Sem namorado, sentia saudade de Samuel. Recidiva, todas as perdas.

– Queria encontrá-lo mas está difícil – resmungou para Christine.

(...)

– Adorei sua blusa – dizia. – Empresta pra eu dar uma voltinha? Quanto mais vestida, mais nua.

Pedi um traje de seda, a sandália italiana de tirinhas complementou-o.

– Assim não fica paramentado. Agora finjo que venho da Faculdade, livros debaixo do braço. Displícite, pareço aquelas meninas que põe seda todos os dias.

No inverno aproveitava a chance de usar o casaco de vison de Rachel.

– Fascinava-me a encenação de vestir personagens para enfeitiçar. Tudo a ver com o teatro. Muito melhor do que entrar em depressão. (PATARRA, 1992: 125-126).

Essas falas de Iara através do outro nos faz pensar que a memória também cria imagens da cena passada, pois, para que essas falas sejam elaboradas cria-se ou organizam-se toda uma tessitura de imagens do vivido. Segundo Le Goff no imaginário há imagens, e “que a vida, quer do homem quer das sociedades, está tão ligada a imagens como a realidades mais palpáveis. Essas imagens (...) englobam também o universo das imagens mentais. (1994: 16). Logo, essas imagens mentais podem ser produzidas a partir das experiências vividas e compartilhadas no tempo, e rememoradas e transformadas em testemunhos.

Pensar nesses diálogos sobre um sujeito que não deixou suas falas de si, é perceber como essas imagens mentais são importantes para a construção do “imaginário”, como também, para a produção de tantas fontes para o trabalho do historiador. E foi recorrendo a essa reportagem biográfica, a qual traz esses diálogos, que foi possível pensar o “imaginário” como algo que está presente não só nesse tipo de fonte, mas em inúmeros tipos e formatos de fontes diferentes. Como diz Le Goff “Os documentos sobre que o historiador trabalha podem todos, sem dúvida, encerrar uma parte de imaginário”. (1994: 13).

Sem dúvida, esse imaginário permeia as falas das testemunhas que tem suas falas trazidas no livro. E essas imagens mentais que ficaram foi a de uma Iara que se estava desconcertada, angustiada, não fingia. Que tinha atitudes não esperadas pelos padrões instituídos à época, que gostava de namorar, de se cuidar, que era bem resolvida para alguns aspectos de sua vida, mas para outros não era. Que associava estar arrumada de diferentes formas, ao teatro.

Nessas falas ela é pensada a partir de imagens e impressões que ficaram nessas testemunhas, ao mesmo tempo em que é também, “representada” por essas testemunhas e por Judith Patarra. Não deixando de perceber que essas falas foram construídas muitos anos depois de tais acontecimentos narrados, logo esse imaginário foi recriado e reelaborado em um tempo que não era mais o do vivido.

#### 2.3.4 A “Loira 90” – Desconstrução a partir das falas de si



E eu fui destacada pra frente do trabalho armado, sair da direção geral e fui pra frente do trabalho armado. Realmente eu detestava a luta armada, ou melhor, eu nem chamo de luta armada, hoje olhando pra traz, eu sei que aquilo não foi uma luta armada, foram ações armadas de propaganda armada. Agora eu individualmente vou pra essa tarefa porque baixaram, eu morria de medo eu, mentira a loira, me chamam né, a repressão, “Loira 90”, como seu eu usasse dois 45, eu tinham mal um 38 que emperrava toda hora. Meu treinamento foi, dizem que foi em Cabo Frio né, naquele, né não, meu treinamento foi na Floresta da Tijuca, o João Lopes Salgado que é ex-militar treinou todo mundo, pegou umas balas de imã, era a metralhadora que a gente usava do exército, a gente roubava nas guaritas é aqui no Leblon entendeu? Era assim, era um amadorismo total, e a gente (risos) a gente ia caindo, engasgava com o revólver que fazia as ações e quando tinha tiroteio manda ver. Eu sinceramente tive medo, tive medo da própria arma, da minha arma, quanto mais das outras né! (risos) que vinha contra mim, eu não eu inclusive achei que eu não tinha a menor capacidade pra fazer a luta armada, e não é que eu não só me especializei como me tornei um quadro... (Memória Política, 2004).

Essa é uma fala de Vera Sílvia Magalhães retirada do documentário *Memória Política* (Ivan Santos, 2004). Ela militou na Dissidência Comunista da Guanabara e nesse período foram criadas pelos integrantes da repressão, como também, pelos meios de comunicação, algumas representações sobre os seus papéis e suas características enquanto militante. Nessa narrativa além de destacar sobre o seu papel dentro da organização de esquerda da qual participava, ela também, tenta desconstruir a imagem que se criou sobre seu perfil como militante política.

Dentro das organizações havia a parte administrativa, havia aqueles que se encarregavam das ações armadas, os que pegaram em armas, dentre outras tarefas. Vera Sílvia como tantas outras mulheres que foram militantes políticas eram designadas a ficarem na parte administrativa, não fazendo generalizações, mas demonstrando que o preconceito com o fato de ser mulher estava inclusive dentro das organizações de esquerda no Brasil. Isso

também não significa que todas quisessem participar de ações armadas, mas houve alguns casos em que elas queriam, mas não eram designadas para a tarefa.

Vera Sílvia é um exemplo de uma mulher que foi designada para as ações armadas, dentro da organização que participava, mesmo não querendo pegar em armas, pois deixa bem claro que possuía medo e não gostava dessa tarefa. E ela começa a desconstruir alguns conceitos que temos cristalizados, como o da luta armada, para ela o que sua organização fez não foi luta armada, mas sim ações, como o sequestro do embaixador americano, assaltos, panfletagens, dentre outras. É interessante perceber nessa fala como o tempo foi essencial para ela repensar a sua experiência, os seus medos e as suas concepções de vida, sobre as suas escolhas e sobre o que acreditava fazer.

Outro elemento que ela desconstrói foi o apelido criado sobre suas características ao participar de ações, “Loira 90”, por usar uma peruca loira, e o número 90 era atribuído aos dois revólveres de calibre 45 cada um. Ela também desmitifica isso, primeiro colocando que tinha medo e que não gostava da luta armada, logo não gostava das ações armadas, e também ao colocar que não possuía duas armas de calibre 45, mas que tinha sim um revólver calibre 38, mas que muitas vezes dava problema. Criou-se assim, uma imagem de uma mulher forte, destemida, mas que usava isso para infringir a lei, para implantar o terrorismo e que estava fora dos padrões sociais instituídos na época.

Ela não se inibe em falar como eram precárias as condições dentro da organização da qual fez parte, de como eles eram amadores diante do aparato policial que iriam enfrentar se fossem pegos. Desconstrói também o lugar em que realizou seu treinamento, percebe-se assim que se criaram várias representações sobre a sua imagem e sobre alguns acontecimentos que fizeram parte de sua trajetória de vida. Percebemos que para cada escolha constrói-se um tipo de representação diferente, se para os órgãos da repressão Vera Sílvia era a “Loira 90”, para ela, não passou de uma mulher que também tinha seus medos, e que não gostava de pegar em armas, mas que não deixou de lutar por conta deles e lutou enfrentando também esses medos.

Isso é interessante para pensarmos que esses sujeitos não eram pessoas diferentes de tantas outras que não escolheram os mesmos caminhos que os seus. Mas que também não possuíam certezas, que as incertezas estavam mais presente do que podiam imaginar, que por mais que se achassem incapazes para a realização de tais tarefas precisavam superar as angustias para lutarem pelos ideais que os levaram até ali. E Vera Sílvia fala dos seus medos, e diz que precisou superá-los, que não se tornou a “Loira 90”, mas que precisou enfrentar

muitas batalhas pessoais e coletivas, ou seja, enfrentou os medos que a militância lhe possibilitou ter, para se reconhecer como a mulher que se tornou.

Em outra fala ela narra uma cena que ocorreu com ela e um colega chamado de Zé Roberto, o Zé Roberto Spingner que foi militante político do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, estudou na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ aderiu à luta armada e foi morto em 1970. Esse acontecimento se deu ao fugirem de uma rádio patrulha que seria feita na casa que eles usavam como “aparelho”. Ela narra essa cena da fuga deles como algo que lhe deixou marcas, e que trouxe consequências para a sua vida.

(...) Ai eu abrir fogo quando seguraram o Zé Roberto, eu abrir fogo, mas eu fui pro canto assim, canto escuro e eles não sabia da onde vinham as balas, só que de repente acabaram as balas, e o Zé Roberto caiu no chão, ai na minha fantasia que eles alimentaram muito na tortura, que teria sido eu a assassina do Zé Roberto, e eu fiquei com essa ideia até o exílio, até encontrar alguém que me esclarecesse essa história, eu entrei numa depressão muito grande, por isso que eu te digo quando vieram me dizer que eu ia sair, eu dizia pra Regina Toscana eu não quero sair, não tenho mais nada pra fazer. Eu não acredito, mas em nada que a gente fez até hoje, mataram o Zé Roberto entendeu, eu não tenho vontade de mais nada nem de namorar, nem de me divertir, pra mim acabou aqui, eu quero ficar aqui parálitica até morrer. (Memória Política, 2004).

Esse cerco do qual ela narra ocorreu na rua, eles já haviam saído da casa. O que ela só soube depois foi que Zé Roberto não foi morto nesse cerco. Fato que ficou por muito tempo no seu imaginário, como também, o de ficar pensando que ela podia ter matado o companheiro na hora que estava atirando contra os policiais. E isso foi ratificado e reafirmado durante as torturas sofridas, pois os torturadores se utilizaram dessa construção factual para destruir a identidade política e militante de Vera Sílvia. E não só isso, mas de destruí-la como indivíduo, como sujeito, como companheira, causando assim, dor e transtorno.

A tortura é algo que entrou na sua vida como elemento que desestruturou as suas ideologias, as suas crenças, os seus anseios. As torturas físicas foram das mais variadas, deixando-a quase sem andar. Mas foi a tortura psicológica, principalmente aquela utilizada para colocá-la como a autora da morte de Zé Roberto, que lhe trouxe sequelas dolorosas,

como a depressão que teve e o descrédito em tudo que ela acreditava e por tudo que ela e inclusive o colega lutaram. Essas torturas a fizeram duvidar ou mesmo desacreditar da sua própria identidade, do seu eu, das suas escolhas, mas não de perdeu a memória e não emudeceu diante das dores e das perdas. Candau coloca que “A perda de memória é, portanto, uma perda da identidade”. (2016: 59). E isso não é o que ocorre, pois ela não perdeu a memória, mas sim o sentido da luta, e desacreditou nos objetivos que haviam levado ela até ali, por certo tempo.

(...) A história do Zé Roberto é uma história que entrou na minha vida e nunca mais saiu. Eu tenho pesadelo com ele, eu tenho até o retrato dele lá em cima da minha cama, parece que ele vai baixar e dormir comigo, por ter sido uma relação interrompida, num projeto que nós negamos posteriormente né, e era um menino muito inteligente escrevia, até isso eles tomaram de mim, que ele escrevia muito bem, escrevia prosa, verso, eles tomaram de mim de maldade né, deixaram eu ficar com nada do Zé Roberto, nada, eu só tenho esse retrato da carteira de identidade dele. Ai eu acho que essa foi à experiência mais trágica da minha vida (Memória Política, 2004).

Dentre as inúmeras experiências que Vera Sílvia teve enquanto militante política, companheira, filha, irmã, namorada, amiga, ela coloca a experiência que teve com o Zé Roberto como tendo sido a mais dolorosa, a que mais lhe deixou marcas, a que lhe trouxe pesadelos, a que foi interrompida pela morte dele e também por ter ficado com a ideia de ter sido a pessoa que o havia matado, ou seja, o sentimento de culpa nesse momento na sua vida foi muito forte. Segundo Candau “uma forte emoção provocada por um acontecimento particularmente aterrorizante pode mesmo conduzir à amnésia psicogênica, ou seja, a censura total da lembrança”. (2016: 75).

Foi a partir da relação e das experiências que teve com ele e com outros companheiros de luta, que ela pode acreditar e lutar, mas que também desacreditou e não quis mais lutar. Se pelos traumas impostos ela resolveu ou não reprimir ou mesmo esquecer-se de forma temporária o que lhe havia ocorrido, isso é algo que ela não deixa claro, mas que pode sim ter ocorrido, como uma maneira de apaziguar a dor, de diminuir ou até esquecer a culpa. Mas pode também não ter ocorrido, e ela pode ter caído no que Candau analisa em a “síndrome do sobrevivente” (Apud N. Zadjje).

Essa síndrome “acontece também de as lembranças recorrentes chegarem a perturbar fortemente o estado psíquico”... (2016: 75). Essa síndrome pode ser desenvolvida a partir de pesadelos e Vera Sílvia coloca que tinha pesadelo com o Zé Roberto, “do sentimento de abandono”, algo que ela pode ter sentido ao perder o companheiro, em que coloca sua relação com ele como tendo sido interrompida pela sua morte. O terror também é outro fator que faz parte da síndrome, e a esse Vera Sílvia também foi imposta, tanto pelas torturas físicas e psicológicas, como pela culpa, pela dor, pela perda. Assim, percebemos que a “síndrome do sobrevivente” permeou a memória e as lembranças dessa mulher, que foi uma sobrevivente das torturas, da prisão, da culpa e dos medos.

Em sua fala ela se coloca como uma mulher que teve muitas dores, traumas, que acreditou nos projetos políticos da organização da qual participava, mas que descreditou nesses mesmos projetos e na luta política. Sua memória autobiográfica se entrelaça com a história de vida de outras pessoas, que a marcaram, a exemplo de Zé Roberto, a morte dele esteve muito ligada à vida de Vera Sílvia, mesmo muitos anos depois, ou seja, em 2004, ano em que ela deu essa entrevista, ela ainda tinha uma foto dele na cabeceira de sua cama, ela ainda achava que ele podia estar com ela em algum momento.

São histórias de vida que se entrelaçam, e que ela narra como constituidora da sua identidade, da sua construção do eu, das suas experiências, dos seus traumas, das suas dores. Sua memória política é construída a partir das suas experiências juntamente das experiências vivenciadas por aqueles sujeitos que estavam ao seu lado na luta política, ou seja, a memória coletiva, as influências externas estão muito presentes nas suas escritas e falas de si.

### 2.3.5 “Ser Mulher” – O preconceito que tomou forma através das torturas

[Dulce Maia] – Eu fui muito torturada justamente por ser mulher, fui muito torturada eles me odiaram muito, pelo fato de ser mulher, ser de uma classe social também que eles diziam exatamente isso, e como é que eu estava numa luta, eles me achavam uma traidora da minha classe, imagina (risos) (Paredes Pintadas, 2010).

Essa é uma fala de Dulce Maia, uma das quatro mulheres que deram seus depoimentos para a construção do documentário *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010). Ele

foi exibido pela TV UFSC e produzido para mostrar através das falas de Dulce Maia, Damaris Lucena, Renata Ferraz e Sônia Lafoz, a participação delas na militância política, mas precisamente quando foram integrantes da organização de esquerda chamada Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. Suas histórias em alguns momentos e suas experiências enquanto militantes políticas se entrelaçam.

Dulce Maia militou na VPR, foi torturada e presa, nesse depoimento ela deixa transparecer o preconceito pelo qual passou após ser presa, que era o fato de ser mulher, ou seja, para os torturadores o gênero desses sujeitos importava e desencadeava o preconceito. Para eles as mulheres não possuíam o direito de realizarem escolhas políticas, muito menos de lutar contra a ditadura apoiada por eles. Logo as torturas contra as mulheres que foram militantes políticas estiveram em alguns momentos ligadas também aos preconceitos que esses indivíduos tinham em relação às mulheres, lembrando que não estavam restritos somente a eles.

As mulheres que escolheram a militância política sofreram represálias das mais variadas formas, muitas sofreram com os preconceitos vindos de familiares, mas também, da sociedade conservadora, esse não foi o caso de Dulce, pois veio de uma família que possuía uma herança de luta contra regimes autoritários, fascistas e ditaduras. Como ela mesma diz

Eu entrei na atividade política muito cedo, porque minha mãe era militante e ela tinha inclusive durante a guerra esteve presa, e ela era uma contestadora a ditadura, aliás, meus pais né, a ditadura de Vargas. E daí eu aprendi desde cedo a ser uma antifascista né (Paredes Pintadas, 2010).

Ela desde nova foi influenciada pela família a lutar contra regimes ditatoriais, a lutar contra a retirada de direitos. Escolheu entrar na militância política, com isso, foi submetida a torturas, prisão e exílio. Pode não ter sofrido o preconceito pelos seus familiares, por ter seguido esse caminho da militância, mas sofreu através das torturas o preconceito que esses torturadores tinham, e não só ela, mas tantas outras “Dulces” que foram presas e submetidas a estupros, a assédios sexuais, muitas que eram mães ou ao serem presas se encontravam grávidas, tinham seus filhos usados pelos militares como meio para realizarem torturas psicológicas nessas mulheres.

O fato de ser mulher, escolher participar da militância política, e em alguns casos vir de famílias de classe média, segundo Dulce, era na visão dos militares algo inaceitável e que ela e tantas outras não poderiam ter feito. Assim, buscavam através das prisões e torturas, torturar por vários motivos, pelo fato de serem subversivas como assim as chamavam, de serem mulheres, e de virem de uma classe abastada. Logo para as mulheres, a tortura não era apenas por ser subversiva na visão dos militares, mas o fato de ser mulher, também se tornou mais um motivo para serem presas e torturadas das formas mais brutais.

As mulheres não podiam ser tão ousadas para o pensamento da sociedade conservadora em que viviam na década de 1960-70-80, aquele ainda era um período que os novos formas de feminilidade estavam caminhados a pequenos passos, mas que foi sendo trazido para o debate. E vemos nas escolhas e trajetória de vida de tantas “Dulces” da época que elas buscavam construir suas subjetividades a partir do olhar que possuíam da sociedade em que viviam e da vida que almejavam construir. Assim ser mulher, militante política, clandestina, mãe, filha, irmã, amiga, companheira política, participar de ações, viverem romances, casar na clandestinidade, era tudo muito ousado demais para uma sociedade conservadora sobre a qual o preconceito triunfava.

Tantas “Dulces” sofreram preconceitos pelo fato de serem mulheres e militantes foram torturadas, mas também, tiveram que lidar com o preconceito dentro das próprias organizações das quais eram integrantes. Houve vários casos de mulheres militantes que queriam participar de ações armadas e pegar em armas, e eram colocadas para outra tarefa dentro das ações. É cabível ressaltar que o preconceito com o fato de ser mulher e militante não coube apenas aos militares. Essas mulheres tiveram que enfrentar muitas lutas, das mais variadas e uma delas foi a de lutar pela construção de suas subjetividades e pelas novas formas de feminilidade que elas ajudaram a instituir.

Ela ainda narra sobre as torturas sofridas e de como saiu da prisão, após ser uma das quarenta presas políticas soltas em troca do embaixador alemão.

[Dulce Maia] – Eles me deixaram ver as caras eu lembro muito bem, inclusive lembro muito bem da cara do militar que me estuprou, que me deu choques na vagina, que disse que eu iria parir eletricidade, esse eu lembro muito bem. (Paredes Pintadas, 2010).

[Dulce Maia] – Fui a Cuba em tratamento de saúde e fiquei quase dois anos lá em hospitais, que eu tava muito mal, saí com 38 quilos da prisão, eu tive muitos problemas, eu tive que reaprender a falar, reaprender a escrever. Eu tremia muito até bem pouco tempo atrás. (Paredes Pintadas, 2010).

Através de uma fala trêmula, ela narra algumas das coisas pelas quais passou dentro da prisão, e diz que lembra, e ratifica que lembra muito bem. A lembrança é ainda o elo que esses sujeitos possuem com o passado, e ela não deixou ou não quis que essas lembranças caíssem no esquecimento. Através de seu depoimento percebemos como o preconceito que eles possuíam por ela ser mulher militante política foi tomando forma, e tomou forma através do estupro, com torturas em órgãos sexuais, dentre outras formas.

Na outra fala ela narra o estado em que saiu da prisão para o exílio, as marcas das torturas foram inúmeras em seu corpo, mas não foram deixadas apenas no corpo. A tortura, fere, machuca, destrói e pode chegar a submeter o sujeito a perda da identidade, por conta das circunstâncias impostas, ou a uma busca incessante por uma perda da memória traumática. Outros preferem falar, narrar, contar quer ser ouvidos, precisam falar das suas dores, das percas, da luta, dos vazios, dos ressentimentos.

Ao falarem de si, essas mulheres que foram militantes políticas, não falam apenas de suas subjetividades, e de suas vivências, mas também de várias mulheres, de companheiros de luta política, de organizações. Elas buscam através da memória traumática e da memória política narrarem suas histórias, as quais se entrelaçam com a de tantas outras pessoas. O eu não se constrói sozinho, assim, ao falar de si, essas mulheres reativam uma memória coletiva, para assim, se pensarem como sujeitos que possuem identidades e subjetividades dentro de um meio social.

### **3 AS VÍDEOBIOGRAFIAS COMO LUGAR DE REPRESENTAÇÕES**

“Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2008:72). Logo, o testemunho é construído por aqueles que vivenciaram as experiências, mas também, por



aqueles que param para ouvir o que o outro tem a falar. São desses testemunhos que iremos tratar ao trabalharmos com as vídeobiografias, nelas há um emaranhado de testemunhos de sujeitos que participaram da militância política ao lado de Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia.

Encontramos também nessas fontes audiovisuais testemunhos de familiares como, pai, mãe, irmãos e irmãs, amigos e amigas, ex-namorados e ex-esposos. Ou seja, de pessoas que de alguma maneira tiveram contato, mesmo que tenha sido de forma rápida, com essas mulheres. Dessa maneira, deparamo-nos com vários tipos de representações dentro das vídeobiografias, uma delas se dar através dos testemunhos desses sujeitos que falam de momentos que vivenciaram com essas mulheres e que construíram a partir dessas vivências, um tipo de representação sobre elas.

A narrativa dos filmes constrói outro tipo de representação, pois ela é composta por vários elementos, dentre eles, fotografias, trechos de vídeos antigos, trilha sonora, narrador *off*, apresentador para o caso das reportagens, e cada um desses elementos ajudam na construção das representações. Para pensarmos esses tipos de representações sobre essas mulheres a partir dessas vídeobiografias, selecionamos os seguintes filmes, *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010), *História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff* (Marina Borges e Lígia Jacques, 2010), *Depoimento de – Carlos Araújo Amor e Revolução* (Reynaldo Boury, Luiz Antônio Piá e Marcus Coqueiro, 2011), *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994), *Em busca de Iara* (Flávio Frederico e Mariana Pamplona, 2013), *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) e *Memória Política* (Ivan Santos, 2004).

No texto intitulado *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989) de Michael Pollak, ele fala do filme como lugar de memória. Segundo ele:

Ainda que seja tecnicamente difícil ou impossível captar todas essas lembranças em objetos de memória confeccionados hoje, o filme é o melhor suporte para fazê-lo: donde seu papel crescente na formação e reorganização, e portanto no enquadramento da memória. Ele se dirige não apenas às capacidades cognitivas, mas capta as emoções (1989: 9).

Se as vídeobiografias são lugares de representação elas também são lugares de memória, esquecimento, e lembranças. O que Pollak coloca define muito bem as imagens que nos deparamos aos assistimos os filmes já citados, cada testemunho é carregado de emoções, de sentimentos, alguns de ressentimentos, de dores, de traumas, dentre outros. Ao mesmo tempo em que as testemunhas constroem as representações sobre Dilma Rousseff, Iara

Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, vão deixando escapar de forma espontânea as suas emoções e sensações que são desencadeadas na hora da configuração do testemunho.

Para pensarmos o conceito de “representação”, escolhemos o autor Roger Chartier com o trabalho *A História Cultural entre Práticas e Representações* (1990). Para Chartier “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam” (1990: 17). Logo, as representações construídas pelas testemunhas e pela narrativa vídeobiográfica, possuem seus sentidos e significados, mas também, seus interesses. As vídeobiografias são assim lugares de representação, as quais foram construídas coletivamente e produzidas a partir de interesses.

A representação que a testemunha constrói sobre o outro, para ser elaborada passa por um trabalho de memória e esquecimento, é composta por um olhar específico e singular, não nos esquecendo das influências sofridas a partir do meio coletivo e também de outras memórias de outros sujeitos. Ao mesmo tempo em que há um entrelaçamento das histórias de quem narra com a daqueles que estão tendo momentos de sua vida narrado. E essas histórias ainda se entrelaçam com o meio social, histórico e político do País, na qual esses sujeitos estavam inseridos ao vivenciarem tais experiências. Todo esse exercício, ou mesmo, trabalho para a construção das representações ainda está permeado de interesses como diz Chartier, pois ao realizar o ato de representar os sujeitos fazem escolhas, sobre o que querem ou não falar, sobre o que devem ou não falar.

“As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas)” (1990: 17). E se os discursos sobre a realidade social não são neutros e são historicamente construídos, eles podem ser modificados, à medida que mudam os interesses e as relações de poder. Cada grupo constrói suas representações a partir dos seus códigos, de visão de mundo, do seu lugar social, dos seus olhares, e vivências, e para isso elaboram “estratégias e práticas” para darem sentido e significados a essas representações.

Assim, pensando nas vídeobiografias percebemos que cada uma foi elaborada a partir de interesses de um grupo, seja familiar, como foi na maioria dos casos, sejam televisivos. Esses grupos buscaram a partir de cada representação de cada sujeito, construir através da narrativa vídeobiográfica um tipo de representação sobre essas mulheres. Portanto

é a partir desses discursos elaborados através do testemunho que as representações ganham forma e sentido, mas é no momento da apreensão dada pelo outro, dessas representações em forma de discurso, que elas passam a ser pensadas como reais. Para que o real exista, ele precisa ser representado, ganhando forma apenas quando é representado. Da mesma maneira são as práticas, precisam ser representadas para serem pensadas como reais e ganharem sentido.

Outro elemento que Chartier levanta são os conflitos de representação que se configuram no que ele coloca como “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (1990: 17). Assim, essas “lutas de representações” se dão de várias formas dentro das vídeobiografias, a exemplo dos testemunhos que são construídos a partir de olhares particulares, e de lugares sociais distintos. Apesar, dos conflitos existirem no momento em que estar elaborando e organizando os filmes, o seu resultado traz um tipo de representação e essa acaba sendo aquela imposta pelo grupo familiar ou televisivo.

Ainda seguindo o pensamento de Chartier ele diz:

[...] pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (1990: 19).

Assim Chartier inicia falando que há uma história cultural do social, que toma como objeto central as “representações” do mundo, as quais são formuladas para representar o mundo social, político, histórico, econômico, dentre outros. Estamos nos propondo fazer uma história cultural do social, levando em conta as “representações” sobre “atores sociais” que vivenciaram experiências traumáticas em um momento político pelo qual passava o País, o da ditadura militar. Pensar a trajetória de vida desses “atores sociais”, que nesse caso são as mulheres que foram militantes políticas, a partir de “representações”, essas elaboradas também por “atores sociais”, os quais compartilharam de experiências diversas com essas mulheres, é o nosso principal objetivo para o desenvolvimento desse capítulo.

Portanto, as representações são construídas a partir da relação que a memória possui com o esquecimento. Construímos representações a partir do que vimos, ouvimos e lembramos, logo ao realizarmos o trabalho de representar vamos de encontro às lembranças

de uma memória que pode fazer parte de um passado próximo, ou de algo que nos ocorreu mais recentemente, e construir com o olhar do presente cenas, impressões, sensações, características, imagens, ou seja, representações sobre “atores sociais” de um momento político, amoroso, doloroso, familiar, histórico, social, dentre tantos inúmeros acontecimentos que poderíamos listar.

As representações são algo que estão ligadas ao nosso presente, mas também, é uma maneira de darmos vida ao passado, e trazê-los para o presente. É nesse sentido, que muitas familiares, amigos, companheiros e as próprias mulheres narram suas histórias, e assim constroem representações, para que suas histórias não caiam no esquecimento. As representações feitas sobre a trajetória de vida e mais precisamente do período de militância política de mulheres como Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, serão aqui pensadas e problematizadas.

Para pensarmos os vários tipos de representações construídas sobre elas selecionamos as vídeobiografias. Para falarmos de Dilma Rousseff selecionamos *História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff* (Marina Borges e Lígia Jacques, 2010), *Depoimento de – Carlos Araújo Amor e Revolução* (Reynaldo Boury, Luiz Antônio Piá e Marcus Coqueiro, 2011). Para pensarmos as representações feitas sobre Sônia Angel Jones utilizamos o documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985), e para a trajetória de Iara Iavelberg o curta metragem *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994) e o documentário *Em busca de Iara* (Flávio Frederico e Mariana Pamplona, 2013).

Tivemos um impasse ao irmos buscar fontes audiovisuais que trouxessem falas de pessoas que direto ou indiretamente tivessem conhecido Vera Sílvia Magalhães. A única fonte que encontramos foi *Memória Política* (Ivan Santos, 2004). Nesse documentário não encontramos falas de familiares, amigos ou companheiros de Vera Sílvia, mas encontramos outros tipo de representação, essa se deu através de algumas das falas do narrador *off*. Mas, somente essas falas não contemplavam o nosso objetivo, assim além dessas falas, utilizamos também outro tipo de fonte que foi a biografia escrita pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, intitulada *Mulheres que foram à luta armada* (1998).

Nela o autor tentou construir representações sobre a trajetória de vida política de várias mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil. Em um dos capítulos da biografia ele trata da trajetória de Vera Sílvia Magalhães, e entrelaça as falas dela, ou seja, as escritas de si, com as representações que ele tenta construir sobre ela.

Essa foi à maneira que encontramos para pensarmos as representações feitas sobre Vera Sílvia, diante da falta de fontes audiovisuais que trouxessem falas de amigos, familiares e companheiros da biografada.

Para falarmos das representações construídas sobre Dulce Maia selecionamos o documentário, *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010), neles temos o depoimento de quatro mulheres, são elas: Dulce Maia, Damaris Lucena, Sônia Lafoz e Renata Guerra Andrade. As quatro foram militantes da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, no período da ditadura militar no Brasil, e tiveram suas histórias entrelaçadas em alguns momentos. Algumas delas falam de momentos que viveram juntamente com Dulce Maia, e ao construírem representações sobre si também, constroem representações sobre Dulce Maia.

Nesse sentido, é sobre essas cinco mulheres, Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, e suas trajetórias de vida, construídas a partir de representações feitas por familiares, amigos companheiros, narrador *off* e jornalista, encontradas em vídeobiografias e biografia, que pretendemos trabalhar nesse capítulo.

### 3.1 Dilma Vana Rousseff: representações da infância a militância política

É eu tenho muito orgulho além de ser companheiro da Dilma por esse tempo todo nós, identificávamos muito sempre, sempre temos nos identificamos muito, muito importante gratificante nós termos vivido muitos anos juntos. A gente fez um bom companheirismo que persiste até hoje. (...) Nós formamos uma organização nacional chamada Vanguarda Armada Revolucionaria Palmares, nós praticávamos ações á de expropriação nós chamávamos, de dos bancos, nós íamos buscar dinheiro nos bancos, nós tínhamos que ter dinheiro pra comprar armas, fizemos ações em quartéis também, alguns quartéis, pra pegar armas, fazíamos ações também de caráter vamos dizer assim mais social, como pegava um caminhão de carne, por exemplo, lá na Baixada Fluminense e distribuíamos aquela carne em favela, uma coisa meio romântica, a gente fazia bastante dessas ações né, mas era uma coisa assim meio idealista, mas fazia. Tenho muito orgulho de ter participado desse dessa luta

do povo brasileiro contra a ditadura, uma luta foi árdua, foi uma luta difícil, mas acabou sendo exitosa (Depoimento Carlos Araújo, 2011).

Esse é um depoimento de Carlos Franklin Paixão de Araújo (1938-2017), foi advogado trabalhista e militante político no período da ditadura militar no Brasil, era ex-esposo de Dilma Rousseff. Em 1950, integrou a Juventude Comunista, e depois ajudou a formar a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares – VAR - Palmares, como ele mesmo coloca em sua fala. No ano de 1970 foi preso pela equipe do delegado Fleury, durante a prisão foi torturado, e por conta das torturas foi levado para o hospital militar no qual ficou internado por alguns dias, e ao sair foi levado para o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI. Quando o presídio Tiradentes foi desativado, Carlos Araújo foi levado para a Ilha do Presídio em Porto Alegre, somente em 1974 é que saiu da prisão, em 1980 se tornou deputado estadual no Rio Grande do Sul.

Ele conheceu Dilma Rousseff durante uma reunião realizada na clandestinidade no ano de 1969, com os codinomes respectivamente Marx e Estela, eles só revelariam seus nomes após serem presos. E logo depois desse primeiro encontro começaram a namorar. Eles casaram-se, mas com uma cerimônia diferente daquelas estabelecidas pelos padrões sociais. Ele pediu a mão da namorada em casamento dentro de um aparelho, ou seja, lugar que estava ocorrendo uma reunião da organização de esquerda que participavam. E a partir de então começaram a viver uma vida de casados, também diferentes dos padrões impostos, pois viviam na clandestinidade, e quando não estavam em missões, estavam mudando de um aparelho para outro.

Após ser libertado da prisão Carlos Araújo foi morar com Dilma Rousseff, ela engravidou e se tornou mãe aos 28 anos de idade de Paula Rousseff de Araújo, seu nascimento ocorreu em Porto Alegre no ano de 1976. O casal continuou inserido em atividades políticas e a casa deles servia para realizarem reuniões, encontros dos grupos como o que lutava pela Anistia e dos movimentos sindicais, serviu também para abrigar exilados que voltaram para o Brasil antes da promulgação da Lei da Anistia, para abrigar militantes e companheiros de luta política.

Esse trecho acima citado faz parte de um depoimento que Carlos Araújo deu para ser transmitido ao final de um dos capítulos da telenovela brasileira *Amor e Revolução*, produzida e transmitida pela rede de televisão SBT, entre os anos de 2011 e 2012 e tinha como tema a ditadura militar no Brasil, na faixa de 22 horas. Foi escrita por Tiago Santiago e teve em sua

direção Reynaldo Boury, Luiz Antônio Piá e Marcus Coqueiro. Esse depoimento de Carlos Araújo é apenas um exemplo dos vários que foram produzidos com diversas testemunhas. Eles possuem uma construção narrativa, simples e parecidas, no qual os depoentes foram colocados em um estúdio, sentados, para narrarem as suas histórias.

A câmera mostra boa parte das vezes, os depoentes de cintura pra cima, ou seja, apenas meio corpo, e foca nos movimentos que esses sujeitos fazem com as mãos, no rosto. O tempo de duração não ultrapassa cinco minutos, as imagens são coloridas e à medida que as testemunhas começam a narrar as suas histórias entrelaçadas com a de outros companheiros como é o caso de Carlos Araújo, são introduzida como trilha sonora a música *Para Não Dizer que Não Falei das Flores* de Geraldo Vandré, mas passa apenas a melodia.

Carlos Araújo inicia sua fala no trecho acima citado representando o momento político, histórico e amoroso que viveu com Dilma Rouseff, como algo que se orgulha. Fala de como ambos compactuavam com as mesmas ideias, as lutas que enfrentaram juntos, as escolhas que fizeram na militância política, que foi para além dessa, pois construíram uma família juntos. E fala como esse companheirismo deles continuou mesmo depois da separação amorosa do casal. Assim, ao realizar representações sobre o período que foi companheiro de militância política dela, ao mesmo tempo em que era esposo, ele entrelaça as escolhas, os ideias políticos, amorosos, as ações realizadas, dentre outros elementos, como perspectivas e anseios que ambos possuíam e realizavam em comum.

Assim ao mesmo tempo em que fala de sua história de vida política e amorosa a entrelaça a vida de Dilma Rousseff, pois muitos desses momentos eles vivenciaram juntos, fizeram escolhas e tomaram decisões juntos. Eles possuem uma história que se iniciou na militância e que foi para além dela e que perdura até hoje. Logo ao representar a sua vida, também representa a vida de Dilma, pelo fato de terem vividos muitas experiências juntos, e não me refiro apenas às políticas, mas familiar, de companheirismo, de amizade, de amor, de casal, de pais, de militância.

Em uma reportagem produzida em novembro de 2010 pelo Jornal da Globo e transmitida pela rede globo, eles propõem realizar uma biografia sobre a infância e adolescência de Dilma Rousseff, ratificando que nesse período já haviam ocorrido as eleições para Presidente do Brasil, e Dilma Rousseff já havia ganhado as eleições. A reportagem é intitulada *História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff* (Marina Borges e Lígia Jacques, 2010). Quem faz a abertura da reportagem é o apresentador do Jornal da Globo

William Waack, ele inicia sua fala dizendo “Você acompanha agora três reportagens com a biografia política e pessoal de Dilma Rousseff. Na formação política dela um período chave, é o engajamento nos grupos que pregavam a luta armada contra a ditadura militar” (2010).

A partir dessa fala de abertura percebemos que eles darão foco na reportagem a esse momento político da vida de Dilma Rousseff, ou seja, a sua militância política, para assim mostrarem como se deu a trajetória política dela até ganhar as eleições presidenciais. A reportagem foi produzida e composta por vários elementos, a exemplo de fotografias em preto e branco, de falas de testemunhas como Márcia Fontes, Sonia Lacerda Macedo, Helvécio Ratton, João Batista dos Mares Dias, Neusa Ladeira, Carlos Araújo, narrador *off*, de imagens de uma repórter - Liliana Junger - falando e mostrando o lugar e a casa que Dilma morou em Belo Horizonte, da escola que frequentou, a partir desse momento já são introduzidas imagens de filmes antigos e em preto e branco sobre o período da ditadura militar no Brasil.

E assim a narrativa vai sendo construída, pouco se fala de sua infância, apenas mostram algumas informações sobre quem é seus pais, sua formação católica em um colégio só para meninas. Para assim dar foco ao objetivo da reportagem, e começam a falar do período da ditadura militar, época em que Dilma Rousseff entrou na militância política. Em um depoimento de Sonia Lacerda Macedo – amiga de Dilma, ela coloca: “Nesse contexto é as pessoas começam a se agrupar mais clandestinamente, participar de é de organizações mais leituras etc., e tal. E a Dilma neste momento vai começa ter a sua área de simpatia pela Polop – Política Operária” (História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff, 2010). E em seguida a essa fala o narrador *off* narra: “Entre passeatas e comícios conhece o primeiro amor e juntos ajudam a fundar o Comando de Libertação Nacional o Colina”.

Percebe-se que com pequenos trechos de falas, seja elas de testemunhas, da repórter ou do narrador *off* tentaram construir uma biografia a partir de acontecimentos que foram marcantes na vida da biografada. Dizem através do título que vão contar um pouco da história referente à infância e adolescência de Dilma, mas dão foco mesmo é ao período de militância, seu engajamento em cargos públicos, em partidos, e o percurso que percorreu politicamente para chegar a ganhar a presidência da República no Brasil. Representam sua infância, como aquela posta pelos padrões da época, ao frisarem sua educação rígida, mas não deixam de levantar que Dilma já possuía um comportamento diferente do de outras crianças e jovens.

Essas duas falas citadas já focam o período da década de 1960, quando Dilma escolheu se engajar politicamente na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária



– ORM-POLOP, quando entrou na clandestinidade, seu namoro e casamento com Cláudio Galeno, sua saída da Polop e entrada no Comando de Libertação Nacional – COLINA. Muitos acontecimentos que fazem parte da trajetória de vida da biografada, e que compõe a sua trajetória política, amorosa, social e histórica. Ela é representada como uma mulher que realizou suas próprias escolhas mesmo tendo sido criada dentro de uma educação rígida e dos padrões sociais e conservadores da época. Eles a representam como aquela que desde criança já iam contra alguns padrões impostos.

A reportagem segue mostrando outros acontecimentos como seu casamento com Cláudio Galeno em 1967, a sua vida e morada em Belo Horizonte – MG, o apartamento do casal como ponto para reuniões de companheiros de militância política, a perseguição que ambos sofreram pela polícia, a fuga em 1969 de Dilma para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo, como também de outros companheiros de militância após a instituição do Ato Institucional Nº 5 – AI-5, em 1968. A junção das organizações Colina e Vanguarda Popular Revolucionária – VPR que formou a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-Palmares, o fim do casamento de Dilma com Galeno e seu novo romance com Carlos Araújo, sua prisão no ano de 1970 em São Paulo, mostram também ela como procurada da justiça e citam seus codinomes como Estela, Vanda e Luisa.

Essa reportagem como já citado foi produzido para ser transmitida por uma rede televisiva e nesse caso a rede globo, logo não podemos deixar de perceber os interesses e os vários sentidos que a produção tenta construir através da narrativa. Vemos isso muito claramente através da voz do narrador *off*, dos repórteres e do apresentador do jornal da globo, que vai ao ar meia noite e meia. Em uma das falas do narrador *off*, é colocado: “Dilma Rousseff era apontada pelos repressores como a “Joana D’ Arc” da subversão, os militares afirmavam que ela tinha atuação direta na chefia de greves, assaltos a bancos” (História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff, 2010). Diante dessa fala, eles buscam mostrar a visão que os militares possuíam de Dilma, mas também enfatiza as ações, nomes, e as representações que eram feitas sobre Dilma, inclusive associando ela a outra mulher.

Em outra fala do narrador *off*, é narrado: “Logo que foi presa disse que chefiava ações de seu grupo, meses depois Dilma desmentiu alegando ter sido torturada física psíquica e moralmente durante 22 dias” (História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff, 2010), fala acompanhada de imagens de documentos, de uma fotografia da biografada e de áudios de suspense, o que corrobora para dar veracidade as informações colocada pela voz *off*,

e essas informações alegam que ela mentiu, mesmo elemento levantado no segundo capítulo numa audiência transmitida pela TV Senado no ano de 2008. A mentira é a chave utilizada por aqueles que querem representar a trajetória política de Dilma de forma negativa, que querem colocá-la como a mulher que mentiu que errou diante dos órgãos de segurança.

E nessa fala citada percebemos que eles trazem mais uma vez para o debate o elemento da mentira, mas nessa representação tentam mostrar que ela diz a verdade ao ser presa, mas que depois das torturas sofridas ela nega o que já havia colocado. Fazem assim uma representação de juízo de valores, colocando a mentira como algo utilizado para amenizar a situação que estava vivendo. A tortura é algo que está para além do imaginável, a partir de tantos relatos já analisados dessas mulheres e de tantas outras, percebemos que a tortura fere, machuca, dilacera, quebra, maltrata, muitos conseguem se restabelecerem emocionalmente, outros não, como a testemunha Neusa Ladeira – artista plástica coloca: “Eu nunca vi uma coisa tão forte, aquilo me, eu não imaginava que existia aquele tipo de coisa” (História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff, 2010).

A representação de Dilma como a mulher militante que mentiu, pode ter vários olhares, inclusive o que ela mesma coloca na audiência, que mentiu para proteger e se proteger, ou seja, se buscou proteger-se a si e aos outros companheiros era pelo fato de que buscava viver e não queria que outros companheiros fossem presos, torturados e mesmo mortos. Após essas falas colocam que Dilma passou dois anos e quatro meses presas até sair da prisão, essas informações são acompanhadas de imagens da cela onde esteve presa ao mesmo tempo em que passa as paredes da cela e vários nomes de mulheres escritos na parede, como Dulce, Eliana, Rita, Nilda, Dilma.

A reportagem encerra esse período e parte dele para nos levar para outra dimensão da narrativa biográfica, que foi a sua vida a partir do momento que saiu da prisão. A narrativa se reporta ao ano de 1972, e para a cidade de Porto Alegre, o narrador *off* fala: “Porto Alegre foi o porto seguro para o recomeço. No sul Dilma Rousseff viveu uma das fases mais tranquilas da vida dela” (História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff, 2010). A reportagem tenta representar esse momento de liberdade de Dilma, como sendo também um momento de afastamento da política, e em consequência disso uma vida mais tranquila. Eles representam esse momento como sendo um recomeço e não como uma continuidade das experiências que tinha tido até aquele momento.

E eles continuam nessa mesma perspectiva de representação sobre a biografada na voz da repórter Rosane Marchetti, a qual se encontra na hora da gravação de frente a casa que Dilma Rousseff foi morar em Porto Alegre – RS, ela fala que “Dilma deu uma trégua na luta contra o regime militar, ela passou a morar com o sogro e a sogra nesta casa enquanto o marido continuava na cadeia” (História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff, 2010). Eles constroem a ideia de recomeço partindo do pressuposto de que Dilma se afastou da luta política. Logo, constroem através da narrativa biográfica uma representação de uma Dilma que só pode ter tranquilidade depois que se afastou da política.

Mas como toda narrativa é composta por vários tipos de representações, temos também as representações feitas pelas testemunhas. Alceu Colares – político brasileiro faz outro tipo de representação sobre Dilma Rousseff através de seu testemunho, para ele “Ela sempre teve uma presença muito forte daí confundem que ela é agressiva. Ela não é agressiva ela é uma mulher de convicções” (História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff, 2010). No seu testemunho ao mesmo tempo em que ele fala de outros tipos de representações que outros sujeitos fazem sobre Dilma, fala de como a ver, e de como ele a reconhece. Representa Dilma Rousseff, como uma mulher forte, corajosa, decidida e convicta das suas escolhas, retira dela a atribuição representações que outros sujeitos fazem sobre ela.

Nesse sentido, a narrativa biográfica tem continuidade mostrando os momentos que se seguem na trajetória de vida da biografada. Mas o nosso objetivo foi o de mostrar as representações feitas até a época em que ela foi militante política no período da ditadura militar no Brasil. Desse modo, foram vários os olhares e representações que foram construídas e que fazem parte dessa reportagem, cada testemunha com seus depoimentos, narrador *off*, repórter, imagens, trilha sonora, fotografias, foram colocadas na elaboração dessa narrativa com o intuito de construir sentido sobre o que queriam passar, tentou-se assim elaborar de forma rápida uma pequena biografia sobre Dilma, que nos proporcionou pensar os vários tipos de representações sobre a biografada.

### 3.2 As Representações sobre a vida e a morte de Sônia Angel Jones no documentário Sônia Morta Viva

Um grupo de Jovens intelectuais armados com revolveres velhos, mal equipados dedicaram-se a enfrentar um dos

exércitos mais bem equipados e montados do continente, o exército brasileiro. A Sônia e o seu companheiro foram duas pessoas dizimadas nesse processo, outros foram torturados, outros foram para o exílio, e na realidade sobraram apenas alguns para contar a história, talvez nem sobrassem os melhores. Todos os erros que havia naquela década, o erro de sair para luta de armas na mão contra a ditadura militar foi o erro mais fascinante, e Sônia mergulhou nesse erro. (Fernando Gabeira, *Sônia Morta Viva*, 1985).

Esse é um depoimento de uma das testemunhas que deram seus testemunhos para compor a narrativa vídeobiográfica do documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985). Fernando Gabeira foi integrante do MR-8, foi preso e exilado, e lutou contra a ditadura militar no Brasil. Ao falar de Sônia e Stuart, relaciona a história deles há de tantos outros companheiros de luta política, inclusive a sua, ou seja, ele fala da história de um grupo, e das escolhas que esse grupo de jovens fizeram. Escolhas essas, que anos depois ele coloca como um erro, mas que deixa claro que foi um “erro fascinante”.

O documentário tem em torno de 50 minutos de duração, a biografada é chamada de Sônia Maria no filme, o qual possui 18 testemunhas, entre elas estão seus pais, seu tio-avô Paulo César Lopes da Costa, César Benjamim que era militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, Alex Polari que era da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, Celso Pimenta, Oséas de Oliveira, Carlos Eduardo Fayal da Ação Libertadora Nacional – ALN, Carlos Eugênio Sarmiento – ALN, Maria Clara Mariane, Zilda Xavier Pereira – ALN.

Possui um narrador *off* que é o Carlos Vereza, o qual, só aparece nos últimos minutos para fazer uma fala sobre Sônia e Stuart. As imagens são coloridas, e em vários momentos são colocados trechos de filmes antigos sobre acontecimentos da época. Outro elemento importante é que o contexto histórico, político e social vai sendo abordado de acordo com a idade de Sônia Angel Jones, e em alguns momentos relacionam ao que ocorriam em outros países.

Essa produção foi realizada a partir da iniciativa do pai de Sônia Angel Jones, João Luiz de Moraes que era tenente-coronel. Em Julho de 1984, ele recebeu o diagnóstico de uma doença grave e de que não teria muitos dias de vida, a partir dessa notícia resolveu iniciar um

projeto de caráter urgente sobre a trajetória de sua filha Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones. Ele entrou em contato com Sérgio Waismann que era produtor e dono da produtora de vídeos Spectrum, e também um conhecido, para falarem do projeto que Moraes queria realizar, ele propôs a produção de um documentário que falasse da vida e da morte de sua filha, e assim esse projeto desembocou no documentário *Sônia Morta Viva* produzido no ano de 1985.

João Moraes depois ficou sabendo que o diagnóstico sobre sua doença estava errado e que ele ainda viveria por muito mais tempo, logo pode acompanhar toda a produção do documentário e estar presente na estreia. Antes da estreia saiu uma matéria na revista *Veja* em 23 de outubro de 1985 e tinha como título *Dor Resgatada*, o veículo de comunicação é de viés conservador e na época estava ligada de certa forma aos militares. Mesmo assim, falam da morte de Stuart Angel e as torturas que ele sofreu que são narradas por Alex Polari de Alvarenga no documentário, mas a biografada ainda é colocada como “terrorista”.

A estreia de *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) seu deu na cidade do Rio de Janeiro em 1985, no auditório da Universidade de Cândido Mendes, para a sessão foram convidados para estarem presente o ministro da justiça na época Fernando Lyra e o Presidente que no período era José Sarney. A Rede Bandeirantes também se interessou pela produção, mas ainda ia assistir para ver se poderia levar o documentário ao ar. Percebe-se que a produção teve uma repercussão na mídia e a partir dele houve vários debates sobre o tema da ditadura militar e sobre os vários crimes arbítrios que foram praticados nesse período pelos “torturadores”.

Os pais de Sônia Angel Jones começaram uma busca que durou muito tempo, pelos restos mortais da filha, após o seu desaparecimento, os quais só foram encontrados e identificados no cemitério Dom Bosco em Perus, no ano de 1991. Nessa trajetória de busca pelos restos mortais de sua filha, fizeram com que João Moraes entrasse para o grupo *Tortura Nunca Mais*, o qual se tornou o primeiro presidente. Assim, seus pais enveredaram por um caminho que envolveu não somente as suas lutas e dores, mas também, as dores de outras famílias que havia perdidos seus filhos e entes queridos no período da ditadura militar. A memória e o esquecimento foram elementos essenciais para essa luta, que tem como objetivo denunciar, buscar e obter informações, e mais que isso almeja através dos testemunhos, que as histórias de perda e de luta não sejam esquecidas e sejam reconhecidas.

Durantes toda a narrativa vamos percebendo quais são as “representações” que buscam construir a respeito da biografada, e nesse caso eles tentam através do documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) denunciar a forma como Sônia Angel Jones morreu, e mostrar que na época saiu primeiro a versão oficial que é mostrada logo no início do documentário, e no final Carlos Vereza deixa de ser o narrador *off* e aparece nas imagens fazendo uma reflexão sobre a segunda versão da morte da biografada e também da Stuart Angel.

Carlos Vereza faz a abertura do documentário como narrador *off*, e ao mesmo tempo da sua fala vai passando imagens do jornal com a lista de nomes de pessoas que haviam sido mortas pelos agentes da repressão, e um áudio de suspense. Ele lê o atestado de óbito de Sônia Angel Jones:

Em cinco de dezembro de 1973, este vigésimo sub-distrito, Jardim - América, comarca da capital de São Paulo, cartório, foi dito que no dia trinta de novembro de 1973, às quinze horas faleceu Esmeralda Siqueira de Aguiar, do sexo feminino, cor branca, com 26 anos, solteira, natural do Estado da Guanabara, filha de Renato Aguiar e de Lúcia de Lima Aguiar, como causa de morte e doença, hemorragia interna por ferimento de projétil de arma de fogo, ignorada as demais declarações, atestado de óbito firmado pelo doutor Eury Chibata (*Sônia Morta Viva*, 1985).

Depois dessa fala de abertura, que narra à versão oficial da morte de Sônia Angel Jones, a narrativa nos lança para a infância da biografada, depois para a juventude, e isso se dar através de fotografias e das falas de seus pais. Em seguida começa a ser colocados os depoimentos de amigos e companheiros de militância política, e eles falam desde os momentos que a conheceram, a luta dentro das organizações, as posições de Sônia, suas escolhas, seu casamento, sua prisão, exílio, à volta para o Brasil, dentre outros elementos.

Há também depoimentos como os de Oséas de Oliveira, cobrador de ônibus e de Celso Pimenta, motorista do ônibus, profissões que exerciam no ano de 1973, período em que Sônia foi presa. Ela estava com um companheiro de luta política, e se encontrava dentro do ônibus quando foi presa. Essas duas testemunhas narram os acontecimentos que presenciaram sobre a prisão dela e do companheiro. Eles tentam construir uma “representação” sobre o acontecimento e sobre a maneira como ela reagiu no momento da prisão.

Oséas de Oliveira diz:

Ela não deu um grito, ela só via a expressão de raiva na no rosto dela. Não, não ela não chegou a reagir, que ela dois caras pegou pulou em cima dela, como um tigre ferido mesmo, inclusive eu não sabia que tinha uma algema de pé, deixaram ela no outro Galax que tava mais na frente, num banco de trás e sentaram dois homens atrás dela. (Sônia Morta Viva, 1985).

Celso Pimenta diz:

Nesse mesmo instante eu olhei pra dentro da agência, parado na porta da agência eu vi uma luta corporal, e mais uma violenta luta corporal, era mais ou menos quatro ou cinco brigando com um só, e justamente era esse rapaz que desceu do ônibus pra comprar passagem, quando eu olhei assim eles tavam passando carregado, carregado por uns três lá todo ensanguentado, num dava nem pra ver o rosto dele mais, tava todo ensanguentado, e puseram num outro carro (Sônia Morta Viva, 1985).

Esse dois depoimentos nos levam á pensar como a narrativa ao mesmo tempo em que vai mostrando momentos da vida de Sônia e construindo um perfil sobre a biografada, relaciona a sua história a de tantas outras pessoas que viveram experiências ao seu lado. Mostra também, a busca da família em revelar e denunciar os crimes cometidos contra a vida de Sônia, tenta colocar á baixo a versão oficial sobre a morte dela, e é também uma forma de trabalhar o luto, logo podemos pensar a “vídeobiografia” como lugar de luto e ressentimentos.

Sônia Meneses no trabalho *Luto, identidade e reparação: vídeobiografias de desaparecidos na ditadura militar brasileira e o testemunho no tempo presente* (2014), ela analisa algumas vídeobiografias, refletindo sobre elementos como a “memória impedida”, o luto, a “memória narrada” e a “memória obrigada” a partir de filmes, e um desses filmes é *Sônia Morta Viva*. Ela diz que:

Para os familiares, reverter o discurso da criminalização era também reconstruir as lembranças de Sônia numa chave positiva; nesses termos, a preparação do documentário é um trabalho duplo de memória, uma vez que coloca em evidência tanto anseios individuais – como a busca pelo corpo, a elucidação da morte, a superação das dores – quanto o trabalho por uma

política de memória que visa uma abrangência maior que o círculo familiar (2014: 142).

Assim narrar foi à forma encontrada não só pelos pais de Sônia, mas também, pelos amigos companheiros de militância, tio, conhecidos, dentre outros, para desconstruir o discurso de criminalização que havia se criado sobre a biografada e sobre tantos outros que tinha entrado na militância política. Dessa maneira, as lembranças e os testemunhos serviram como elo para reconstruir e representar de maneira positiva a história de Sônia. A autora coloca a vídeobiografia feita sobre a trajetória de vida de Sônia como um “trabalho duplo de memória” e percebemos esse trabalho à medida que se entrelaçam as histórias de vida de tantos sujeitos com a de Sônia, ao mesmo tempo em que esse documentário vai ter efeito para além da família de Sônia, a sua narrativa realiza um trabalho que envolve a “memória política”, a memória de outras famílias, tudo isso relacionado à história de um País.

Ao tentarem representar a trajetória de vida de Sônia, propuseram-se a falar de sua morte e como ela havia se dado, e isso ratifica na narrativa a visão positiva que escolheram passar da biografada. Falar da morte é algo complexo, e meche com emoções, com sentimentos recalçados, silenciados, camuflados. Mas pode ser também uma maneira de apaziguar a dor, trabalhar o luto e os ressentimentos. É nesse sentido que colocamos a vídeobiografia como lugar de representação, mas também, como lugar de luto e de lembranças.

A narrativa inicia falando da morte, e termina falando da morte de Sônia. Seu tio-avô Paulo César Lopes da Costa, dar um depoimento sobre a segunda versão da morte de Sônia, e denuncia a tortura, a prisão e o assassinato. Logo, além de desconstruir a versão oficial, contestando-a e colocando-a como falsa, a família da biografada reafirma através da narrativa vídeobiográfica a versão que tem como a verdadeira. Paulo César, ao falar da segunda versão da morte da sobrinha-neta, deixa transparecer que esse ainda não era um assunto fácil para falar, as emoções e os sentimentos de tristeza, de revolta contra os causadores da morte de Sônia Angel Jones, e as dores, são percebidas através da voz meio cansada e compassada dele.

Assim ele narra:

Face às verdadeiras causas da morte de minha sobrinha neta Sônia Maria, procurei o meu sobrinho Coronel Calos Alberto Alves da Costa que fora comandante do DOI-CODI em Brasília, para



conhecer a verdades dos fatos. Então ele me narrou o seguinte, que os fatos narraram anunciados eram todos falsos, que ele tivera com o coronel colega de turma em São Paulo e que esse disse que Sônia Maria foi requisitada de Santos para o Rio, para acertar contas com o DOI-CODI do Rio, chegando ao Rio foi torturada durante 48 horas, culminando com o dil com a diltutora, dentro do são de um objeto contundente, cassetete da PM, os órgão genitais, até causar hemorragia interna, saciada esses instintos bestiais, eles remete removeram pra São Paulo, quase moribunda, até chegando em São Paulo foi e aplicado o tiro de misericórdia. Aí nós soubemos a verdadeira versão terrível do falecimento de minha sobrinha-neta, por esses covardes (Sônia Morta Viva, 1985).

Essa é a segunda versão sobre a morte de Sônia, a qual nos leva a conhecer a forma a qual Sônia foi morta, e quais as torturas, a qual foi submetida. Assim, a morte de Sônia é representada de duas maneiras, na primeira ela é colocada com o codinome Esmeralda Siqueira de Aguiar, nome que ela usava para viver na clandestinidade, ela é tida como aquela que pegava em armas, e havia sido morta em um tiroteio com a polícia. A segunda versão coloca Sônia como aquela que foi presa, torturada, e morta sob condições brutais, ou seja, assassinada.

Nos últimos minutos da narrativa, Carlos Vereza aparece nas imagens em pé, para fazer uma última fala. Ele diz:

Falar desses dois não tem o menor sentido usar a expressão reabilitação de Sônia e de Stuart, eu tenho a esperança de que Sônia e Stuart que deram suas vidas pela democracia, pela liberdade no Brasil, algum dia que não seja um dia muito remoto, um dia muito afastado dos nossos dias presentes, que eles possam ser resgatados, que suas memórias, que suas biografias sejam conhecidas de todo o povo brasileiro, como de todos irmãos de todos os patriotas que foram sacrificados, torturados e desaparecidos, não num processo de revanche como habilmente o poder dominante tenta confundir a opinião pública. Porque os corpos os mortos que estão pairando acima das nossas cabeças, eles já

não nos pertencem mais, eles pertencem à própria justiça da natureza, a própria dialética do movimento das coisas, que exige justiça que exige que esses fatos não fiquem debaixo do tapete do arbítrio, debaixo do hábil acordo que as elites do Brasil sempre fazem (Sônia Morta Viva, 1985).

Ele ressalta no seu depoimento a importância que a memória possui para que os crimes, as prisões, as mortes, os desaparecimentos não sejam esquecidos e não fiquem impunes. E mais uma vez a narrativa relaciona a vida de Sônia a de outros militantes políticos, a exemplo de seu esposo Stuart. Ele clama por justiça, por um não esquecimento de tantas histórias, por um reconhecimento da sociedade dessas histórias de luta e dor, e a memória entra como principal elemento desse reconhecimento.

E ele continua:

Nós não queremos revanche porque o povo brasileiro não sequestrou ninguém, nós não queremos revanche porque o povo brasileiro não torturou ninguém, nós não queremos revanche porque o povo brasileiro não invadiu lares de madrugada. Nós queremos justiça, justiça histórica, porque não é mais um crime comum não é um crime político é genocídio, foram pessoas que não foram mortas em combate, foram pessoas que foram assassinadas, desprotegidas sem direito de defesa em selas, jogadas ao mar, são pessoas que foram sufocadas com o gás carbônico. Sem nenhuma preocupação com pelo aspecto mórbido que isso possa parecer, eu falo com leveza de alma e de coração aberto, esses mortos pairam acima de nossas cabeças estão vigilantes, porque eles exigem em nome da memória no Brasil, essa memória tão pouca exercitada, essa memória tão esquecida, eles exigem não um revanchismo, mas que estes crimes não fiquem impunes. Sônia, Stuart, Meireles, o meu orgulho de em algum momento da minha vida ter modestamente que tenha sido participado de alguma ação junto com vocês, um beijo (Sônia Morta Viva, 1985).

No seu discurso entrelaçam-se uma “memória política”, com a “memória histórica”, ao mesmo tempo em que se utiliza desses tipos de memória para denunciar os crimes

cometidos pelos torturadores. E ao denunciar, clama por justiça, essa colocada como histórica, mas que também, não deixa de ser política. Ele coloca essas mortes de militantes políticos como um genocídio, configurando-se no assassinato e aniquilamento de grupos humanos, que nesse caso foram grupos de militantes políticos. E faz uma crítica a sociedade brasileira que pouco exercita a memória política e histórica relacionada a essas histórias e a esses tipos de crimes.

As testemunhas que dão seus depoimentos para o documentário *Sônia Morta Viva* (Sergio Waismann, 1985) tentam representar a vida, mas também os acontecimentos que levaram a morte de Sônia, o que nos leva entender o significado do título da produção que é *Sônia Morta Viva*. Tentam representar sua trajetória de vida a partir de momentos que vivenciaram e compartilharam juntos, da mesma forma que seus pais por não acreditarem na versão oficial de sua morte tentaram e foram em busca de novos elementos que comprovassem que essa versão não era verídica e a morte dela não havia se dado da maneira que estava sendo colocada.

Todos esses depoimentos do documentário fazem esse exercício de memória, buscam através desse exercício, construir representações sobre Sônia Angel Jones, mas também, sobre suas vidas nos momentos que vivenciaram experiências ao lado dela. O trabalho de memória foi à forma encontrada não apenas pela família de Sônia, mas por tantas outras que perderam parentes no período da repressão, que tiveram familiares presos, torturados e desaparecidos. Recorrer à memória se tornou uma forma de luta, por justiça e por reparação do passado. Foi também a maneira que encontraram para denunciar, para não esquecer, para lembrar, e para deixar para as gerações futuras histórias que precisam ser lembradas.

### 3.3 Iara Iavelberg – as representações sobre as duas versões de sua morte

Para pensarmos as representações feitas sobre a trajetória de vida de Iara Iavelberg escolhemos dois filmes o curta metragem *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994) e o documentário *Em Busca de Iara* (Flávio Frederico e Mariana Pamplona, 2013), ambos possuem algo em comum que é o de mostrar as versões sobre a morte de Iara Iavelberg, a primeira versão, conhecida como versão oficial elaborada pelos órgãos de segurança, afirmam que Iara se suicidou, e a segunda tida a partir de uma investigação e da exumação do corpo de Iara realizada somente no ano de 2003, afirma que ela foi assassinada.

Na abertura do curta *Iara Lembrança de Uma Mulher* nos deparamos com imagens em preto e branco de uma mulher Mariana Pamplona, filha de Rosa Iavelberg irmã de Iara, Mariana estava na barriga da mãe quando na época foi anunciado que havia ocorrido o suicídio. Mariana Pamplona, que não recebeu o sobrenome Iavelberg pelo receio que a família tinha que ela pudesse sofrer alguma represália do regime. Voltando para as imagens em preto e branco do curta, Mariana que é filmada fazendo o papel da tia, segura duas armas na mão.

Ela está trancada dentro de um quarto, andando de um lado para outro, muito nervosa, em um momento ela deixa em cima da cama a sua bolsa e uma das armas, do lado de fora há alguém batendo na porta, a pessoa continua batendo incessantemente e ela vai andando de costas para o banheiro que era dentro do quarto, volta à arma pra ela e atira. Houve-se apenas o barulho do tiro, as imagens não mostram o momento em que ela deu o disparo, mas logo entra um homem no quarto com uma arma na mão, e quando ele entra no banheiro ela esta morta.

Nos primeiros momentos do curta observamos que o produtor tenta representar através de uma encenação os minutos que antecederam o próprio momento que se deu a morte de Iara Iavelberg, ele vai além, e tenta encenar os gestos, as emoções, o comportamento, e a maneira como segundo a versão oficial, ela havia se matado. E para ratificar mais ainda essa versão coloca um áudio antes mesmo de introduzir as imagens de dois policiais falando por uma rádio, e eles falam do momento que Iara Iavelberg estava dentro do apartamento e eles estão indo prendê-la. Todos esses elementos tentam transmitir um tom de veracidade e verossimilhança, e reafirma o que foi colocado pela versão oficial.

Em seguida várias testemunhas são colocadas para falarem de momentos que tiveram ao lado de Iara Iavelberg, e em alguns momentos vemos a trajetória de vida dessas pessoas se entrelaçarem com a da biografada, seja no período da infância, ou da faculdade, na vida política, nas escolhas que fizeram e nos caminhos que seguiram. Logo essa narrativa biográfica serve como lugar para falar do luto e dos traumas, mas como Sônia Meneses afirma: “Ela pode agenciar vários sentidos e usos do passado e, além de servir como lugar de memória, também pode atuar na elaboração de uma memória política e racionalizada na construção de identidades” (2014: 146).

O curta metragem possui quase 14 minutos de duração, com imagens coloridas, e são introduzidas fotos em preto e branco das testemunhas antes delas iniciarem suas falas, esse é um elemento do filme que nos reporta ao passado dessas pessoas, logo a narrativa biográfica

nos leva de encontro ao passado dessas testemunhas e ao de Iara Iavelberg, a partir dos testemunhos que se referem às experiências vividas com a biografada, como também, das fotografias, e de pequenos extratos de filmes antigos. A produção foi lançada no ano de 1994, período ainda em que a família não havia conseguido a exumação do corpo de Iara. E apesar de trazer depoimentos de familiares como os de seus irmãos Samuel Iavelberg e Rosa Iavelberg, os quais não acreditavam na versão do suicídio, o curta atesta e mostra essa versão como sendo a verdadeira.

Logo o curta foi construído com alguns elementos que já estavam posto, e um deles é essa versão da morte de Iara Iavelberg. Mas não é apenas sobre sua morte que a narrativa biográfica narra, outros aspectos também são lembrados e narrados pelas dez testemunhas que foram entrevistadas, a exemplo de Judith Patarra, jornalista que escreveu um livro sobre a vida de Iara Iavelberg, intitulado *Iara – reportagem biográfica* (1991), José Dirceu com quem Iara Iavelberg teve um romance no período em que já era militante política, Maria C. Magaldi – Tutinha, amiga de Iara Iavelberg, ambas se conheceram no cursinho no qual Iara Iavelberg lecionava. Alfredo Sirkis ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, M. Lúcia Carvalho ex-militante da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária – POLOP, Mário Osava ex-militante da VPR.

Judith Lieblich Patarra é quem realiza a abertura das falas das testemunhas, ela faz uma representação sobre a trajetória de vida de Iara Iavelberg, como também, ressalta o porquê de ter escolhido Iara Iavelberg para escrever uma biografia da vida dela. Nessa fala ela faz uma pequena biografia sobre a trajetória que Iara Iavelberg percorreu. Ela diz:

A gente esqueceu muito depressa, tudo que aconteceu na ditadura, eu tava procurando uma pessoa pra, pra fazer uma biografia e trazer junto à época, e a Iara se prestava a isso, muito bem, porque ela viveu muitas vidas na vida curta dela né, ela teve aquela infância muito estreita, quer dizer muito vamos dizer careta né, na época em que ela morava no Ipiranga, e depois o casamento que não deu certo, que já foi uma afronta pras coisas pras coisas vamos dizer estabelecidas e depois a ida dela pra Maria Antônia, então é outra vida né, completamente diferente daquela em que ela tinha se formado, e depois o envolvimento a preocupação dela com justiça social (Iara Lembrança de Uma Mulher, 1994).

Esquecer, essa é uma das primeiras palavras que ela levanta, e que também faz crítica, e percebermos através de sua fala que foi por conta desse não esquecimento que resolveu escrever. Ela trata da história de Iara Iavelberg, como algo vinculado ao momento histórico, ao momento político da ditadura militar, e a representa como uma pessoa que foi criada dentro dos padrões sociais da época, mas que suas escolhas e caminhos que seguiu fugia dessa realidade, estavam além da realidade social e moral que vivia e que estava inserida.

Samuel Iavelberg, irmão do meio de Iara Iavelberg, mais novo do que ela apenas um ano, também chamado de Melo, fala um pouco da infância, na qual associa as mesmas experiências que teve aos da irmã, e ressalta a influência que tiveram desde criança pela classe operária. Realiza uma representação sobre a família, a infância, o entendimento sobre o que era a política, as escolhas que começaram a fazer desde cedo, influenciados de certa forma pelo o contexto social os quais estavam inseridos.

Em casa nos, éramos quatro irmãos, eu e ela os mais velhos, depois tinha dois mais novos. Nascemos e nos criamos no Ipiranga e nós tinha muito contato com o bairro operário, nós vivíamos em bairro operário, então a partir daquela efervescência política nos começamos a entender o que era aquela vida, nos tínhamos uma certa facilidade pra ficar do lado dos oprimidos, nos tínhamos vivido muito, apesar de viver num gueto de judeus, nos éramos cercado por um gueto de outro gueto que era de operários lá da do Ipiranga (Iara Lembrança de Uma Mulher, 1994).

A partir de sua fala observamos que ele atribui as escolhas suas e de sua irmã como sendo as mesmas, inclusive ambos fizeram parte da militância na POLOP, mas no momento em que precisaram escolher em ir ou não para o exílio, Samuel Iavelberg buscou o exílio, já sua irmã resolveu ficar no Brasil. Vemos que as suas histórias se cruzam em muitos momentos de suas vidas, mas as escolhas nem todas às vezes foram às mesmas, algumas sim, outras não. Outra fala relevante é a de Maria C. Magaldi – Tutinha, Psicóloga da Universidade de São Paulo – USP, ela constrói uma representação a partir das primeiras impressões que teve ao conhecer a biografada.

Já no cursinho Iara é uma pessoa que me chamou atenção, porque ela era bonita, inteligente, ela dava boas aulas, ela dava eee, ela

andava na classe, falava, e ela era uma pessoa muito ela tinha um olhar muito bonito, um olhar muito e luminoso num sei te dizer melhor, ela tinha um sorriso aberto, se você fosse olhar talvez a Iara nem fosse uma mulher bonita, mas ela tinha um conjunto fascinante, ela era uma mulher fascinante, e logo no cursinho eu fiquei muito interessada naquela mulher, muito encantada por ela. Bom aí quando eu reencontrei ela na faculdade a gente tinha uma um sei lá eu era bem mais nova do que ela mais a gente se gostou, e a gente tinha uma boa liga (Maria C. Magaldi, Iara Lembrança de Uma Mulher, 1994).

Ela representa Iara a partir das impressões que teve desde o primeiro encontro até mesmo quando se tornaram amigas. Ela fala das características dela, do jeito, da maneira como se comportava, como se vestia, se cuidava, da profissional que era, de como aquilo tudo lhe chamou atenção. Maria C. Magaldi – Tutinha representa a biografada com um olhar sensível, leve, mas também de admiração, representa a biografada como uma mulher que se preocupava com o belo, com os cuidados com o corpo, e enumera as qualidades de Iara Iavelberg como um conjunto, e que era esse conjunto de características que faziam ser a mulher que Tutinha representa.

José Dirceu que era uma liderança estudantil no período da ditadura militar no Brasil, ex-namorado de Iara Iavelberg, narra um pouco da vida amorosa deles.

Mas é eu diria que a Iara forte como liderança estudantil, como profissional né, e essa Iara que atuava na, não era a mesma Iara na vida afetiva, na vida amorosa na vida comigo, era uma, e sentia uma grande tristeza e uma grande né e uma grande dificuldade de uma relação, acho que o grande anseio dela era essa relação, talvez ela tenha encontrado depois essa relação com o Lamarca (José Dirceu, Iara Lembrança de Uma Mulher, 1994).

A testemunha representa Iara de duas formas, na construção de sua representação sobre a biografada, ele coloca Iara como uma mulher forte na política e como liderança estudantil, mas que essa mesma Iara determinada e forte, não era a mesma dos romances amorosos, e nos namoros. É importante frisar que Iara casou-se com 16 anos de idade, e seu casamento não durou muito tempo, logo descobriu que tinha problemas para engravidar, e

após o casamento teve muitos romances e muitos namorados. José Dirceu fala desse anseio dela por uma relação que lhe trouxesse amor, que lhe proporcionasse algo que ela ainda não havia encontrado em nenhuma outra, segundo sua fala ela encontrou algumas coisas que ansiava na relação amorosa que teve com Lamarca.

Segundo Sônia Meneses “A narrativa (...), não constrói explicações apenas sobre o sujeito biografado, mas sobre o grupo que ele representa; nesses termos, as testemunhas conferem também a si mesmas as características que atribuem à personagem principal” (2014: 148). E esse é um elemento bem perceptível ao observarmos as falas das testemunhas do curta *Iara Lembrança de Uma Mulher* (Alberto Baumstein, 1994), elas falam da biografada ao mesmo tempo que falam de si e do grupo, as memórias e experiências se entrelaçam. Cada testemunha está ligada de alguma forma há algum momento da história de Iara Iavelberg, sendo assim, muitas histórias estão interligadas a história da biografada.

Todas as representações que são realizadas sobre a biografada no curta tentam de certa maneira mostrar algumas características que era próprio da Iara, e de sua construção enquanto mulher que foi filha, irmã, namorada, amiga, companheira e militante política. E uma das últimas falas é feita por M. Lúcia Carvalho foi militante da POLOP, ela coloca: “Não existe pra mim alguma coisa inesquecível da Iara, alguma situação inesquecível, a Iara que é inesquecível” (*Iara Lembrança de Uma Mulher*, 1994). Ela representa Iara e sua história como algo que deve ser lembrado, que não deve ser esquecido, e com isso ressalta a importância de lembrar-se da luta que Iara se propôs a realizar, dos caminhos e escolhas que fez enquanto mulher, dos amores, da política, e por fim da sua morte.

O segundo filme que pretendemos analisar é o documentário *Em Busca de Iara* (Flávio Frederico e Mariana Pamplona, 2013). O documentário possui uma hora e meia de duração e produzido a partir de uma investigação realizada por Mariana Pamplona. A narrativa tenta reconstruir momentos da trajetória de Iara e tem como um dos elementos-chaves a representação sobre as duas versões da morte de Iara, a que foi colocada pelos órgãos oficiais e a versão que somente muitos anos depois foi comprovada através da exumação do corpo de Iara, da qual, a família concorda.

A família nunca acreditou que Iara Iavelberg havia se suicidado e durante dez anos contestaram na justiça a versão oficial sobre a morte de Iara. O corpo dela só foi entregue a família em São Paulo um mês depois que declaram sua morte, ela foi enterrada no Cemitério Israelita do Butantã, localizado em São Paulo, na ala dos suicidas, pelo fato da família ser



judia e pela religião quem se mata é enterrado em uma ala separada, algo que foi muito doloso para a família. Em 1998 a família entrou com uma ação judicial para conseguirem a exumação do corpo de Iara, e se confrontaram com vários entraves jurídicos inclusive criados não só pela justiça, como também, pela comunidade judaica que não queria que o corpo dela fosse retirado da ala dos suicidas.

No ano de 2003 a família conseguiu que o corpo de Iara fosse exumado, 32 anos após a morte de Iara. O pesquisador que se encarregou de realizar a investigação foi o professor da Universidade de São Paulo – USP, Daniel Munõs, especialista em medicina legal. A partir da investigação realizada baseado no laudo da versão oficial realizado pelo médico legista Charles Pittex, fotos que foram feitas no necrotério de Iara, simulação de disparos com arma, da exumação, dentre outros elementos. Daniel Munõs atestou no laudo que saiu no ano de 2005, que Iara Iavelberg foi assassinado por arma de fogo, e que o tiro que a matou tinha sido disparado à longa distância. A família conseguiu realizar um acordo com a justiça, para que Iara tivesse seus restos mortais enterrados na área comum do cemitério, ao lado de seus pais.

O documentário, mostra entre tantas imagens das testemunhas, de filmes antigos, a do momento em que o corpo de Iara estava sendo exumado no Cemitério Israelita do Butantã. Essas imagens são iniciadas a partir de zoom que a câmera dar na lápide de Iara Iavelberg, em seguida vão passando o momento da exumação, o zoom da câmera vai diminuindo e percebemos que essas imagens estão passando em uma televisão e que estão sendo transmitidas pelo Jornal Nacional da rede Globo de televisão.

O narrador *off* dessas imagens inicia sua fala dizendo o seguinte: “Iara Iavelberg foi enterrada aqui há 32 anos, a exumação é uma oportunidade dos três irmãos saberem a verdade”. Essa fala já coloca em cheque a primeira versão da morte de Iara, em que foi atestado o suicídio. Ao mesmo tempo, em que, nos reporta para a segunda versão, ratificada pela família, a qual Iara havia sido assassinada. Logo um dos objetivos dessa exumação era exatamente esse. Nas imagens percebemos que os irmãos de Iara estão presentes e são entrevistados por um repórter da rede globo de televisão, dentre suas falas, eles dizem:

[Rosa Iavelberg]: – “É um fato histórico num é, e a e a além do que é a história de vida dela, num é? Que precisa ser contada bem contada” (Em Busca de Iara, 2013).

[Rosa lavelberg]: – “Não existiu nenhuma prova concreta pra família né, que pudesse nos fazer acreditar né, que ela se matou” (Em Busca de Iara, 2013).

[Raul lavelberg]: – “A família considera isso como uma ofensa, porque mesmo que ela tenha se suicidado, foi um suicídio induzido em hipótese alguma ela poderia ter sido enterrada como suicida” (Em Busca de Iara, 2013).

Essas falas deixam clara a luta da família por respostas, e as representações que construíram sobre a história de Iara. Rosa coloca o momento da exumação como um fato histórico, e algo que faz parte não só da vida de Iara, mas também de toda a família. E toda essa história tem uma busca pela verdade, uma busca por uma construção de outra representação, que não seja aquela dita pelos órgãos oficiais, mas sim, uma representação construída pela família. E como Rosa deixa explícito em sua fala, eles não acreditaram nessa primeira representação da morte de Iara, justamente pelo fato de não haverem provas que os levassem a acreditar, como também, pelo fato de todos os irmãos terem participado das organizações de esquerda e de saberem dos riscos de vida que corriam ao realizarem essas escolhas.

Mariana Pamplona está muito presente no documentário, seja como roteirista, como testemunha, como entrevistadora, como a investigadora, narradora, a que viajou até Salvador – BA, para visitar o prédio da Pituba, o qual foi aparelho do Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8 para os militantes de esquerda, dentre eles sua tia, e no qual sua tia foi presa, como também, se suicidou segundo a versão oficial. Em uma de suas falas, ela narra momentos que marcaram sua memória sobre a trajetória de vida e morte da tia Iara e de sua família.

Sempre soube que as circunstâncias da morte de Iara em agosto de 1971 em Salvador, permaneceram obscuras, e que a versão de suicídio dada pelos militares era altamente questionável (pausa). Eu nunca consegui me esquecer de uma foto muito triste, meus avós reconhecendo o corpo de Iara no IML de Salvador, só um mês depois de sua morte. (Inicia um fundo musical) Isso porque durante esse período o corpo dela ficou escondido em uma gaveta do IML, sendo usado como uma espécie de isca pra atrair Lamarca, só

depois da morte dele é que a morte de Iara pode ser divulgada. (Mariana Pamplona, Em Busca de Iara, 2013).

Nessa fala ela lembra-se de uma fotografia, a qual é passada no momento que ela narra, momento traumático não só para ela, mas para toda a família. O momento do reconhecimento do corpo de um ente querido, da confirmação da morte, da dor sentida e ressentida, da confirmação da perda e de que a história desse ente querido ficará apenas na memória. Ver o corpo morto e reconhecê-lo leva o sujeito a desencadear o trauma, o sofrimento da perda, os rancores, e para essa família o desejo de luta para descobrirem como Iara havia sido morta.

Uma das testemunhas fala emocionado do momento que estava preso e sendo submetido às torturas e ficou sabendo da morte de Iara Iavelberg. Essa testemunha é Paulo César Queiroz Benjamin, ex-militante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro MR-8, preso em 1971, perdeu uma parte da audição em consequência das torturas sofridas durante a ditadura militar brasileira, exilou-se na Suíça, voltando para o Brasil em 1978, após a sanção da Lei da Anistia voltou às atividades políticas.

Ele narra:

Eles começaram começou a sessão de choques, e ela foi se prolongando prolongando prolongando, a sessão entrou pela madrugada, e eles começaram a dizer lá pelas tantas num sei exatamente porquê, imagino que talvez pra quebrar minha moral, começaram a dizer: matamos a Iara, Iara tá morta, Iara já era. Sucessivamente isso, eu tava encapuzado, rolando pelo chão, porque com a descarga elétrica você fica né sem controle. E de alguma maneira eu acho que eles intuíram que eu não tava acreditando, e eu realmente não acreditei. Eles me arrastaram pra uma quina da sala, me levantaram o capuz, me mostraram uma foto, era a Iara morta né, e ela tava deitada numa prancha, tava sem blusa e tinha um furo (ele se emociona), um tiro exatamente entre os seios, exatamente entre os seios (Em Busca de Iara, 2013).

César Benjamin inicia seu testemunho narrando como estava se dando as torturas, os choques, e como ele se encontrava naquele momento. No momento do seu testemunho

passam imagens de celas, suas sentado dando o testemunho, e da fotografia que ele cita esse último elemento além de nos reportar ao passado levando-nos a ver a cena do corpo de Iara morta em cima de uma prancha, dar um atestado de veracidade a fala da testemunha.

A testemunha ao narrar esse momento de sua trajetória de vida e das experiências vivenciadas enquanto militante político entrelaça a sua história a de Iara, no momento que fala das torturas sofridas e fica sabendo de sua morte, vendo uma fotografia como uma forma de comprovar a notícia. Sua fala é carregada de muita emoção e de lágrimas, de dores ressentidas. Percebemos através de sua fala que esse foi um momento traumático para ele, não só pelas torturas sofridas, mas também, pela morte de Iara.

Outra fala que foi introduzida, produzida a partir de gravações feitas antes mesmo da produção do documentário são de Eva Iavelberg, mãe de Iara.

Ela narra:

Porque eu acho que é muito bom a verdade vir à tona, pelo simples fato de você e todos da tua geração ficarem ao par do que aconteceu naquela época de repressão aqui. Você acha que uma mãe esquece quando perde um filho!? Isso me doe e vai me doer muito enquanto eu viver! (Em Busca de Iara, 2013).

Essa fala de Eva Iavelberg é muito emblemática para pensarmos as dores de tantas mães que perderam seus filhos no período da ditadura militar no Brasil. Para ratificar que a família Iavelberg não acreditou na versão oficial e não se deixou enganar por ela, que as novas gerações precisam saber da história de pessoas como Iara e de sua família, das dores dessas pessoas e das lutas. Esse é um depoimento de uma mãe que almeja justiça, reconhecimento, e um não esquecimento da história de sua filha e de tantos outros filhos. É o depoimento de uma mãe que sofreu, e como ela mesma coloca que continuará sofrendo, e que a dor de perder sua filha continuará presente em sua vida enquanto ela for viva. Uma dor que não passou, ou seja, uma dor ressentida e sentida por tantas mães, pais, irmãos e irmãs.

#### 3.4 Vera Sílvia Magalhães – entre a fala e a escrita

Diferentemente dos exemplos acima já analisados, não encontramos representações feitas por amigos, familiares e ex-companheiros de militância política em fontes audiovisuais, sobre a trajetória de vida de Vera Sílvia Magalhães. Mas encontramos representações feitas pelo narrador *off*, que nesse caso é Henrique Oliveira, no documentário *Memória Política* (Ivan Santos, 2004), apresentado pela TV Câmera, como também, representações feitas pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho na biografia *Mulheres que foram à luta armada* (1998).

O documentário *Memória Política* (Ivan Santos, 2004), possui 61 minutos de duração, e gira em torno das falas de Vera Sílvia Magalhães, com imagens coloridas, intercaladas com imagens em preto e branco que mostram fotografias e trechos de vídeos do período da ditadura militar, nos reportando assim ao passado. A fala do narrador *off* aparece narrando acontecimentos em vários momentos, e logo na abertura do documentário aparece imagens de Vera Sílvia Magalhães acompanhada da seguinte frase: “Vera Sílvia Magalhães a história de uma guerrilheira” (*Memória Política*, 2004). Essa frase já faz uma representação sobre a biografada, colocando-a como uma guerrilheira que militou nas organizações de esquerda no período da ditadura militar no Brasil, sendo assim, já constroem desde os primeiros instantes do vídeo a imagem que querem transmitir sobre Vera Sílvia.

Em seguida vem as falas do narrador *off* acompanhada e intercalada com imagens e fotografias de Vera Sílvia e da época da ditadura militar. Ele inicia a narrativa fazendo uma hipótese do que a biografada poderia ter escolhido, feito, realizado, se não estivesse entrado na militância política no período da ditadura militar no Brasil. Ou seja, o narrador *off*, vai apontando através da narrativa outros caminhos que ela podia ter escolhido seguir, em vez da militância.

Assim ele narra:

[Henrique Oliveira – Narrador *off*]: – Ela poderia ter desfilado a beleza de seus 20 anos, pelas calçadas de Ipanema no Rio de Janeiro onde nasceu. (*Memória Política*, 2004).

[Henrique Oliveira – Narrador *off*]: – Ou poderia ter concluído o curso de economia e levado uma vida burguesa, beneficiada pelo milagre brasileiro, que fez o País crescer 10% ao ano, no período mais repressivo dos governos militares. (*Memória Política*, 2004).

Ele faz uma representação sobre esses outros caminhos partindo da classe social a qual estava inserida, pois Vera Sílvia fazia parte de uma família de classe média alta, ela mesma em uma de suas falas no documentário deixa isso bem claro. Logo ela só poderia ter levado uma vida no modelo da burguesia brasileira, se ela estivesse inserida economicamente e socialmente dentro dessa classe social. Percebemos que os caminhos que o narrador *off* aponta, partem de informações que obtiveram sobre a vida econômica e social da biografada.

O narrador *off* segue falando agora dos caminhos que ela escolheu seguir, ele narra:

[Henrique Oliveira – Narrador *off*]: – Mas Vera Silvia Magalhães amava a revolução, e como tantos jovens de sua época não admitia viver sob a ditadura implantada pelo golpe de 64. (Memória Política, 2004).

[Henrique Oliveira – Narrador *off*]: – Nenhum deles porém foi tão longe. Ela pegou em armas, assaltou bancos, trocou tiros com forças de segurança, e sequestrou o embaixador do País mais poderoso do mundo. (Pausa) Viu o companheiro tombar ao seu lado quando tentavam escapar de um cerco policial. E a peruca que usava pra se disfarçar nos assaltos, a transformou em personagem de primeira página nos jornais populares, era a Loira 90! Que empunhava dois revólveres calibre 45. Acabou baleada, presa, torturada e banida do País que queria libertar. (Memória Política, 2004).

[Henrique Oliveira – Narrador *off*]: – 30 anos depois vividos entre o exílio e a volta, Vera Silvia Magalhães ainda procura seu lugar no mundo. Carrega no corpo e na alma as marcas da violência. E se pergunta o que fazer agora de tanta ousadia e tanta generosidade, de tanta coragem e tanta ternura. (Memória Política, 2004).

Nessas falas ele representa a trajetória de vida de Vera Sílvia Magalhães a partir de sua escolha de entrar na militância política. Inicia colocando a luta dos militantes políticos como sendo uma “revolução”, ao mesmo tempo, que fala do amor que não só ela como outros companheiros tinham por essa luta, logo entrelaça a sua trajetória a de outros militantes políticos, e atribui o mesmo sentimento sobre o significado e o sentido da luta para muitos deles. Tentou-se representar a entrada dela na luta e as inconformidades diante do governo

que havia sido instaurado a partir de um golpe de 1964, pelas vias do amor, colocam assim, que foi por amor que entrou na luta, foi por amor a democracia que não se conformou com a ditadura militar.

Construíram assim, uma versão romantizada, não querendo dizer que não houvesse sentimento na luta, pois sem sentimento não tinha havido militância política e nem luta dos militantes contra a ditadura militar. Mas dizer quais os sentimentos que levaram várias pessoas, dentre elas muitos jovens, como foi o caso da biografada, a entrar nessa luta é algo complexo e que só essas pessoas que lutaram poderiam nos responder.

O narrador continua falando e diz que quem foi mais longe na luta foi Vera Sílvia. Indagamo-nos da seguinte maneira, muitos companheiros que lutaram ao lado de Vera, ou mesmo que foram de outras organizações também pegaram em armas, assaltaram bancos, foram presos, exilados, mortos e desaparecidos, então por que somente ela teria ido mais longe segundo a narrativa do documentário; Temos que pensar que ao entrarem na militância política ou como escolha, opção, ou mesmo pelas circunstâncias da época, esses militantes políticos estavam propícios a serem presos, torturados, mortos, a realizarem ações armadas, assaltos, sequestros, dentre outros. Logo todos tiveram sua importância na luta, e cada um possui uma história para contar ou para ser representada e significada. Sendo todas importantes para a sociedade.

E na última fala representada a biografada é colocada como aquela que lutou, e que após três décadas ainda tenta se reencontrar, que foi generosa e corajosa, e que leva as marcas da luta e das dores não só no corpo, mas na alma. Essa representação feita sobre Vera Sílvia Magalhães através da fala do narrador *off*, a coloca com uma mulher única, forte, corajosa, que teve amor, ternura e generosidade, que fez escolhas que marcaram a sua vida. Que lutou, sofreu, venceu, amou que precisou sair do País para não morrer, que voltou para o Brasil trazendo consigo as marcas e dores que havia passado.

Pensando ainda sobre as representações feitas sobre a trajetória de vida de Vera Sílvia Magalhães nos reportaremos para a biografia *Mulheres que foram à luta armada* (1998), escrita pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho. Essa obra ganhou em 1999 o Prêmio Jabuti de reportagem, nele encontramos a história de várias mulheres que foram militantes políticas no período da ditadura militar no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Além de uma ampla pesquisa feita pelo jornalista em documentos como cartas, inquéritos, processos,

bibliografia, jornais, dentre outros, fez também muitas entrevistas, e vemo-las perpassando toda a obra.

Ele narra histórias de escolhas, de amores e traições, de luta política, assassinatos, de ocultação de cadáveres, histórias do exílio, de militantes que ao mesmo tempo eram mães, de ações armadas, das prisões e dos vários comportamentos das militantes diante das torturas. Logo, esse é um livro que narra à história de mulheres imbricadas em um momento da história de um País. E uma das mulheres que tem momentos da sua história narrada em um dos capítulos da obra é Vera Sílvia, intitulado *Vera Sílvia Magalhães*. Segundo Aparecida Silva “A biografia torna-se história, quando a vida de um indivíduo é tratada como um artifício do autor para retratar o seu contexto histórico, que serve de fio condutor para a narrativa e, desse modo, tornando dificultosa a separação entre os gêneros”. (Cadernos de Pesquisa do CDHIS – n. 36/37 – ano 20 – p. 9-15 – 2007).

No capítulo intitulado *Vera Sílvia Magalhães* Luiz Maklouf Carvalho inicia falando da ação realizada pelas organizações de esquerda Ação Libertadora Nacional – ALN e Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, para o sequestro de Von Holleben, o qual era diplomata alemão e foi embaixador em Portugal e no Brasil. Seu sequestro aconteceu na década de 1970 no Rio de Janeiro, e em troca de sua libertação as organizações pediram a libertação de 40 presos, os quais saíam do País, e acabaram sendo enviados para a Argélia. Entre os presos libertos estavam Dulce Maia e Vera Sílvia Magalhães. Ao se referir a Vera Sílvia o jornalista coloca: “e a bela e sedutora Vera Sílvia Magalhães” (1998: 168).

Logo, ao mesmo tempo em que se refere a momentos históricos de uma determinada época do Brasil, que fala de várias pessoas que estiveram presentes nesses acontecimentos, se refere de forma mais específica ao objeto central do capítulo, que é representar alguns momentos da trajetória de vida de Vera Sílvia no período em que ela foi militante política da Dissidência Comunista da Guanabara – DI GB, ou seja, representá-la enquanto mulher militante política, que participou de ações, pegou em armas, mas também, como uma mulher bela e sedutora.

Luiz Maklouf nos mostra também, outras ações das quais, Vera Sílvia participou, a exemplo de uma expropriação em um supermercado do Rio de Janeiro. Em seguida aborda alguns codinomes que Vera teve dentro da organização de esquerda, como *Dadá*, *Márcia*, como o apelido usado pela mídia e pelos os órgãos da repressão, a “loira dos assaltos”, ou “loira 90”. O autor coloca “A Márcia daquela época é a charmosa, chique e irreverente



socióloga e economista Vera Sílvia Magalhães” (1998: 171). Nessa citação ele faz uma representação, na qual, compara-a em dois momentos, mas não desarticula um do outro, pelo contrário, mostra a mulher que a “*Márcia*”, ou seja, no que Vera Sílvia se tornou ao longo do tempo, e no que ela era aos 50 anos de idade.

E continua:

Vera conversou comigo num apartamento amplo da Praia do Flamengo, onde mais uma vez estava se recuperando dos problemas de saúde que atribui ao tiro que levou quando foi capturada (6 de março de 1970) e às torturas que sofreu nos três meses em que amargou a condição de presa política. Ela ainda vibra por dentro quando lembra uma reposta que deu aos selvagens cães de guerra em plena aflição, pendurada no pau-de-arara e tomando choque elétrico: “Minha profissão é ser guerrilheira” (1998: 171).

Outra fonte que o autor utiliza para construir representações acerca da trajetória de vida de Vera Sílvia são suas próprias falas nos momentos da entrevista. Ele a representa mostrando suas fragilidades, seu estado de saúde, e coloca que o seu mal estado de saúde, é consequência do tiro e das torturas sofridas enquanto militante política. Algo que ela mesma atribui, como fica colocado na citação. Há assim, nesse trecho uma mistura das representações feitas pelo autor, ao mesmo tempo em que, Vera fala de si e de momentos que marcaram a sua vida. Logo, ele contrói representações sobre a biografada, além da utilização de outras fontes, a partir de observações que fez sobre ela, em entrevistas e de suas próprias falas e emoções expressas durante a entrevista.

Nesse sentido, Luiz Maklouf representa a trajetória de vida de Vera Sílvia, centrando-a em um momento histórico, mais precisamente a ditadura militar no Brasil. A história dela e de tantos outros militantes políticos, está relacionada e interligada a história do Brasil. Assim, ao falar de sua história de militância, ele está representando não só a sua história, mas também, a de muitas outras militantes políticas que participaram da luta política, a história de organizações políticas, as histórias ocorridas na clandestinidade, nas ações armadas, nas prisões, as histórias de tortura, a configuração da repressão em tempos de ditadura, ou seja, representada muitas histórias que ocorreram no Brasil, no período da ditadura militar. Ele tenta representar muitas histórias a partir da história de vida de Vera Sílvia Magalhães.

### 3.5 Dulce Maia: representada por companheiras de militância política

O documentário, *Paredes Pintadas* (Pedro Santos, 2010) traz através de sua narrativa o depoimento de quatro mulheres, são elas: Dulce Maia, Damaris Lucena, Renata Lafoz e Renata Guerra Andrade. Elas vão de encontro as suas lembranças e memórias, para falarem do período as quais foram militantes políticas da organização de esquerda conhecida como Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, no período da ditadura militar no Brasil.

*Paredes Pintadas* foi o primeiro de várias produções exibidos no programa de documentários e reportagens, que tem como organizadores os alunos de jornalismo. Produzido por Pedro Santos como trabalho final para a conclusão do curso de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, o documentário foi exibido pela TV UFSC, mais de 40 anos após o golpe de 1964.

A ideia desse projeto partiu de um intercambio feita por Pedro Santos a cidade de Córdoba na Argentina no ano de 2008, o qual conheceu várias organizações de direitos humanos, e teve contato com movimentos que buscam preservar a memória. A partir dessa experiência ele pensou em pessoas que viveram o período da ditadura militar no Brasil, e escolheu mulheres que haviam sido militantes políticas, os nomes das quatro lhe chegaram através de pesquisas, buscou mulheres que fizeram parte da mesma organização e que já se conheciam.

Essas quatro mulheres, Dulce Maia, Damaris Lucena, Renata Lafoz e Renata Guerra Andrade falam da entrada nas atividades políticas, de como se conheceram, do período em que viveram na clandestinidade, dentro da ilegalidade, usando nomes falsos – codinomes, de não poderem voltar para suas casas, por conta da condição de clandestina. Falam das ações que realizaram, das situações que vivenciaram ao serem presas, como ameaças e torturas, do exílio, dentre outros elementos.

Elas narram momentos de suas histórias, ou seja, falam de si, ao mesmo tempo, em que tentam representar a história de outros sujeitos, e um desses é Dulce Maia. Logo, buscamos pensar as representações feitas a partir da fala dessas mulheres no documentário *Paredes Pintadas*, sobre momentos da trajetória de vida de Dulce Maia. As falas dessas

mulheres são um tipo de representação, mas a narrativa traz outros tipos, a exemplo da fala do narrador *off*, das imagens, dentre outras forma de representação.

O documentário possui aproximadamente uma hora de duração, sua abertura nos leva de encontro a cenas do passado, através de trechos de vídeos antigos em preto e branco de policiais perseguindo várias pessoas nas ruas. Em seguida passa Dulce Maia caminhando no jardim da sua casa, em imagens coloridas, falando de suas vivências. E mais uma vez são introduzidos trechos de vídeos antigos, e as imagens ficam sendo intercaladas entre Dulce Maia e trechos de vídeos antigos. Em seguida mostra-se uma flor dentro de um jarro e em cima de um caixote, com uma luz amarela, dentro de uma sala escura acompanhada do título do documentário, *Paredes Pintadas*, flor que faz analogia à vida dessas mulheres que sobreviveram.

Damaris Lucena esposa de Antonio Raymundo Lucena, ambos militaram na Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, ele foi morto a tiros no ano de 1970, em São Paulo, na porta da sua casa, na presença das filhas, Telma e Denise Lucena e esposa, e em seguida o filho do casal Adilson Lucena viu o pai morto. O corpo de Antonio Lucena foi dado como desaparecido. Em 1971, Damaris Lucena foi presa e torturada, seus filhos foram levados para o juizado de menores. Com o sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, ela seus filhos e mais outros presos políticos foram banidos do País em troca da liberdade do cônsul japonês. Ela e seus filhos foram para o México, de lá foram convidados por Fidel Castro para morarem em Cuba, só regressaram ao Brasil após a Lei da Anistia.

Damaris Lucena no documentário inicia sua fala, narrando momentos que antecederam e caminharam para o golpe de 1964. A partir daí a narrativa traz as falas delas a partir dos momentos históricos, como o golpe de 1964, o que elas se lembram desse período, e nesse momento passa Ivan Seixas, dando seu depoimento sobre o que se lembra do dia em que deram o golpe, ele foi militante político no período da ditadura militar no Brasil e foi preso juntamente com o pai Joaquim Alencar de Seixas em São Paulo.

Em seguida as depoentes começam falar de acontecimentos que foram ocorrendo após o golpe de 1964. E em alguns momentos essas mulheres se encontraram e suas histórias se entrelaçaram. Além de Damaris Lucena, Renata Ferraz Guerra também, constrói representações sobre momentos da vida de Dulce Maia. Renata Ferraz Guerra, antes de entrar na VPR, já tinha militado na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária - ORM-POLOP fez parte de várias ações, mas não foi presa e nem torturada dentro dos órgãos da

repressão, fugiu do Brasil, onde morou no Uruguai e no Chile, voltou para o Brasil somente após a Lei da Anistia.

Elas falam de como conheceram Dulce Maia, de suas participações dentro da organização de esquerda, das ações de que fizeram juntas, dos papéis desempenhados pela Dulce, dentre outros elementos. Percebemos, que elas ao lembrarem e narrarem suas histórias, buscam também construir representações sobre alguns momentos da trajetória de vida de outras pessoas que fizeram parte de suas histórias, a exemplo de Dulce Maia, que possui momentos de sua trajetória representados por Damaris Lucena e Renata Ferraz Guerra no documentário *Paredes Pintadas*.

Damaris Lucena fala de quando conheceu a Dulce Maia, das pessoas que ela era amiga, de sua influência e de seu envolvimento com a cultura. E de que Dulce foi à pessoa que fez ela e o seu esposo conhecerem o teatro, os quais assistiram a uma peça que tinha muito a ver com suas vidas. Ela narra:

Eu vim conhecer ela depois de 67, quando começou sair os prisioneiro, que ela tinha amizade com os sargentos, ela tinha amizade com alguns atores. Ai começou a sair o pessoal ai foi que eu fiz amizade com ela. A primeira vez que eu fui assistir um teatro, foi ela que arranhou a as entradas do teatro que eu fui na PUC, ver o teatro. O teatro chamava Vida e Morte Severina. Quando eu vi aquele teatro eu comecei a chorar, porque o teatro era a minha vida, falei pro meu marido: olha nossa vida aqui, como é que tão contando nossa vida aqui se esse pessoal não sabe? (Paredes Pintadas, 2010).

Damaris Lucena, também fala de uma ação que fizeram juntas:

Nós fomos fazer uma ação e levamos ela pequenininha, fomos fazer uma ação lá em, em Cajamar, a Dulce Maia, eu Pedro Lobo o Diógenes e mais outro companheiro e levamos ela pequenininha (risos) pra dar como se diz pra na fachada, ela era pequenininha no colo (risos) e a Dulce Maia com ela no colo. E nós ia com tanta arma dentro do carro, e ai a polícia chegou e passou e não a mininha ta com febre num sei o que, e eu também a mãe ta com febre também, ai passamos. Mas não encontramos explosivo naquele dia, nós fomos

atrás e não encontramos, mas depois outra vez nós fomos e trouxemos os explosivo, nós fomos ele foi a pessoa que indicou pra nós foi atrás e descobriu onde é que tava o explosivo e nós fomos buscar. Chegamos lá já se colocou ele, ele já tinha deixado organizado que ele sabia ele trabalhava lá, ele já deixou tudo organizado e já botou no carro e já vinhamos embora. Já não teve mais problema naquela noite, e aquele cheiro forte que tem dinamite né, esquisito tava com cheiro muito forte. (Paredes Pintadas, 2010).

Nessa fala, ela recorda de ações que realizou juntamente com outros colegas, inclusive com Dulce Maia. Reporta-se aos riscos que corriam, de levar sua filha ainda pequena, a qual ia ao colo de Dulce Maia, como uma estratégia para passar pelos policiais. Fala de que buscavam nessa ação, que era os explosivos, do carro carregado de armamento, de que nem todas as ações davam certo muitas vezes precisaram refazê-la, do cheiro das dinamites. Essa é uma fala é carregada de representações sobre o perigo que ela, Dulce Maia, sua filha e outros companheiros de militância corriam ao realizarem esses tipos de ações e dos papéis que desempenhavam dentro das organizações.

Renata Ferraz Guerra, fala de quando se tornou amiga de Dulce e quais foram às circunstâncias que as levou a construírem tal amizade entre ambas. Segundo Renata Ferraz: “Olha eu não sei como é que a gente virou amiga foi em decorrência da militância né, que a gente quase não tinha é relacionamento assim fora, mas eu sei que acabamos morando juntas” (Paredes Pintadas, 2010). Logo a amizade delas foi construída dentro da militância política, percebe-se que muitos laços afetivos eram construídos dentro das organizações de esquerda e na clandestinidade. Amizades, amores, romances, namoros, dentre tantas outras relações foram vivenciadas por esses militantes políticos.

Renata Ferraz fala de um dos papéis que Dulce Maia desempenhava dentro da organização, ela narra: “A Dulce fazia muito de motorista a Dulce dirigia bem e ela fazia muito de motorista né, levava e transportava as pessoas, transportava a no meio de ação mesmo de um carro pra o outro” (Paredes Pintadas, 2010). Nessa fala ela reporta-se além do papel desenvolvido por Dulce Mais durante algumas ações, que era a de transportar os companheiros de militância nas ações, como da coragem que ela tinha para realizar tais papéis. Ela constrói uma representação de uma militante política que desempenhava suas

tarefas dentro da organização, muito bem, e que não hesitava diante dos riscos as quais era muitas vezes submetida, por conta da condição de clandestina.

É interessante notar, como Dulce e Renata constroem representações sobre suas vidas, as quais muitas vezes associam as suas histórias os mesmos sentimentos e vivências. Em uma de suas falas Dulce narra: “Quando você entra numa militância como a que nós entramos, é a o entusiasmo, o sonho, a garra é a mesma né, então nós a, moramos juntas dividimos quarto, isso fica pra sempre” (Paredes Pintadas, 2010). Fala de uma amizade construída dentro da militância, e ao representar seus sentimentos e escolhas naquele período de sua vida, tenta também atribuir o mesmo tipo de representação a sua companheira de militância e também amiga.

Logo suas falas se dão entre a auto-representação a construção da representação do outro, ao falarem de si, falam também do outro. Elas falam de sentimentos, os motivos que as levaram a entrarem na militância, os sonhos que possuíam a força que tiveram para escolher entrar na militância e mais ainda a garra que tiveram para continuar e não desistirem, o período que moraram juntas, as experiências compartilhadas, que foram desde dividir o mesmo quarto, a realizarem ações juntas, a presenciar os sofrimentos, as dores, as alegrias, as lutas diárias que cada um passava na condição de clandestino.

Renata Ferraz de outras ações que Dulce participou, juntamente com ela e outros companheiros de militância, ela narra:

Ela é teve presente durante todo esse período, na expropriação de fuzis do Hospital Militar em São Paulo, que eu não me lembro direito qual foi à base, mas esse tem uma história boa. Essa foi assim, é os nossos militantes ex-marinheiros, eram todos marinheiros rasos né, (...) um deles pessoalmente Ronaldo Tavares adorava botar uma roupa de oficial, e ele era grandão assim ele ficava imponente e bem convincente. E botou uma roupa de oficial, chegou pro sentinela do hospital e disse assim: sentinela eu ouvir um tiro, foi sua arma? – Não senhor. – Deixe ver. Pronto pegou a arma do sentinela, rendeu o sentinela e entraram tranquilamente com a combi dentro do hospital apanharam os fuzis puseram dentro e foram embora. O ministro da guerra é na época se chamava General Lisboa ficou enfurecido, e saiu dizendo que nós os terroristas éramos uns

covardes, porque atacávamos hospitais indefesos. O que os fuzis estavam fazendo num hospital indefeso ninguém explicava, mas havia fuzis no hospital. Ai então nós resolvemos... Ah então ele disse assim: eles são uns covardes, por que não atacam os meus quartéis? Venham atacar os meus quartéis. Ai nós fomos, foi quando houve aquela explosão de dinamite no 4º RI Ibirapuera em São Paulo, foi por causa disso, coisa da qual nos arrependemos bastante depois. Foi uma provocação que a gente aceitou indevidamente. (Paredes Pintadas, 2010).

Ela vai narrando como se deu a ação, e de como uma ação desencadeou outra, algo da qual ela coloca como um arrependimento não só para ela, mas para todos os integrantes da ação. Logo, fala das suas estratégias de ações, mas também, de suas fragilidades, de aceitarem uma provocação de um general e assim realizarem outra ação. Percebemos, nessa fala que Dulce e ela fizeram parte de muitas ações juntas, que algumas saíram com ganhos e outras com perdas, que escolheram fazer tais ações, mas que também, se arrependeram.

Renata Ferraz representa as ações, as escolhas, os motivos, os arrependimentos, os erros, os acertos. Deixa assim, nos transparecer, que em muitos momentos eram jovens sem tanta preparação diante dos órgãos da repressão política, diante de um exército bem armado, mas que mesmo assim, foram à luta e buscaram estratégias para se prepararem com o que tinha e o que conseguiam obter, a exemplo de treinamentos militares que tiveram em outros países, do estudo de teorias, de tentá-las colocá-las em práticas, dentre outros.

Sendo assim, essas falas representam histórias de vida, não apenas de Dulce Maia, mas também de tantas outras “Dulces”, que vivenciaram tais experiências. Elas representam não só as escolhas, e não tão somente as ações, mas os sentimentos que as levaram a fazerem tais escolhas, os sonhos, a coragem, mas também, os receios da vida na clandestinidade. Falam de amizades, de companheirismo dentro da luta, dos perigos, das relações afetivas que foram construídas dentro da clandestinidade.

As falas dessas mulheres tentam representar, não apenas os elementos objetivos, mas também, as subjetividades construíram nesse período. Representam momentos, sensações, sentimentos, sonhos, ações, luta política, a vida nos “aparelhos”, a condição de clandestinas, as prisões, as torturas, as consequências das torturas e das prisões, tanto para a saúde física como psicológica. São falas permeadas de dores, de perdas, de vitórias, de sobrevivência, de

experiências traumáticas. São falas permeadas por jogos de memória e esquecimento, as quais são essências para a abertura e o retorno de memórias feridas, machucadas, esquecidas e ressentidas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões realizadas durante esse trabalho de dissertação, o qual envolveu pesquisa, leituras, diálogos com outras pessoas, reuniões com a orientadora, nos fez percebermos, o quanto ainda precisamos escrever e trazer para o debate a história de mulheres que foram militantes políticas na ditadura militar no Brasil. Percebemos como suas lutas foram importantes para as novas construções de feminilidade, de subjetividades, das várias formas de ser mulher, em se tratando de uma sociedade conservadora, da qual estamos inseridos.

As lutas dessas cinco mulheres Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, e não apenas delas, pois elas são apenas cinco exemplos de várias mulheres que não se calaram diante da instauração de uma ditadura militar no País, que não se calaram diante do machismo e conservadorismo, que entraram em organizações de esquerda, que precisaram viver na clandestinidade, muitas vezes de forma precária, que participaram de ações, fossem elas armadas ou não, que foram presas, torturadas, muitas levaram sequelas para os restos de suas vidas, tanto em seus corpos, como na alma, que foram para o exílio, na busca de não morrerem, e aquelas que não sobreviveram.

Mulheres que deixaram suas famílias, em muitos casos deixaram seus filhos, ou mesmo levaram consigo para viverem na condição de clandestinos, que os levaram para o exílio, que foram torturadas fisicamente inclusive com estupros, que foram torturadas psicologicamente sofrendo ameaças de perderem seus filhos, que tiveram familiares que não participavam da militância política, mas que foram presos e torturados, apenas pelo fato de serem familiares dessas mulheres, e dos militares acharem que eles podiam ter alguma informação sobre elas. Que foram torturadas pelo fato de serem mulheres, demonstrando claramente o machismo, pois ser mulher em uma sociedade conservadora como a da época, para os militares não lhes davam o direito de entrarem em organizações de esquerda e muito menos de lutarem contra eles.

Essas mulheres sofreram preconceito dentro das próprias organizações de esquerdas, as quais militavam. Muitas não eram escolhidas para participarem de ações armadas, não esquecendo que havia também, aquelas que não quiseram ou não gostavam de pegar em armas. Mas houve aquelas que pegaram em armas, que participaram de ações, de assaltos a bancos, de sequestros de embaixadores, dentre outras. Essas mulheres entraram na luta

política, na luta pelas novas formas de feminilidade, lutaram pelas suas escolhas, pelos seus ideais políticos.

Lutaram também pelos seus amores, muitos vividos dentro da clandestinidade, correram perigo para viverem o amor. A condição de clandestinas não as deixaram restritas apenas a vida política, mas lhes proporcionaram inúmeras experiências enquanto mulheres, militantes, mães, amigas, namoradas, esposas, irmãs, ou seja, vivenciaram experiências para além da militância política, sentiram para além dos medos de serem presas ou terem alguma companheira ou companheiro preso, do medo de seus aparelhos serem descobertos a qualquer momento, elas sentiram para além das emoções das ações, dos pontos marcados, e das dores desencadeados pela tortura, pela perda de algum companheiro, das dores da saudade da família, dos filhos, dos esposos.

Muitas casaram na clandestinidade, engravidaram, namoraram, se apaixonaram, perderam seus namorados e esposos na tortura, foram presas e torturadas estando grávidas, tiveram seus filhos em presídios, e em seguida foram tirados delas, tiveram seus filhos presos, e tidos como subversivos e terroristas. Muitas precisaram entregar ou tiveram seus filhos entregues aos familiares para que não fossem mortos ou mesmo exilados do País. Usaram codinomes, deixaram suas famílias, suas profissões, seus trabalhos, para entrarem na luta política.

Foram a partir da trajetória de vida dessas mulheres militantes políticas, Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, que resolvemos narrar à história. A dissertação tem como objetivo problematizar as escritas de si dessas mulheres, como também, as representações feitas sobre elas a partir do testemunho de familiares, amigos, ex-companheiros de militância política, ex-namorados, ex-esposos. Logo o objeto central das fontes trabalhadas são os testemunhos, os quais articulam um jogo de memória e esquecimento.

Trouxemos como proposta de fontes para trabalharmos as escritas de si dessas mulheres e as representações construídas sobre elas, as vídeobiografias, dentre elas documentários, curta metragem, depoimentos, reportagens, como também, de biografias produzidas por jornalistas. Essas fontes foram de suma importância para pensarmos o testemunho, a memória coletiva, a memória traumática, o esquecimento, as lembranças, as identidades pessoais, os ressentimentos, traumas, as construções de subjetividades, do feminino, as lutas de representação, as construções de representações, as experiências dessas

mulheres, como também, suas dores, suas memórias machucadas, recalçadas, suas perdas, e seus ganhos, suas vitórias.

Assim, a partir dessa dissertação composta por três capítulos, abordamos as conjunturas políticas, sociais e históricas que antecederam o golpe de 1964. Compactuamos com o pensamento de Carlos Fico (2004) de que o golpe foi de cunho civil-militar, e em seguida foi instaurada uma ditadura militar no Brasil – 1964-1985. Mostramos os caminhos que seguiram para configuração do governo em uma ditadura militar, e como se deram a montagem do aparelho repressor, o mesmo, que serviu para investigar, procurar, prender e torturar as mulheres militantes políticas. O mesmo aparelho repressor que desativou aparelhos, ou seja, os lugares em que os militantes viviam na clandestinidade faziam suas reuniões, planejavam ações.

A partir da montagem do aparelho repressor, falamos dos tipos de violência e de tortura que foram praticadas dentro dos órgãos da repressão contra as militantes políticas, a exemplo do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI, Departamento de Ordem Política e Social de âmbito Estadual – DOPS, Operação Bandeirantes – OBAN. Dentre os vários tipos de tortura estavam *afogamentos, cadeira do dragão, pau-de-arara, palmatória, pimentinha, choque elétrico, geladeira, produtos químicos, enforcamento, agressões físicas, agressões morais*. As mulheres militantes políticas foram submetidas a essas e há vários outros tipos de tortura, inclusive o estupro, e a tortura psicológica.

Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, ao escolherem entrar na militância política, entraram em organizações de esquerda, pois dentro delas encontravam teorias, ideais políticos, métodos de agir, dentre outros elementos. Logo, elas foram integrantes de organizações como Aliança Libertadora Nacional – ALN, Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8, Organização Revolucionária Marxista-Política Operária – ORM-POLOP, Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares – VAR – Palmares, Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. Foi importante conhecermos a fundação e história de cada uma dessas organizações, para entendermos por quais tipos de lutas essas mulheres foram a favor e por quais ideais políticos lutaram.

Ao entendermos o contexto político, histórico e social que essas mulheres estavam inseridas, adentramos nas suas escritas de si. A partir de suas escritas de si, fomos pensando como elas elaboraram as novas construções de feminilidade, suas subjetividades e

objetividades, pois não podemos pensar em subjetivação sem levarmos em conta a objetivação. Como também, pensamos o testemunho como objeto central das vídeobiografias e biografias, e a experiência dessas mulheres como sendo essencial para a construção das suas escritas de si.

As escritas de si dessas mulheres refletem as experiências que viveram durante a ditadura militar, enquanto militantes políticas, mães, filhas, esposas, namoradas, amigas, companheiras de militância. Elas narram suas histórias a partir de suas vivências e experiências, e nos mostram suas dores e lutas, as formas de resistência diante da tortura, os sentimentos que possuíam ao estarem no exílio, às ações que participaram, as sequelas físicas e psicológicas deixadas pela tortura, o preconceito que enfrentaram dentro das organizações de esquerda e dentro do aparelho repressor. Houve aquelas ainda, que deixaram suas impressões e marcas de suas vivências no outro, e vemos suas falas através desse outro, como foi o caso de Iara Iavelberg.

Problematizamos as vídeobiografias como lugar de representação, de traumas, de memórias e esquecimentos. Os vários tipos de representações construídas sobre essas mulheres Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia, desde a infância, as brincadeiras, as escolas que estudavam as amigadas, as coisas que gostavam de fazer como ir ao teatro, ao cinema, a barzinhos, a entrada na faculdade, a entrada na militância política, os relacionamentos amorosos, os casamentos, os filhos, a vida na clandestinidade, a vida na prisão, a vida no exílio, à volta para o Brasil.

As suas histórias de vida são representadas nas vídeobiografias e biografias selecionadas, mas também, construíram representações sobre a morte daquelas que não sobreviveram como foi o caso de Sônia Angel Jones e Iara Iavelberg. Ambas tiveram as causas da morte colocada pela versão oficial, a qual foi contestada pelos familiares e depois descoberto que ambas haviam sido assassinadas. Logo, as representações falam da vida, mas também, da morte delas, como se deram, em quais circunstâncias, em quais lugares, por quais motivos.

Nesse sentido, percebemos que lutar contra um governo que possuía como modelo uma ditadura militar, podia lhe custar muito, inclusive a própria vida, além, de colocar a vida de outras pessoas em risco, como os seus familiares. Ao realizarem essas escolhas essas mulheres sabiam dos riscos que estavam correndo, mas mesmo assim, resolveram não se calarem diante do governo opressor e repressivo que estava vigente na época. Preferiram

entrar na luta política, mesmo sabendo que podiam viver na clandestinidade, que podiam ser presas, torturadas, perder companheiros, amigos, que podiam precisar se exilar, ou mesmo morrerem e se tornarem desaparecidas políticas.

Fizeram suas escolhas dentro do contexto político, histórico e social que estavam inseridas, diante das circunstâncias que estavam vivendo. Eram mulheres que se tornaram militantes políticas, que precisaram viver na clandestinidade, que participaram de ações sendo elas armadas ou não, que fizeram treinamento de guerrilha, que participaram de reuniões clandestinas, de encontros com companheiros de militância, usaram codinomes, foram presas, torturadas, exiladas, mortas. Ao entrarem na luta, sabiam dos riscos que corriam, mas resolveram correr esse risco.

Se tornar militante política foi uma escolha feita por elas, não deixando de levarmos em conta as circunstâncias políticas e sociais as quais estavam inseridas na época de suas escolhas. Mas ser presa e torturada, não foi algo que elas escolheram passar, mais sim foram submetidas a isso pelo o aparelho repressor montado pela ditadura militar. Viver na clandestinidade era a maneira encontrada por elas para se esconderem do aparelho repressor, ou seja, não serem presas, torturadas e mortas, e assim conseguirem lutar contra a ditadura militar instaurada.

Narrar as suas histórias através das escritas de si foram uma das maneiras encontradas por essas mulheres para não deixarem suas histórias caírem no esquecimento. Foi também, a forma encontrada para falar de um momento da história de um País, de acontecimentos históricos, sociais e políticos. As representações são outra maneira de se narrar a história dessas mulheres, mas nesse caso através do outro. Percebemos assim, que esse trabalho dar relevância as escritas de si em relação com o outro, e o outro em relação com o si-mesmo. Logo pensamos as escritas de si dessas mulheres construídas na relação com o outro, como também as representações.

Para nós, narrar à história dessas cinco mulheres Dilma Rousseff, Iara Iavelberg, Sônia Angel Jones, Vera Sílvia Magalhães e Dulce Maia foi um desafio. Histórias permeadas de sensibilidades, de dores, de perdas, de lutas, de conquistas e vitórias. Foram vários, os tipos de sentimentos que chegaram até nós através das escritas de si e das representações. Suas histórias envolvem sentimentos, envolve a história de um País, a história de outros militantes políticos, a história de familiares, de amigos, de filhos, de ex-esposos e ex-

namorados. Ao falarmos da história dessas mulheres estamos também, nos referindo a uma teia de muitas histórias.

Portanto, propusemos realizar um trabalho que narrasse à história de mulheres militantes políticas, não nos esquecendo dessas histórias ocorrendo na relação com tantas outras histórias. Narrar é uma das maneiras encontradas para não deixar que algo caia no esquecimento, e nosso papel nesse trabalho foi o de narrar histórias, para que essas não seja esquecidas, para que essas sejam lembradas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 9º Ed., 1985.

ARFUCH, Leonor. **Mujeres que narran: Trauma y memória**. Labrys, estudos feministas, jan.-dez. de 2009. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/leonor.htm>.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. 8. ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. **Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 12, p. 13-26, dez. 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Fatos e Mitos**. Vol. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo – A Experiência Vivida**. Vol. 2. 3. ed. . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 9. Ed. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre questão sensível**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Folha de São Paulo. São Paulo, novembro de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>, online, acessado em 15 de janeiro de 2018.

CANDAU, JOEL. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. – 1. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

CAPELATO, Maria Helena, MORETTIN, Eduardo, NAPOLITANO, Marcos, SALIBA, Elias Thomé (org.). **História e Cinema**. São Paulo: Alameda, 2007.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. Tradução Fernando Correa Prado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política**. Texto escrito durante o estágio de pós-doutorado no Instituto Universitário de Estudios de la Mujer da Universidade Autônoma de Madrid, publicado em 2005.

DREIFFUSS, René. O Complexo IPES/IBAD no Estado – A ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica. In. **1964: A Conquista do Estado**. Vozes, 1981, p. 417-479.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória – O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder, PARENTE, Temis Gomes (org.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p. 29-60.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. **Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5 ed, ver. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

JOFFILY, Mariana. Engrenagem. In: **No centro da engrenagem os interrogatórios na operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: Edusp, 2013, p. 38-97.

Jr, Caio Prado, FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; Revisão: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Portugal: Editorial Estampa, 1994, p.11-30.

LEVI, Primo. **Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986 – Primo Levi com Leonardo Benedetti**. Tradução Federico Carotti. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MAUAD, Ana Maria. **História oral e mídia: Memórias em movimento**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MATTOS, Vanessa. **O Estado contra o povo: a atuação dos Esquadrões da morte em São Paulo (1968-1972)**. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: PUC, 2011.

MAUÉS, Eloísa Aragão. **Em câmara lenta, de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária**. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: USP, 2008.



MELO, Demian Bezerra. **Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural. Ano XIII. n° 27, 2º semestre 2012, p. 39-53. ISSN 1518-4196.

MENESES, Sônia. **Luto, identidade e reparação: videobiografias de desaparecidos na ditadura militar brasileira e o testemunho no tempo presente.** In: Revista de História Oral, v. 17, n. 1, p. 135-161, jan./jun. 2014.

MONCAU, Gabriela. **Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg.** Revista Adusp Memória, p. 61-69, outubro de 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** 1ª. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos.** Rio de Janeiro, Francisco Alvez, 1975.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: femininos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REIS, Daniel Aarão. **O sol sem peneira.** Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>, online, acessado em 09 de fevereiro de 2017.

REMARQUE, Erich Maria. **Nada de Novo no Front.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”.** São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução Alain François – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **O si-mesmo como um outro.** Tradução: Lucir Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

RUFFATO, Luiz. **Nos Idos de Março – A ditadura militar na voz de 18 autores brasileiros.** 1ª. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** Tradução Rosa Freire d’Aguiar – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte,: UFMG, 2007.

SILVA, Daniele Silva da. **O si-mesmo com um outro.** Resenha In: Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 43, p. 103-108, out./dez. 2008.

SILVA, Giuslane Francisca da. **A memória coletiva.** Resenha In: Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, Ago. 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. **Biografia como fonte.** In: Cadernos de Pesquisa do CDHIS – n. 36/37 – ano 20 – p. 9-15 – 2007.

SILVA, Márcio Seligman. **Narrar o Trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. In: Revista de Psicologia Clínica. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SYRKIS, Alfredo. **Os Carbonários – memórias da guerrilha perdida**. São Paulo: Editora: Global, 1981.

\_\_\_\_\_. **Os Carbonários – Pós-prefácio de 1998**. Interjornal, Rio de Janeiro, abril de 1998. Disponível em <http://sirkis2.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3783463&canal=258&total=7&indice=0>. (Acessado em 27 de dezembro de 2017).

TAPAJÓS, Renato. **Em câmera lenta: romance**. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

## FONTES

## BIOGRAFIAS

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem – A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

MORAES, João Luiz de, AHMED, Aziz. **O Calvário de Sônia Angel – Uma história de terror nos porões da ditadura**. Rio de Janeiro: Gráfica Mec Editora Ltda, 1994.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara Reportagem Biográfica**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

## FILMES

Audiência no Senado. Direção: TV Senado. Brasil. 2008

Crepúsculo no Alvorada. Direção: Conexão Repórter/SBT. Brasil. 2016.

Depoimento de – Carlos Araújo Amor e Revolução. Direção: Reynaldo Boury, Luiz Antônio Piá, Marcus Coqueiro. Brasil, 2011.

Em busca de Iara. Direção: Flavio Frederico e Mariana Pamplona. Brasil. 2013.

Entrevista ao Programa Pardonnez Moi. Direção: TV Suíça. Brasil. 2017.

História da Infância e Adolescência de Dilma Rousseff. Direção: Marina Borges e Lígia Jacques. Brasil, 2010.

Iara Lembrança de Uma Mulher. Direção: Alberto Baumstein. 1994.

Memória Política Vera Sílvia Magalhães. Direção: Ivan Santos/TV Câmera. Brasil. 2004.

Sônia Morta Viva. Direção: Sergio Waismann. Brasil, 1985.

Paredes Pintadas. Direção: Pedro Santos. Brasil, 2010.

## JORNAIS

Memória – Livro relembra tragédia de Sônia Angel. Reportagem Estadão de São Paulo, Caderno 2, 01 de abril de 1994.

## REVISTA

Memória Dor Resgatada Um vídeo conta a história de Sônia Angel Jones. Revista Veja, 23 de outubro de 1985.

## SITES

Documentos Revelados. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/midias/algumas-fotos-de-militantes-presos-e-assassinados-resgatados-dos-arquivos-da-ditadura/attachment/reproducao-de-foto-da-militante-vera-silvia-magalhaes-que-participou-do-sequestro-do-embaixador-americano-charles-burke-elbrick-em-1969/>. Acesso em 07 de janeiro de 2018.

Dulce Maia e a resistência sem tregua. Disponível em: <http://desacato.info/dulce-maia-e-a-resistencia-sem-tregua/>. Acesso em 07 de janeiro de 2018.

Iara Iavelberg, Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=130&m=3>. Acesso em 20 de junho de 2017.

Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=210>. Acesso em 15 de maio de 2017.